

UFRRJ
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO

**“Vamos Fechar na Marra!” Um Estudo Sobre o Fechamento de Ruas no
Bairro de Bangu, Rio de Janeiro (RJ)**

Saulo de Tarso dos Santos Souza

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**“VAMOS FECHAR NA MARRA!” UM ESTUDO SOBRE O
FECHAMENTO DE RUAS NO BAIRRO DE BANGU, RIO DE JANEIRO
(RJ)**

SAULO DE TARSO DOS SANTOS SOUZA

Sob a Orientação do Professor
Marcio Rufino Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em** Geografia, no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Área de concentração: Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

Seropédica, RJ
Maio de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S719 Souza, Saulo de Tarso dos Santos, 1991-
"Vamos fechar na marra!" Um estudo sobre o
fechamento de ruas no bairro de Bangu, Rio de Janeiro
(RJ). / Saulo de Tarso dos Santos Souza. Seropédica,
2023.
126 f.: il.

Orientador: Marcio Rufino Silva.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, 2023.

1. Crítica da vida cotidiana. 2. Individualismo. 3.
Insegurança. I. Silva, Marcio Rufino, 1982-, orient.
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-Graduação em Geografia III. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 40 / 2023 – PPGGEO (12.28.01.00.00.35)

Nº do Protocolo: 23083.034516/2023-85

Seropédica-RJ, 30 de maio de 2023.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

SAULO DE TARSO DOS SANTOS SOUZA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 22/05/2023

Marcio Rufino Silva. Dr. UFRRJ
(Orientador, presidente da banca)

Márcio Piñon de Oliveira. Dr. UFF
(membro da banca)

Maurílio Lima Botelho. Dr. UFRRJ
(membro da banca)

(Assinado digitalmente em 30/05/2023 09:26)

MARCIO RUFINO SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIA (11.39.39)
Matrícula: #####2#7

(Assinado digitalmente em 30/05/2023 18:51)

MAURILIO LIMA BOTELHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeGEOIA (11.39.39)
Matrícula: #####4#7

(Assinado digitalmente em 30/05/2023 09:56)

MARCIO PINON DE OLIVEIRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: ###.###.9##-#4

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **40**, ano: **2023**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **30/05/2023** e o código de verificação: **79a1c83b17**

DEDICATÓRIA

À pessoa mais importante e que eu mais sinto
a partida, minha mãe, Sandra, infelizmente *in*
memoriam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, minha base, em especial ao meu pai, Rosalvo, entusiasta e incentivador de todas as minhas aventuras acadêmicas.

À Fernanda, Nayara e Nathalia, amigas de longa data, e à Mariana, amiga que conheci no mestrado e levo para a vida. Obrigado por todas as conversas e todos os momentos.

À Carla e Duclerc, por sempre estarem dispostos a auxiliar em minhas dúvidas. Ao Victor, pelas (muitas) vezes que me socorreu pacientemente nos diversos problemas com os mapas.

Aos professores Márcio Piñon de Oliveira e Maurílio de Lima Botelho, que gentilmente aceitaram o convite para a banca de qualificação, realizando uma série de sugestões, que busquei incorporar ao máximo. Agradeço novamente por aceitarem o convite para compor a banca de defesa da dissertação.

Ao meu orientador, Marcio Rufino Silva, que, ao me apresentar uma perspectiva teórica nova, foi paciente e didático em todos os momentos, compreendendo os problemas decorrentes de se trocar o pneu com o carro em movimento. Muito obrigado pela orientação, pelas trocas nos grupos de estudo, por sua gentileza e sensibilidade e por acreditar na viabilidade da nossa pesquisa.

A todas as pessoas que aceitaram ser entrevistadas, contribuindo para enriquecer esta pesquisa a partir de seus pontos de vista de um problema que atinge parcela considerável dos moradores desta cidade.

Esta pesquisa é fruto do trabalho realizado por mim, com o auxílio de todos vocês que participaram, através de discussões, gestos, palavras de incentivo, sugestões, dentre outras coisas. Muito obrigado!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

“VAMOS FECHAR NA MARRA!” UM ESTUDO SOBRE O FECHAMENTO DE RUAS NO BAIRRO DE BANGU, RIO DE JANEIRO (RJ)

Desde o início da década de 2010, a cidade do Rio de Janeiro vem passando por uma série de transformações em diversos loteamentos urbanos que, no passado, foram concebidos para fins residenciais sem qualquer tipo de restrição quanto ao acesso, circulação ou permanência de pessoas "estranhas". Nesse período, foi possível perceber, a partir da realização de trabalhos de campo, a adoção de um sistemático fechamento de vias públicas com características residenciais, a pretexto de um pretensioso combate ao crime e à violência. Conforme vem ocorrendo em outros bairros da capital, desde pelo menos 2016, é perceptível que em Bangu o número de ruas fechadas só aumentou. E em atenção ao que vem ocorrendo, este trabalho foi pensado para discutir a privatização e militarização do espaço urbano a partir da produção de ruas fechadas, semifechadas e sem saída, que vem ocorrendo no referido bairro. Além do propósito principal, esta pesquisa tem como outros objetivos: investigar os impactos e as consequências do processo de fechamento de ruas para a população residente e também para aqueles que não são residentes; discutir o processo de fragmentação socioespacial decorrente da adoção da prática de fechar ruas; examinar e discutir a militarização do espaço urbano como estratégia de controle do cotidiano. O desenvolvimento metodológico desta pesquisa foi realizado a partir de levantamento teórico sobre o tema, trabalhos de campo na área designada como recorte espacial, além da realização de entrevistas semiestruturadas com pessoas que, de alguma forma, foram afetadas por este processo

Palavras-Chave: Crítica da vida cotidiana; Individualismo; Insegurança; Militarização do Espaço.

ABSTRACT

“VAMOS FECHAR NA MARRA!” A STUDY ON THE STREET CLOSURES IN BANGU, RIO DE JANEIRO (RJ)

Since the beginning of the 2010s, the city of Rio de Janeiro has been undergoing a series of transformations in several urban subdivisions that, in the past, were designed for residential purposes without any type of restriction on access, circulation or permanence of "strangers". In this period, it was possible to notice, from the fieldwork, the adoption of a systematic closure of public roads with residential characteristics, under the pretext of a pretentious fight against crime and violence. As has been happening in other neighborhoods of the capital since at least 2016, it is noticeable that in Bangu the number of closed streets has only increased. And in attention to what has been happening, this work was designed to discuss the privatization and militarization of urban space from the production of closed, semi-closed and dead-end streets, which has been occurring in that neighborhood. In addition to the main purpose, this research has as other objectives: to investigate the impacts and consequences of the street closure process for the resident population and also for those who are not residents; discuss the process of socio-spatial fragmentation resulting from the adoption of the practice of closing streets; examine and discuss the militarization of urban space as a strategy for controlling everyday life. The methodological development of this research was carried out based on a theoretical survey on the theme, fieldwork in the area designated as a spatial cut, in addition to conducting semi-structured interviews with people who were somehow affected by this process.

Keywords: Critique of everyday life; Individualism; Insecurity; Militarization of Space.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A.C.	Atlético Clube
AISP	Áreas Integradas de Segurança Pública
CEF	Caixa Econômica Federal
CEHAB-RJ	Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro
CISP	Circunscrição Integrada de Segurança Pública
COHAB-GB	Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara
COVID-19	Novo Coronavírus - Coronavirus Disease
CPIB	Companhia Progresso Industrial do Brasil
DP	Delegacia de Polícia
E-SIC	Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IAP	Institutos de Aposentadoria e Pensão
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IAPI	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
ISP	Instituto de Segurança Pública
ISU	Institut de Sociologie Urbaine
LIESA	Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro
LPSU	Lei de Parcelamento do Solo Urbano
OMRJ	Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro
PCERJ	Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
PL	Projeto de Lei
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PT	Partido dos Trabalhadores
RISP	Regiões Integradas de Segurança Pública
RO	Registro de Ocorrência
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SEPOL	Secretaria de Estado de Polícia Civil
SMDEIS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação
STPC	Serviço de Transporte de Passageiros Complementar do Município do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS

IMAGEM

IMAGEM 1: Portão instalado para fechar uma rua residencial em Bangu

IMAGEM 2: Entrada de pedestres de um “condomínio”

IMAGEM 3: Rua semifechada

IMAGEM 4: Rua do tipo fechada

IMAGEM 5: Realizando um RO na 34ª DP, Bangu

IMAGEM 6: Sorria, você está sendo vigiado

MAPA

MAPA 1: Localização de Bangu

MAPA 2: Divisão administrativa da cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX

MAPA 3: Constituição da propriedade territorial da Companhia Progresso Industrial do Brasil

MAPA 4: Localização dos conjuntos habitacionais

MAPA 5: Autorização de fechamento de ruas por Áreas de Planejamento em 2021

MAPA 6: Solicitações de fechamento de ruas por Área de Planejamento (2021-2022)

MAPA 7: Roubo de rua por delegacia no município do Rio de Janeiro (2011-2020)

GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Bairros com mais reclamações de fechamento de ruas (2018-2021)

GRÁFICO 2: Bairros com mais reclamações de fechamento de ruas (2018-2022)

GRÁFICO 3: Entrevistados por idade e gênero

GRÁFICO 4: Entrevistados e suas ocupações profissionais

GRÁFICO 5: Dez crimes mais frequentes no município do Rio de Janeiro (2016-2020)

GRÁFICO 6: Delitos mais frequentes na área da delegacia de Bangu (2016-2020)

GRÁFICO 7: Dez delitos mais frequentes no Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro (2016-2020)

GRÁFICO 8: Série histórica de roubo de rua na área da 34ª DP, Bangu (2003-2020)

GRÁFICO 9: Roubo de rua por mês na área da 34ª DP, Bangu (2020)

SUMÁRIO

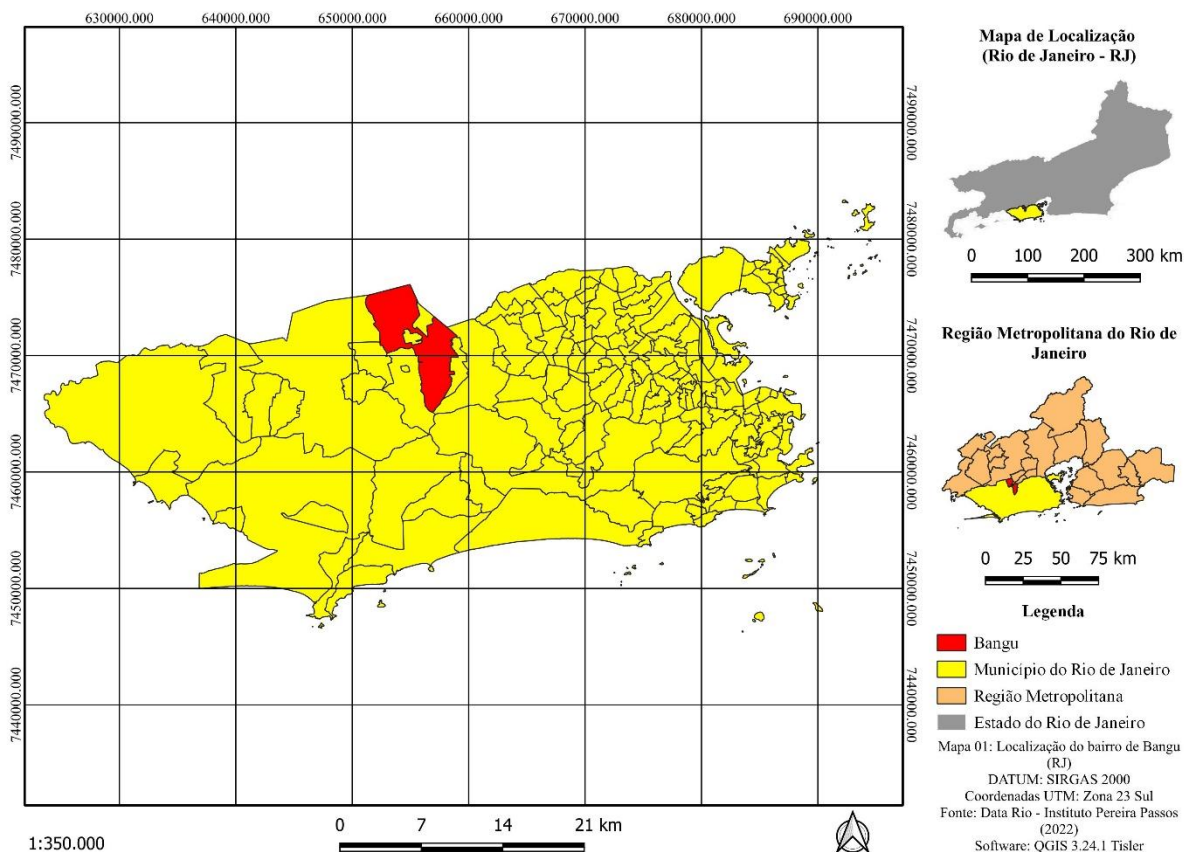
RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	VIII
LISTA DE FIGURAS	IX
INTRODUÇÃO	1
1 BANGU: REFLEXÕES SOBRE A GEOHISTÓRIA E CONSTRUÇÃO ESPACIAL DO BAIRRO	3
1.1 De fazenda a bairro: notas sobre a origem de Bangu e a produção do seu espaço urbano	3
1.1.1 A produção do espaço social em Bangu	10
1.2 Ruas fechadas: do aspecto “legal” ao problema das ruas fechadas	14
1.3 Sobre o processo de fechamento de ruas na cidade do rio de janeiro	24
2 REFLETINDO AS TRAMAS DO COTIDIANO EM RUAS FECHADAS DE BANGU	27
2.1 Sobre a pesquisa de campo: questões teórico-metodológicas	27
2.1.1 O perfil dos entrevistados	28
2.2 Considerações sobre o cotidiano e a vida cotidiana	33
2.3 Analisando o cotidiano nas ruas fechadas de Bangu	36
2.3.1 Notas sobre os “condomínios” de ruas fechadas.	36
2.3.2 A sociabilidade neoliberal e as relações sociais no cotidiano	39
2.4 Territórios: deslocamento intraurbano e fragmentação da vida cotidiana	42
2.4.1 Territórios e deslocamento intraurbano: a negação do direito de ir e vir	42
2.4.2 Sobre a fragmentação da vida cotidiana	44
3 A CIDADE COMO ARMADILHA: REPRESENTAÇÕES DE SEGURANÇA E VIOLÊNCIA NO ESPAÇO URBANO MILITARIZADO	46
3.1 A teoria da representação: notas sobre medo, segurança e violência	46
3.1.1 Considerações sobre a representação do medo	47
3.2 Sobre os indicadores de criminalidade	50
3.3 A cidade como armadilha: militarização da vida cotidiana, fechamentos e milícias	57
3.3.1 Sobre as milícias e o fechamento de ruas	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS BIBILIGRÁFICAS	66
APÊNDICES	71
A – Transcrição da entrevista com Ofélia e Maitê	72
B – Transcrição da entrevista com Dimas	77

C – Transcrição da entrevista com Manoel	81
D – Transcrição da entrevista com Fabrício	92
E – Transcrição da entrevista com Bento	101
F – Transcrição da entrevista com Taíza	105
G – Transcrição da entrevista com Paula, Verônica e Luana	110

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surge de inquietações geradas por recentes transformações que vem ocorrendo em ruas residenciais de diversos bairros da cidade do Rio de Janeiro. No bairro de Bangu, localizado da Zona Oeste (mapa 1), tais transformações, o fechamento de diversas ruas residenciais entre os anos de 2011 e 2020, também puderam ser verificadas por mim, morador do referido bairro desde o início da década de 1990. Pretende-se, a partir das observações e análises críticas, discutir este processo de fechamento de ruas, a partir da *privatização* e militarização do espaço urbano.

Mapa 1: Localização de Bangu



Fonte: Data Rio – Instituto Pereira Passos (2022). Mapa elaborado pelo autor com o uso de software livre em abril de 2022.

O sistemático fechamento de ruas em Bangu foi, ao longo dos anos, modificando a paisagem do bairro, onde as vias de circulação de loteamentos que anteriormente eram abertas deram lugar a locais com o acesso controlado, semifechados ou totalmente fechados, promovendo mudanças na morfologia espacial. A rápida e desenfreada instalação de barreiras físicas (como cancelas, correntes, grades, obstrutores, portões, etc.) em vias públicas, descaracterizou um bairro criado a partir da concepção de loteamentos abertos, impactando diretamente na circulação de pessoas, tornando o espaço urbano um produto possível de ser apropriado de maneira negativa por determinados atores sociais (como moradores ou mesmo o crime organizado) sem muita preocupação por parte do poder público.

Para efetivar essa pesquisa, foram estabelecidas etapas a serem cumpridas, tais como: levantamento bibliográfico e leituras sobre temas pertinentes ao tema deste trabalho; delimitação do recorte espacial e temporal para melhor análise do fenômeno; trabalhos de campo na área territorial delimitada; entrevistas semiestruturadas com moradores; e

levantamento de dados empíricos que possam contribuir com as análises a serem desenvolvidas no curso da pesquisa.

Como primeiro objetivo específico, buscamos investigar os impactos e as consequências do fechamento de ruas para a população, seja ela residente ou não; no segundo objetivo específico, buscamos discutir alguns processos decorrentes da produção do espaço urbano, como a fragmentação socioespacial, seu impacto na vida cotidiana e mudanças nas relações sociais; no terceiro objetivo específico, buscamos discutir a militarização do espaço a partir do fechamento de ruas, e como tal prática é responsável pelo controle do espaço e do cotidiano.

No primeiro capítulo, apresentamos uma contextualização histórica sobre Bangu, na tentativa de compreender sua gênese e constituição, passando por diferentes formas espaciais. Em seguida, discutiremos a respeito da produção do seu espaço urbano, finalizando o capítulo introduzindo o problema que move essa pesquisa: o processo de fechamento de ruas observado no bairro.

No segundo capítulo, recorremos ao cotidiano como categoria de análise, para, a partir das contribuições teóricas de Henri Lefebvre (1958 [1946]; 1978 [1970]; 1981), discutir o fechamento de ruas, iniciando o diálogo com os trabalhos de campo realizados para esta pesquisa.

No terceiro e último capítulo, sem abandonar o estudo crítico do cotidiano, também abordamos temas relacionados ao medo e à insegurança, que apareceram na pesquisa a partir dos diálogos realizados nos trabalhos de campo. Essas são discussões importantes para a tentativa que fazemos de compreensão do processo de fechamento de ruas a partir daquilo que entendemos como *privatização* e militarização do espaço urbano.

Este trabalho apresenta relevância pelas várias problemáticas que se originam da questão central que abordamos. O crime, a insegurança e a violência aparecem nessa pesquisa como uma preocupação daqueles que foram entrevistados e, na esteira delas, surgem as milícias, de maneira tímida e bastante cautelosa. Dessa forma, ensejamos contribuir com estas discussões, cientes da complexidade e certo perigo envolvido. Sendo assim, desde agora, informamos que, neste texto, adotamos o uso de nomes fictícios para todos os entrevistados, assim como optamos por evitar localizações exatas, especificamente o nome de ruas, na tentativa de preservar o anonimato daqueles que gentilmente reservaram um tempo para contribuir com seus depoimentos. Informo, também, a autorização verbal obtida dos mesmos para a gravação e uso posterior com fins exclusivamente acadêmicos.

CAPÍTULO I

BANGU: REFLEXÕES SOBRE A GEOHISTÓRIA E CONSTRUÇÃO ESPACIAL DO BAIRRO

Neste capítulo inicial, pretendemos explorar o bairro de Bangu, resgatando inicialmente a sua origem para construir as bases para uma discussão acerca da produção do espaço social no referido local. Após esse primeiro momento, apresentaremos a delimitação da área de investigação e, em seguida, daremos início à discussão sobre os problemas relacionados ao acelerado processo de fechamento de ruas que vem ocorrendo no bairro nos últimos anos e que é o foco deste trabalho.

1.1. DE FAZENDA A BAIRRO: NOTAS SOBRE A GÊNESE DE BANGU E A PRODUÇÃO DO SEU ESPAÇO SOCIAL

Partindo do entendimento que um resgate do passado pode nos ajudar a entender o presente, o ponto inicial desta pesquisa busca apresentar de forma cronológica como se deu a formação do bairro de Bangu. O longo percurso que faremos tem como principal objetivo elucidar como nesta região se deu a passagem do rural ao urbano, para assim tentar compreender os atuais processos que se manifestam no espaço urbano.

A área territorial que hoje compreende o atual bairro de Bangu fazia parte da extensa freguesia rural de Irajá¹, que teve origem como divisão administrativa a partir da elevação de uma capela dedicada à Nossa Senhora da Apresentação (construída em 1613), à paróquia e igreja matriz entre os anos de 1644 e 1647. Segundo Silva (2013), do desmembramento desta freguesia foram criadas mais três: de Jacarepaguá (em 1661), de Campo Grande (1763), e de Inhaúma (1743). Abaixo (mapa 2), podemos observar a divisão administrativa da cidade do Rio de Janeiro em freguesias no início do século XIX.

¹ Segundo informações da Arquidiocese do Rio de Janeiro, essa igreja é a segunda mais antiga da cidade, tendo origem em uma capela construída no ano de 1613. Antes dos desmembramentos, área territorial da freguesia de Irajá abrangia desde a região da Leopoldina até o limite com a Fazenda de Santa Cruz. Para mais informações: <https://www.patrimoniohistoricoarqrio.org/product-page/igreja-de-nossa-senhora-da-apresenta%C3%A7%C3%A3o>.

Mapa 2: Divisão administrativa da cidade do Rio de Janeiro no início do século XIX



Fonte: SANTOS, Kairo da Silva et al., 2013.

De acordo com Pedrosa (2009), a paróquia que deu origem à freguesia rural de Campo Grande iniciou suas atividades religiosas em uma capela particular nos campos de Bangu, e segundo Silva (1989: 15) o responsável pela construção do templo católico foi Manoel de Barcellos Domingues, português que recebeu enormes parcelas de terra do governo colonial. Silva e Neto (2020), autores do livro “Fazenda Bangu: a joia do sertão carioca”, sustentam em sua pesquisa que esta igreja foi a sede da freguesia de 1673 a 1808, ano em que foi transferida para a atual sede da Paróquia de Nossa Senhora do Desterro, no centro de Campo Grande.

Em sua dissertação, onde dedicou esforços para fazer um estudo histórico sobre Bangu, Silva (1985), nos alerta que “a documentação existente é bastante contraditória, com inúmeras lacunas que tornam o trabalho dificultoso” (SILVA, 1985: 10). Apesar dos esforços da autora e de tantos outros que apresentaram excelentes trabalhos históricos sobre a origem do bairro, enfrentamos problema semelhante pelo qual a pesquisadora passou na década de 1980. Tendo total consciência que o acesso às fontes históricas é mais fácil atualmente se compararmos com o passado, percebemos algumas contradições e lacunas que outros autores buscaram preencher.

Há um consenso entre aqueles que pesquisaram a história do local, onde apontam que para além da criação da igreja dedicada à Nossa Senhora do Desterro da Mãe de Deus, em 1673 também foi criado um engenho de cana-de-açúcar. Segundo Silva (1989) nesse local, além da própria cana-de-açúcar, havia produção de rapadura, aguardente e álcool, que transportados através de carros de bois para o porto de Guaratiba, para dali serem exportados para a Europa.

Entretanto, o nome do engenho também apresenta contradições: para Silva (1989), o nome era Engenho da Serra, para Silva e Neto (2020), Engenho de Nossa Senhora do Desterro. Segundo os autores da obra mais recente, Manoel de Barcellos Domingues era um grande devoto da Virgem Maria, além de grande colaborador da Terceira Ordem do Carmo. Ao que parece, a devoção acabou virando homenagens na terra que recebeu como doação do governo colonial.

Para não perder o raciocínio: a área territorial de Bangu inicialmente pertenceu à freguesia rural de Irajá, passando para a freguesia de Campo Grande com o desmembramento realizado em 1673, que, segundo os autores citados anteriormente, tem origem na capela particular instalada na mesma região do atual bairro.

É justamente a partir da construção da igreja e do engenho de cana-de-açúcar por Manoel de Barcellos Domingos que Silva (1989) indica a origem da Fazenda Bangu. Entretanto, conforme apontam Silva e Neto (2020), não é possível precisar a data exata da fundação da fazenda, apenas que o nome Bangu e outras variações com *Vangu* aparecem em documentos cartoriais e registros de batismo desde o século XVIII. Podemos inferir, a partir da pesquisa realizada pelos autores, que a fundação da fazenda ocorreu entre os séculos XVII e XVIII, conforme veremos no decorrer deste item.

De acordo com Silva (1989), há duas hipóteses sobre a etimologia da palavra Bangu: a primeira é que o nome seria um vocábulo tupi que significa anteparo negro ou paredão negro, sendo uma referência à serra de Bangu, que faz parte do maciço da Pedra Branca que projetava um escuro sombreado nas terras da fazenda; a segunda hipótese é que o nome seria a corruptela do vocábulo de origem africana *bangüie*, nome do local do engenho dado pelos escravos onde o bagaço da cana-de-açúcar era guardada, para depois de moída, ser usada como alimento do gado e das fornalhas.

Silva e Neto (2020) indicam que a Fazenda Bangu teve dezessete proprietários diferentes ao longo de sua existência². Segundo os autores, a primeira transmissão de propriedade ocorreu de pai para filho. Manuel de Barcellos Domingues vendeu as terras de sua propriedade para o seu herdeiro que ficou encarregado da administração do engenho a partir de 1691. A transferência de propriedade entre esses diversos donos ocorreu por venda ou por espólio em razão do falecimento de quem detinha a posse, passando então para quem tinha direito à herança.

Conforme as pesquisas realizadas por Silva e Neto (2020), somente em 1748 que o nome Bangu apareceu em um documento oficial em referência à fazenda que existia na região. Segundo os autores, a responsável foi Dona Brites de Lemos, ao preparar uma escritura de arrendamento para as terras que herdara de seu falecido irmão, João Freire Alemão de Cisneiros. Por conta de dívidas, Dona Brites quase perde a propriedade, mas após acordo com os credores, conseguiu vender a fazenda para o Coronel Gregório de Moraes e Castro Pimentel em 1759.

A informação sobre a utilização do nome Bangu, apresentada por Silva e Neto (2020), contradiz Silva (1985; 1989), que aponta o pioneirismo de Dona Ana Francisca de Castro de Moraes e Miranda acerca de seu uso, em documentos relativos à fazenda entre 1798 e 1855, período em se tornou proprietária após os falecimentos de seu pai, que havia comprado a fazenda de Dona Brites, e de seu esposo, o Sargento-Mor José Correa Doutel.

Entretanto, se Dona Ana Francisca não foi mesmo a pioneira na questão do uso do nome Bangu, ela ao menos responsável por sua expansão territorial da propriedade. Silva (1985) revela que no período em que Dona Ana esteve à frente da fazenda, ela conseguiu ampliar seus limites - por meios questionáveis como a queima de bens de sitiantes vizinhos, expulsão dos mesmos e posterior invasão destas propriedades por considerá-las abandonadas - além de delimitar, fazendo limite com as fazendas dos Religiosos, do Carmo, dos Barata, do Viegas, com a do Piraquara e na parte central com a do Retiro. Segundo a autora, quando a propriedade

² De acordo com Silva e Neto, foram proprietários da Fazenda Bangu: Manoel de Barcellos Domingues, Marcello da Silva Machado, João Manoel de Melo, Antônia Araújo, João Freire Alemão de Cisneiros, Manuel Freire Alemão, Dona Brites de Lemos, Coronel Gregório de Moraes e Castro Pimentel, Sargento-Mor José Correa Doutel, Dona Anna Francisca de Castro Moraes e Miranda, Gregório de Castro Moraes e Souza, Conselheiro Manuel Felizardo de Souza e Mello, Carlos Teixeira, John Christopher Judkins, Manoel Miguel Martins (o Barão de Itacurussá) e Companhia Progresso Industrial do Brasil.

da fazenda passa para Gregório de Castro Moraes e Souza (filho de Dona Ana Francisca), as fazendas do Retiro e Piraquara são anexadas.

Segundo Silva e Neto (2020), com o falecimento de Gregório no ano de 1864, seu meio-irmão, o Conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello, então proprietário da Fazenda do Retiro (cujo território compreende a parte norte do bairro), herda a Fazenda Bangu. Após esse longo período de transmissão da propriedade através de herança (entre 1759 e 1866), os herdeiros do Conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello decidem vender a fazenda em 1866. A partir desse momento, a Fazenda Bangu passa por uma série de donos, até ser vendida pelo Barão de Itacurussá para a Companhia Progresso Industrial do Brasil

No final do século XIX, Bangu começa a passar por um período de intensas transformações espaciais, a partir da instalação de uma indústria têxtil na região, a Companhia Progresso Industrial do Brasil (CPIB). De acordo com Márcio Piñon de Oliveira (2010), a Companhia foi constituída em 6 de fevereiro de 1889, com um capital de três mil contos de réis, dividido em quinze mil ações em duzentos mil réis cada uma. Ao relatar como surge este empreendimento, discorre o autor:

[...] certo dia, no despontar de 1889, o engenheiro brasileiro, descendente de ingleses Henrique Morgan Snell, membro da firma De Morgan Snell & Co, sediada em Londres, resolve, em plena crise da economia agroexportadora, implementar um projeto de fábrica de tecidos, oferecendo-o a quem tinha capital e meios de viabilizar a criação de uma vultuosa indústria têxtil e apresentando-o como um excelente negócio no qual investir. Em sua peregrinação capitalista, o engenheiro encontrou pela frente dois banqueiros, o conde de Figueiredo e o barão de Salgado Zenha, ligados em sua origem ao capital mercantil. Após examinarem as plantas da fábrica, acompanhadas do cálculo de custos e despesas de fabricação e demonstração de lucro provável sobre o capital empregado, eles resolveram bancar a ideia do projeto fabril e tomar a iniciativa da fundação da companhia. (Oliveira, 2010: 95-96).

Com a criação da CPIB, seus proprietários buscaram um local para a instalação da fábrica. De acordo com Silva (1985: 25), para a instalação do empreendimento fabril, era necessário um terreno que atendesse pelo menos a duas condições: que fosse contíguo à capital e, conseqüentemente, facilitasse o transporte da produção, e que o local escolhido contasse com elementos básicos como um meio de transporte que facilitasse o escoamento da produção fabril, e também água em abundância, o suficiente para o consumo fabril. Segundo a autora, a ideia inicial era instalar a fábrica nos terrenos da chácara do Duque de Caxias, situada no atual bairro da Tijuca. Mas, diante da possibilidade da escassez de água para a produção, o engenheiro anglo-brasileiro Henrique Morgan Snell, encontrou na freguesia rural de Campo Grande o local para instalação da fábrica de tecidos, conforme consta nas informações publicadas na edição de número 229 da Revista de Engenharia, em 14 de março de 1890:

Depois de diversas pesquisas infrutíferas, o Sr. Dr. Snell informou que na freguesia do Campo Grande havia terrenos com cachoeiras que podiam fornecer a quantidade d'água precisa para todos os trabalhos da fábrica, e, à vista desta notícia, o diretor-secretário foi ver esses terrenos e águas, acompanhado do mesmo Sr. Dr. Snell, que mediu e avaliou as águas em 2,000,000 de litros diários; sendo, porém, necessário comprar quatro propriedades ligadas, para ter além das águas, terreno apropriado à construção da fábrica do lado da linha férrea, e perto da povoação do Realengo no ramal da estrada de ferro de Santa Cruz.

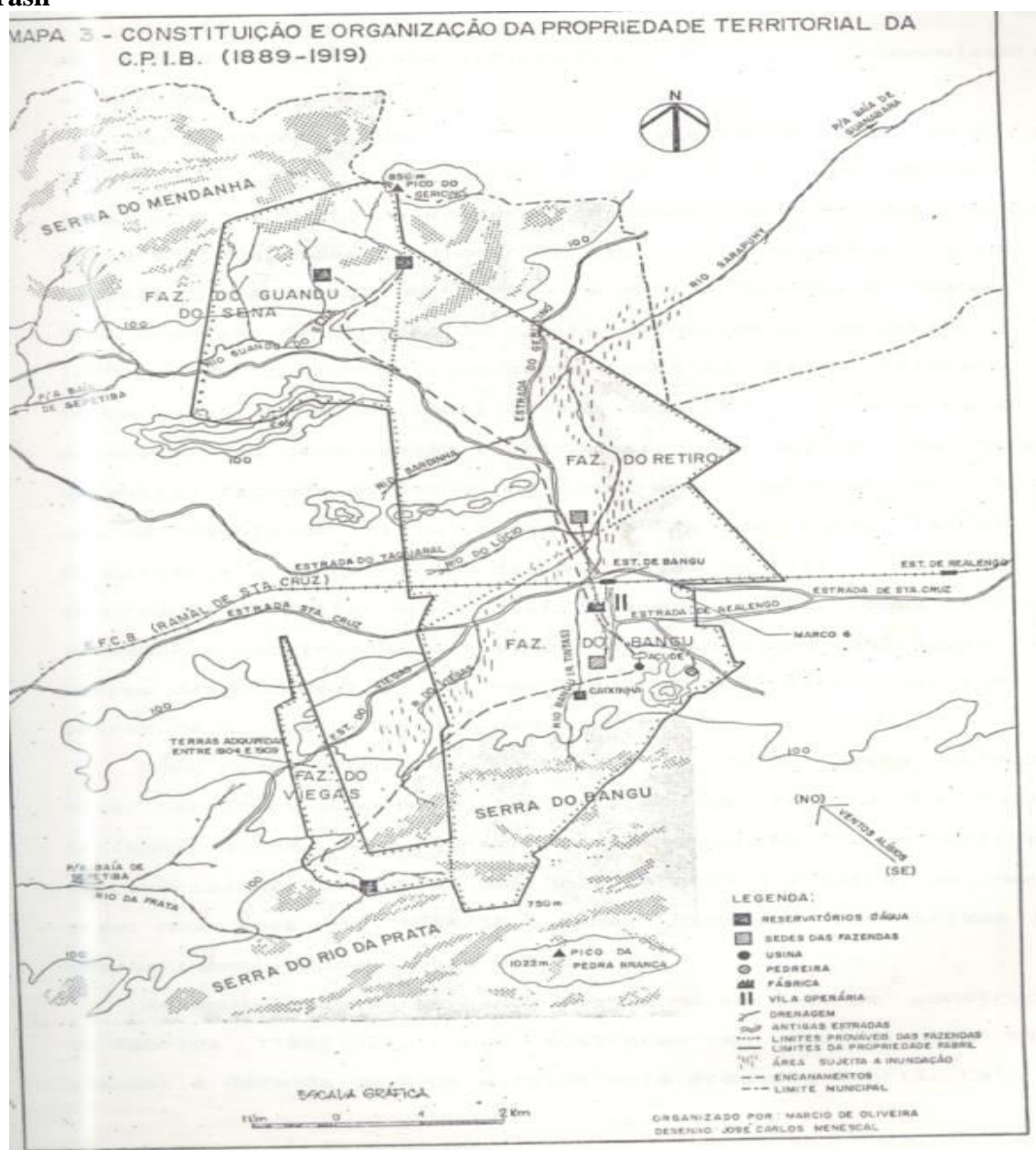
Ainda conforme as informações publicadas na edição de número 229 da Revista de Engenharia, a Companhia resolveu comprar quatro propriedades na freguesia rural de Campo Grande: Fazenda do Retiro, Fazenda Bangu, Sítio do Agostinho e Sítio dos Amaraes.

Para a CPIB, comprar terras na zona rural do Distrito Federal foi economicamente mais vantajoso pelo baixo custo das propriedades; além disso, neste local a Companhia não ficaria refém do incerto abastecimento de água que com certa frequência atingia as freguesias urbanas do Rio de Janeiro. Em Oliveira (1991: 62), é possível ver que, apesar do receio dos diretores da

Companhia com o problema da falta d'água nas freguesias urbanas, o mesmo acaba ocorrendo na freguesia rural - na forma de crises hídricas em razão da diminuição do volume de água captado nos mananciais das serras do Mendanha e de Bangu - fazendo com que a CPIB, ao longo dos anos, constituísse através de compra vasta extensão de terras na região a fim de solucionar os problemas relativos à escassez deste importante recurso natural para a produção de tecidos. Inclusive, a procura e aquisição de terras com nascentes de rios nesta região, transformou, como diz Oliveira (1991: 63), o uso deste recurso como um monopólio da fábrica e trouxe também disputas judiciais quanto ao seu uso, o que provocou o embargo da obra de canalização, sendo um dos motivos para o atraso na entrega da obra da fábrica e início do seu funcionamento. Além da água, de acordo com Silva (1989: 78), o engenheiro Henrique Morgan Snell considerou para a instalação da fábrica de tecidos na região a presença de um ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil. A construção da estação de trem de Bangu ainda em 1890 foi determinante para a instalação da fábrica, assim como posteriormente foi de vital importância para o escoamento da produção têxtil.

Segundo Oliveira (2010), após a instalação da fábrica de tecidos em conjunto com as ações praticadas pela CPIB em seu território constituído inicialmente em 3660 hectares de propriedade (mapa 3), foi possível identificar na região três arranjos espaciais na passagem do século XIX para o século XX: o de “fábrica-fazenda”, com a instalação da fábrica na fazenda; o de “cidade-fábrica”, que ocorre a partir da expansão da produção têxtil da CPIB que ocorre antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918); e o de “fábrica da cidade”, com início na década de 1930 com a alienação do patrimônio adquirido pela Companhia, com a gradativa e definitiva incorporação de Bangu à dinâmica do espaço metropolitano do Rio de Janeiro.

Mapa 3: Constituição da propriedade territorial da Companhia Progresso Industrial do Brasil



Fonte: Oliveira, 2006.

Como aponta Oliveira (2010), a fundação da CPIB na zona rural do Distrito Federal não é um fato isolado, tendo em vista que outras indústrias têxteis se instalam nas freguesias urbanas do Rio de Janeiro no mesmo período. As criações dessas indústrias estão ligadas ao que o economista Roberto Simonsen entende como o primeiro surto industrial do Brasil, ocorrido entre as décadas de 1880 a 1890 (SIMONSEN, 1973: 16).

Conforme dito anteriormente, a história de Bangu e as transformações espaciais que ocorrem durante a passagem do Império para a Primeira República têm forte ligação com a escolha daquele local para a instalação da fábrica têxtil da Companhia. E sobre isto, Oliveira (2010), identificou e periodizou os três arranjos espaciais que a região passou a apresentar a partir da constituição da CPIB. Sobre a primeira forma espacial “fábrica-fazenda”, o autor diz que neste arranjo não houve substituição por completo do espaço com características e estrutura rural para um de estrutura fabril de forma urbana. O que houve inicialmente foi a conjugação dessas duas formas, aonde a partir do espaço rural foi sendo produzido um espaço que

posteriormente pudesse atender as necessidades do sistema fabril e da indústria têxtil. E, dessa simbiose, decorre o arranjo espacial “fábrica-fazenda” identificado pelo autor.

Com o advento da Primeira República, a Companhia gradativamente vai abandonando o primeiro arranjo espacial, o de “fábrica-fazenda”. Segundo Oliveira (2010), a CPIB muda a orientação e coloca em prática uma nova política onde a empresa se distancia das atividades agrícolas, enquanto inicia investimentos em infraestrutura e urbanização como estratégia de mobilização e incremento na força de trabalho ao redor da fábrica.

Entre os anos de 1904 e 1910, a CPIB investe em uma série de melhorias que vão desde a realização de obras no sistema de esgotamento sanitário, obras de urbanização com a abertura de novas ruas visando a expansão do casario da vila operária até a chegada de iluminação através de corrente elétrica. De acordo com Silva (1985: 104), o plano de urbanização, arruamento e loteamento de Bangu iniciou-se nesta época, tendo sido realizado pelo engenheiro Orozimbo do Nascimento, o mesmo que fora encarregado pela execução do plano de construção da cidade de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais. Segundo a autora, o plano de urbanização de Bangu seguiu a forma de um quadrilátero (semelhante ao de Belo Horizonte), com a primeira etapa das obras durando de 1906 a 1916.

A iluminação elétrica inicialmente era restrita a determinados setores da fábrica de tecidos. A Companhia fez investimentos para expandir a eletricidade na fábrica visando o aumento da produção têxtil. Posteriormente, necessitando de mais eletricidade em razão do aumento do consumo, a CPIB contratou junto à companhia elétrica The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Company, o fornecimento de energia elétrica. A partir de 1910, a eletricidade se tornou realidade nas em algumas residências da vila operária. Neste mesmo ano, conforme nos mostra Silva (1985: 184), a fábrica deixa de usar a energia a vapor, tendo sido totalmente eletrificada em 1913, no curso dos processos de melhoramentos e transformações que não eram circunscritos apenas na área externa da Companhia. Para Oliveira (2010), como resultado dessas e outras transformações, o arranjo espacial da “cidade-fábrica” foi sobrepondo gradativamente o arranjo “fábrica-fazenda”, e se impôs, criando mais demanda por terra urbana, consolidando o território fabril.

De acordo com Oliveira (2010), as estratégias territoriais que a empresa adota ao longo dos anos tem por objetivo a captação, imobilização e ampliação da mão de obra para que a produção têxtil da Fábrica Bangu pudesse ser expandida. Dessa forma, a partir de 1919, a Companhia adota uma estratégia de estímulo aos arrendamentos, que dura até o início dos anos 1930. E conforme nos mostra o autor, a estratégia de estímulo aos arrendamentos se esgota a partir da década de 1930 em razão de um cenário de crise em torno da questão da terra em Bangu. Essa crise sobre a questão da terra ocorre em razão da CPIB ser proprietária de um vasto território na região para onde a cidade do Rio de Janeiro se expandia, incorporando novas áreas à dinâmica urbana.

A partir da década de 1930, a Companhia passa a adotar uma nova estratégia territorial que consiste na alienação de seu patrimônio. Assim, como nos mostra Oliveira (2006), a forma “cidade-fábrica” gradualmente vai se transformando em um subúrbio carioca³ incorporado à

³ Em *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858/1945*, o geógrafo Nelson da Nóbrega Fernandes, realiza uma longa discussão acerca do subúrbio e como esta categoria sofre um rapto ideológico na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o autor, é durante o período que ocorrem as reformas urbanas iniciadas por Francisco Pereira Passos no início do século XX, que a categoria deixa de ser usada na representação de todos os espaços circunvizinhos à cidade, fixando-se de maneira exclusiva nos lugares ao norte e ao oeste, servidos pelas estradas de ferro. Segundo o autor, a partir desse momento, o subúrbio começou a representar “o espaço idealizado como lugar do proletariado e das indústrias, simbolizando o ambiente das classes sociais e das atividades rejeitadas pela cidade” (FERNANDES, 2011: 52). Para o autor, o rapto ideológico da categoria subúrbio foi um processo, que termina antes do final da Segunda Guerra Mundial, resultando em um conceito carioca de subúrbio, usado como sinônimo de bairro popular servido pela ferrovia.

dinâmica urbana do Rio de Janeiro, modificando o arranjo espacial. Ainda segundo o autor, a estratégia de alienação patrimonial adotada pela CPIB contribuiu para processo de retalhamento das terras da região que eram de propriedade da empresa, que inclusive tinha um departamento territorial que elaborava projetos de loteamentos e vendia os terrenos com pagamento a prazo. Esse processo de alienação patrimonial, seguido do retalhamento do território da Companhia, fizeram emergir o bairro de Bangu.

Como vimos até aqui, a Companhia Progresso Industrial do Brasil desempenhou ao longo de anos um papel importante para o desenvolvimento urbano da região, sendo a principal responsável pela criação do atual bairro de Bangu. Desde a constituição da empresa e escolha do local para a instalação do empreendimento fabril têxtil, a Companhia foi um dos agentes responsáveis pela produção social do espaço urbano local que foi posteriormente incorporado à metrópole do Rio de Janeiro, como Oliveira (2010) nos mostra. Além da CPIB, o Estado é outro agente social importante nesse processo de produção.

1.1.1. A produção do espaço social em Bangu

Antes de tratar sobre a produção social do espaço urbano em Bangu através dos agentes responsáveis por modelar esse espaço neste recorte temporal que se inicia a partir da constituição da Companhia Progresso Industrial do Brasil no final do século XIX até a atualidade, apresentaremos antes uma discussão sobre o espaço e o urbano a partir dos fundamentos teóricos elaborados por Henri Lefebvre.

Dando início às discussões sobre o urbano, recorreremos à obra “Espaço e Política” de Lefebvre (2008 [1973]). Apresentando um debate cuja intenção é distinguir cidade e urbano, o autor afirma que este último, aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade. Para ele, o urbano se distingue da cidade por permitir “reconsiderar e mesmo compreender certos aspectos dela que passaram despercebidos durante muito tempo: a centralidade, o espaço como lugar de encontro, a monumentalidade, etc.” (LEFEBVRE, 2008 [1973]: 84).

A partir do momento que o processo de “implosão-explosão” da cidade se aprofunda, o fenômeno urbano se estende sobre uma grande parte do território, “encerrado num tecido urbano cada vez mais cerrado, não sem diferenciações locais e sem ampliação da divisão (técnica e social) do trabalho para as regiões, aglomerações e cidades.” (LEFEBVRE, 2011 [1968]: 18). Dessa forma, de acordo com Lefebvre, “o tecido urbano se prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária” (LEFEBVRE, 2002 [1970]: 17), representando assim, o predomínio da cidade sobre o campo. Segundo ele, o tecido urbano é o suporte de um “modo de viver”, o da sociedade urbana (LEFEBVRE, 2011 [1968]:19).

Ao pensar o espaço, Henri Lefebvre (2002 [1970]) explica que as estruturas do espaço devem ser concebidas como resultado da atividade de “agentes” ou “atores” sociais, de “sujeitos” coletivos que operando através de impulsos sucessivos são responsáveis por projetar e modelar extensões do espaço. Ainda segundo ele:

[...] A burguesia mercantil, os intelectuais, os homens de Estado modelam a cidade. Os industriais, antes de tudo, demoliram-na. Quanto à classe operária, não teve outro espaço que o da sua expropriação, da sua expulsão: da segregação. (Lefebvre, 2002 [1970]: 119).

Explicando como sobre como as estruturas do espaço devem ser concebidas, Lefebvre nos mostra que existem diversos agentes, atores sociais e sujeitos coletivos que operam na modelagem do espaço. Quando discorre sobre a ilusão urbanística, no momento em que volta suas críticas aos tecnocratas, ele apresenta o espaço como produto. De acordo com ele, “o espaço, considerado um produto, resulta das relações de produção a cargo de um grupo atuante.” (LEFEBVRE, 2002 [1970]: 142). O mundo da mercadoria atinge um estágio onde tudo é produto (mercadoria), e, neste contexto, Lefebvre diz que o próprio espaço, enquanto produto, é comprado e vendido. Não se trata de terra ou solo, mas do espaço social produzido

com essa finalidade. Conforme alertado pelo autor, a produção do espaço não se configura em fato novo, pois, historicamente, determinados grupos dominantes sempre produziram algum espaço particular, como o das cidades antigas ou dos campos. A novidade se encontra no fato da produção global e total do espaço social.

Na obra “Espaço e Política”, Lefebvre apresenta quatro hipóteses teóricas acerca da problemática do espaço. Na primeira hipótese, o espaço é apresentado como forma pura, transparência e inteligibilidade, onde ele é concebido excluindo a ideologia, a interpretação e o não saber. De acordo com o autor, nessa hipótese, a forma do espaço é uma essência, desembaraçada do conteúdo sensível, material, vivido e prático. Dessa forma, ainda segundo Lefebvre:

Considerando que a lógica constrói espaços de atributos, que os cientistas constroem espaços de configurações com um certo número de variáveis e parâmetros, o espaço se apresenta como coerência e modelo de coerência. Ele articula o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real. (Lefebvre, 2008 [1973]: 41).

Na segunda hipótese apresentada pelo pensador, o espaço é concebido como social, produto da sociedade, constatável e dependente. Segundo o autor, este espaço social resulta do trabalho e da divisão do trabalho, sendo o lugar geral dos objetos produzidos, objetivado e, portanto, funcional. Assim, segundo ele:

Qualquer que seja a conclusão que se tire dessa hipótese, o espaço é o objetivo, ou melhor, a objetivação do social e, conseqüentemente, do mental. Para conhecê-lo, é imprescindível a *démarche* descritiva. Uma forma se desprende ou se constrói a partir dos conteúdos que o conhecimento descobre ou recorta. Ele se conhece reconhecendo-se, seja de uma maneira experimental, seja pela abstração científica metodologicamente elaborada. (Lefebvre, 2008 [1973]: 44).

Na terceira hipótese apresentada por Lefebvre, o espaço é concebido não como um ponto de partida e nem mesmo como um ponto de chegada, mas um intermediário, um meio e uma mediação. Segundo o autor, nesta terceira hipótese, o espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado e sua representação estaria a serviço de uma estratégia (seja de um poder como o Estado, de uma classe dominante como a burguesia, ou de um grupo como os tecnocratas) sendo, simultaneamente, abstrata e concreta, pensada e desejada, ou seja, uma estratégia projetada. Ainda sobre esta terceira hipótese, diz ele:

Nessa hipótese, repitamos, o espaço, ao mesmo tempo funcional e instrumental, vincula-se à reprodução da força de trabalho pelo consumo. Pode-se dizer que ele é o meio e o modo, ao mesmo tempo, de uma organização do consumo no quadro da sociedade neocapitalista, isto é, da sociedade democrática de consumo dirigido. Em verdade, a aparente finalidade da sociedade, o consumo, se define pela reprodução da força de trabalho, ou seja, das condições do trabalho produtivo. (Lefebvre, 2008 [1973]: 45-46).

A quarta hipótese, apresentada pelo autor, é de um espaço que estaria ligado à reprodução das relações sociais de produção. Esta hipótese teórica envolve a terceira, ampliando a análise com algumas modificações. O autor afirma que, para a compreensão desta hipótese, é necessário ter como referência a reprodução das relações de produção, e não a produção no sentido restrito a interpretação dos economistas, neste caso, trata-se do processo de produção das coisas e seu consumo. De acordo com ele, o espaço seria um esquema de sentido dinâmico comum e uma relação de suporte de inerências na dissociação, de inclusão na separação. Sendo, desta forma, “um espaço que é ao mesmo tempo, abstrato-concreto, homogêneo e desarticulado, que se deveria reencontrar nas cidades novas, na pintura, na escultura e na arquitetura e também no saber” (LEFEBVRE, 2008 [1973]:48). Sobre a análise do espaço homogêneo e desarticulado, diz respeito à produção em sentido amplo (o de produção de relações sociais e re-produção de determinadas relações). Ainda segundo o autor, é nesse

sentido que o espaço inteiro se torna o lugar dessa reprodução, sendo incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços educativos, da cotidianidade, etc.

De acordo com Lefebvre (2013 [1974]), enquanto produto, o espaço social intervém na produção através da organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de distribuição dos produtos, etc. Segundo o autor, o espaço se insere nas relações de produção e nas forças produtivas de maneira produtiva e produtora, e se dialetiza, com “produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais” (LEFEBVRE, 2013 [1974]: 56, tradução nossa).⁴

O conceito de espaço pensado por Lefebvre liga o mental e o cultural, o social e o histórico. De acordo com ele, o conceito de espaço atua na reconstrução de um processo complexo que envolve o descobrimento de novos espaços, de produção (da própria organização social), de criação de obras com a paisagem e a cidade com seus monumentos e decoração. Segundo o autor:

Trata-se de uma reconstrução evolutiva, genética (como uma gênese) mas de acordo com uma lógica: a forma geral da simultaneidade. E isto porque todo o dispositivo espacial repousa sobre a justaposição em inteligência e sobre a montagem material de elementos a partir dos quais se produz a simultaneidade... (Lefebvre, 2013 [1974]: 57, tradução nossa).⁵

Diante das contribuições de Lefebvre para pensar o espaço, é possível compreender que é o espaço em questão é social, sendo fruto de um produto social, como assinala Christian Schmid (2012). E, ainda de acordo com Schmid, o espaço sendo a forma geral da simultaneidade, ele representa a ordem sincrônica da realidade social. Já o tempo, “denota a ordem diacrônica e, assim, o processo histórico da produção social” (SCHMID, 2012: 91).

Conforme aponta Lefebvre (2002 [1970]), mencionado anteriormente neste texto, diferentes agentes, atores sociais, além dos sujeitos coletivos, são responsáveis por modelar e produzir o espaço. Para a análise que se pretende realizar neste item, optamos por abordar as práticas exercidas pela Companhia Progresso Industrial do Brasil e também pelo Estado, que teve como resultado o processo de criação do bairro de Bangu.

A partir do exposto até aqui, e à luz da história, é possível afirmar que o urbano se manifesta em Bangu a partir do latente processo de expansão da cidade do Rio de Janeiro mencionado por Oliveira (2010), onde áreas periféricas foram incorporadas à dinâmica da cidade. A essa expansão urbana, como pudemos ver, atribui-se ao processo de implosão-explosão descrito por Lefebvre, que no caso de Bangu é possível ser notado como mais nitidez a partir da constituição do empreendimento produtivo (a fábrica de tecidos) que gradativamente irá transformar o espaço ao longo dos anos.

Com a constituição da fábrica de tecidos, a instalação da estação ferroviária que viabilizou o empreendimento, a construção de unidades para fins de habitação (seja pela fábrica, por pessoas que arrendavam os terrenos da Companhia e neles construam suas residências) foi de vital importância não apenas para a CPIB na imobilização da tão necessária mão de obra, mas também para o próprio desenvolvimento do espaço social do bairro que começava a surgir. Neste sentido, conforme aponta Silva (1985: 290), este espaço que foi gradativamente modificado ao longo dos anos pela Companhia, de propriedade particular da mesma, só foi repassado à municipalidade em 1917, com uma série de serviços básicos como água encanada,

⁴ [...] el espacio entra en las relaciones de producción y en las fuerzas productivas (mejor o peor organizadas). [...] Se dialectiza: producto-produtor, soporte de relaciones económicas y sociales (LEFEBVRE, 2013 [1974]: 56).

⁵ [...] Se trata de una reconstrucción evolutiva, genética (con una génesis) pero de acuerdo a una lógica: la forma general de la simultaneidad. Y esto porque todo dispositivo espacial reposa sobre la yuxtaposición en la inteligencia y sobre el montaje material de elementos a partir de los cuales se produce la simultaneidad... (LEFEBVRE, 2013: 57).

sistema de esgotamento sanitário, arruamento, iluminação pública e particular, realizados pela CPIB.

É possível ver em Oliveira (1991), que inicialmente a produção do espaço urbano em Bangu não contou com a participação direta do Estado, diferente do que ocorreu nos bairros vizinhos de Campo Grande e Santa Cruz. Mas, a partir da mudança de orientação da CPIB, que provocou a transferência das quais se encarregava ao poder público, o Estado forçosamente passou a ser um agente produtor um pouco mais atuante, mediante estímulos da própria companhia, que buscando ter boa relação com o poder público, doou terrenos para a instalação de uma escola em 1934 (Escola Getúlio Vargas⁶, ao lado do terreno da fábrica), de uma agência da Caixa Econômica Federal (CEF) em 1936, e para um abrigo de tuberculosos⁷ em 1938. Essas ações que buscavam estreitar o relacionamento entre a CPIB e o poder público fez com que a empresa conseguisse atravessar os entraves jurídicos e políticos que a impossibilitava de executar o plano de lotear e vender os terrenos de sua propriedade. Dessa forma, a partir de 1936, o Departamento Territorial, órgão da CPIB, criado em 1929 exclusivamente para cuidar do território fabril, consegue a aprovação da Prefeitura para os primeiros loteamentos. Com o passar dos anos, outros loteamentos também são aprovados, acelerando ainda mais a urbanização nos terrenos da Companhia e contribuindo na tarefa de alienação do território fabril.

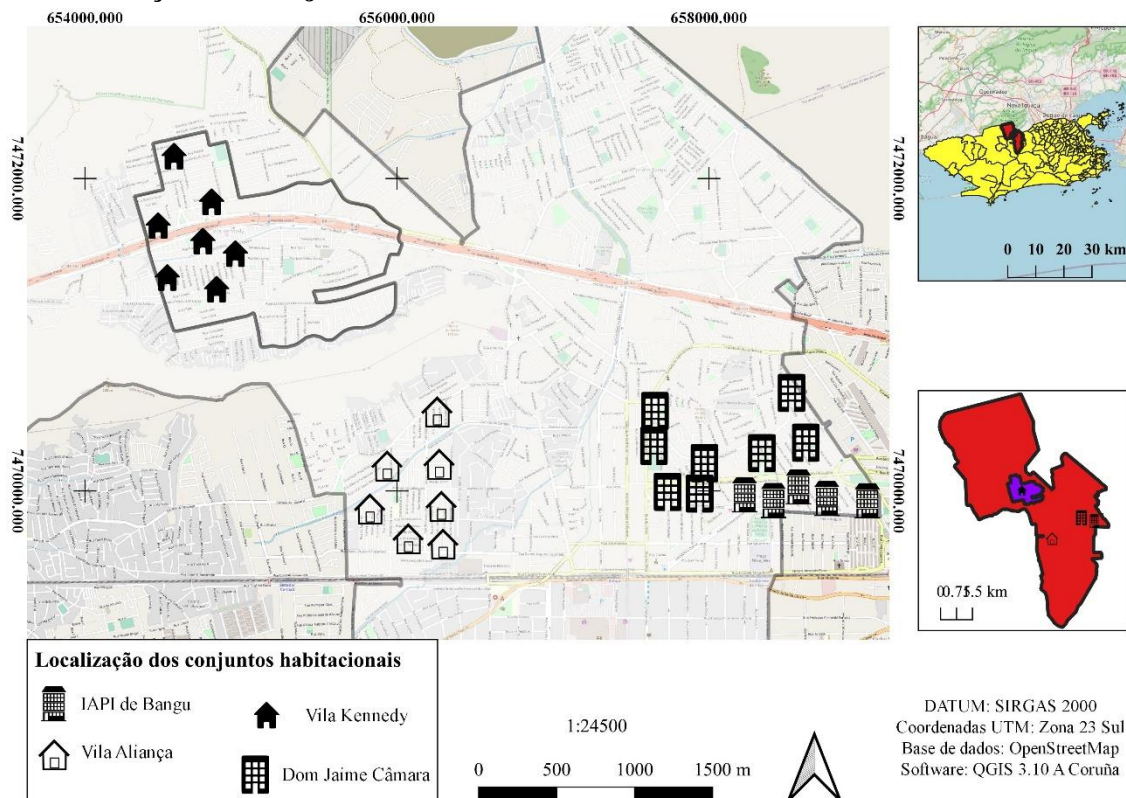
Dos múltiplos papéis que o Estado pode desempenhar na produção do espaço, à luz da história, é possível ver que em Bangu, essa atuação ficou marcada pela produção de habitação. Essa participação do Estado na produção de habitação na região, ainda que indireta, remonta desde os tempos do Império, com o Decreto n.º 3.151, de 9 de dezembro de 1882, que isentava de imposto predial por até 20 anos e concedia outros benefícios para as empresas que construíssem habitação para operários e classes pobres na cidade do Rio de Janeiro, do qual a CPIB foi beneficiária. Dessa forma, é possível ver que o Estado não investiu propriamente na promoção de habitação, mas interviu favorecendo empresas e incorporadores imobiliários incentivando a construção de moradias.

Já na República, enquanto produtor de residências, as ações empreendidas pelo Estado na produção de habitação podem ser vistas a partir do primeiro período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), pois, conforme aponta Mariana Fix (2011), o problema da habitação passou a ser reconhecido pelo governo. A tentativa do governo Vargas para solucionar o problema da habitação foi através dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), criados na década de 1930. De acordo com Fix (2011: 76) os IAPs foram as primeiras instituições públicas a tratar da questão habitacional, apesar de a produção de residências ter sido uma atividade secundária ao propósito dos institutos, que atendia apenas aos membros associados. No caso particular de Bangu, essa atuação do Estado pode ser vista inicialmente na construção do primeiro conjunto habitacional do bairro, o conjunto do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI Bangu), em 1945. Posteriormente, também foram construídos em terrenos anteriormente pertencentes à Companhia (mapa 4), e que foram loteados e vendidos para a COHAB-GB (depois e atualmente CEHAB-RJ), os conjuntos habitacionais da Vila Aliança (1962), Vila Kennedy (1964) e Dom Jaime Câmara (1968).

⁶ Esta escola existe até os dias atuais, pertencendo à rede municipal de ensino da cidade do Rio de Janeiro. Existe um acordo entre a Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro para a partilha do prédio, que no período noturno, abriga as turmas de ensino médio do Colégio Estadual Cristóvão Colombo. A escola foi tombada pelo Decreto Municipal n.º 9.414, de 21 de junho de 1990, que informa que o prédio tem estilo neocolonial. Porém, em outras fontes da prefeitura, é possível ver que a escola foi construída inspirada na arquitetura de estilo modernista.

⁷ Construída em 1936, a primeira agência da CEF, localizada na rua Francisco Real, não existe mais. O abrigo de tuberculosos, era localizado no mesmo endereço que o Fórum Regional de Bangu ocupa atualmente, na rua Silva Cardoso, e também não existe mais. Atualmente, a entrada do Fórum é feita pela rua Doze de Fevereiro.

Mapa 4: Localização dos conjuntos habitacionais



Fonte: Data Rio – Instituto Pereira Passos (2022) e OpenStreetMap (2023). Mapa elaborado pelo autor com o uso de software livre em abril de 2023.

O detalhe comum e perverso dos três conjuntos habitacionais instalados em Bangu durante a década de 1960, é que serviram majoritariamente para a habitação de famílias advindas do processo de remoção de favelas que vigorou no Rio de Janeiro entre as décadas de 1960 e 1980. De acordo com Oliveira (1991: 236), o retalhamento do território fabril da CPIB através dos loteamentos, resultou no nascimento do subúrbio de Bangu, sendo este vinculado à dinâmica do crescimento da cidade do Rio de Janeiro.

1.2. RUAS FECHADAS: DO ASPECTO “LEGAL” AO PROBLEMA DAS RUAS FECHADAS

Neste item, discutiremos a respeito do processo de fechamento de ruas ao livre tráfego urbano, apresentando inicialmente o aspecto legal que permite aos cidadãos a adoção deste tipo de prática e também os problemas que esses fechamentos trazem para a cidade.

A prática de fechar ruas não é uma novidade, nem mesmo uma exclusividade da cidade do Rio de Janeiro. Desta mesma forma, ao menos na realidade urbana contemporânea do Rio de Janeiro, nunca se fez necessário um dispositivo legal (decreto ou lei municipal) para que este fato fosse consumado. Entretanto, os dispositivos legais cumprem o papel de dar a legitimidade a este tipo de prática. Dessa forma, Brasil afora, temos uma série de dispositivos legais que foram aprovados com esse intuito. A partir do levantamento feito para iniciar esta pesquisa, foi possível constatar que um dos mais antigos foi uma lei promulgada na cidade do Salvador, capital da Bahia. Em seu 8º artigo, a Lei Municipal n.º 4.607/1992, permitiu aos interessados (a suas expensas), apresentarem propostas de instalação de portões ou guaritas em vias públicas de acesso local com residências uni-domiciliar visando oferecer mais segurança às habitações.

Além do caso da cidade do Salvador, outras capitais de Estados apresentam dispositivos legais que versam sobre a questão do fechamento de ruas. Ainda na Região Nordeste, em 2018 foi sancionada, em Natal, capital do Rio Grande do Norte, o programa Bairro Seguro (Lei Municipal n.º 0531/2018) que dispõe sobre a instalação de equipamentos de sinalização e também de bloqueios nas ruas públicas dos bairros residenciais da cidade; em São Luís, capital do Maranhão, ainda não existe decreto ou lei que trate deste assunto, mas está em tramitação na Câmara Municipal um projeto de lei (PL n.º 02/2018) sobre o fechamento ao tráfego de veículos estranhos aos moradores de ruas residenciais com características de rua sem saída. Assim como em São Luís, a capital do Estado do Ceará, Fortaleza, tem tramitando em sua câmara municipal projeto de lei semelhante (PL n.º 62/2019), a mesma situação ocorre em Porto Alegre com a tramitação de um projeto de lei (PL n.º 230/2016) com o mesmo tema.

Na Região Norte do país, Manaus (Decreto Municipal n.º 3074/2015) regulamentou a autorização do controle de acesso e cessão de uso de vias públicas por particulares. Já na Região Centro-Oeste, Campo Grande (lei municipal n.º 4.607/2008), Goiânia (lei municipal n.º 311/2018) e Cuiabá (lei municipal n.º 6.258/2018) dispõem de leis que tratam sobre o controle de acesso de pessoas e veículos através do fechamento de ruas residenciais sem saída. Na Região Sudeste, o mesmo pode ser visto em Belo Horizonte com dois dispositivos (Leis Municipais 8.768/2004 e 10.068/2011) que autorizam o controle e monitoramento de veículos e transeuntes em ruas sem saída da capital mineira. Em São Paulo, foi aprovada em 2009 pela Câmara Municipal uma lei sobre este tema (Lei Municipal n.º 15.002/2009), que anos depois foi considerada ilegal pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Entretanto, em 2016, a Lei Municipal n.º 16.439 entrou em vigor dispondo sobre a restrição de circulação em vilas, ruas sem saída e ruas em impacto no trânsito local.

Todos os dispositivos legais citados anteriormente apresentam textos muito parecidos. São tão parecidos que fica a impressão que os respectivos autores não tiveram nenhum pudor e simplesmente fizeram uma cópia com poucas mudanças de palavras. Neste ponto, algumas palavras-chave se destacam. Entretanto, excetuando o caso da lei em vigor na cidade de São Paulo, os demais dispositivos redigidos, aprovados, promulgados e também aqueles que se encontram em fase de tramitação, a palavra segurança (a falta de, ou o sentimento de insegurança) aparece como justificativa para a existência desses dispositivos. Isso não diferirá do caso da cidade do Rio de Janeiro, onde as questões relacionadas à segurança são desde sempre a justificativa usada para esse tipo de projeto.

No caso específico da cidade do Rio de Janeiro, foco deste trabalho que trata sobre fechamentos de ruas em Bangu, pelo menos desde o final de década de 1980 os poderes executivo e legislativo do município vêm criando dispositivos legais com vistas a regular e permitir a instalação engenhos em vias públicas.

A partir de uma tentativa de estabelecer uma linha cronológica para apresentar os dispositivos legais decretados e sancionados no município do Rio de Janeiro, nos deparamos com uma lei municipal do ano de 1989. Tendo vencido o pleito municipal de 1988, Marcello Alencar⁸ ocupava o cargo de prefeito da capital e sancionou a Lei Municipal 1.511, de 18 de dezembro de 1989. Oriunda de um Projeto de Lei (PL) vindo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a partir desta lei foi autorizada a construção de portões e portarias nos conjuntos habitacionais da cidade que dispunham apenas de uma entrada e uma saída. No segundo parágrafo do primeiro artigo desta lei, está expresso o veto à instalação destes tipos de obstrutores de circulação em logradouros que sirvam para o trânsito de transportes de carga ou

⁸ Após a vitória no pleito de 1988, Marcello Alencar assume a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 1º de janeiro de 1989, permanecendo até 31 de dezembro de 1992. Antes de vencer a eleição, por indicação do governador Leonel de Moura Brizola (à época, o governador do estado indicava os prefeitos das capitais), ocupou a prefeitura entre 5 de dezembro de 1983 e 1º de janeiro de 1986, sendo sucedido por Roberto Saturnino Braga, que foi prefeito entre 1º de janeiro de 1986 e 1º de janeiro de 1989.

coletivo. O artigo segundo deixa claro que esta lei não contempla os locais servidos por instituições da rede oficial de ensino.

Menos de dez anos após o surgimento da lei sancionada por Marcello Alencar, Cesar Maia, ocupando o cargo de prefeito pela primeira vez⁹, cria o Decreto Municipal 14.618, de 8 de março de 1996. Conforme consta no preâmbulo do referido disposto, ele dispõe sobre a instalação de guaritas e traves basculantes em logradouros públicos. Em sua redação, o quarto artigo anuncia que deverão ser afixadas placas que indiquem o direito de livre acesso e utilização do local, bem como a natureza pública do espaço. O artigo quinto alerta quais logradouros não são contemplados: aqueles que servem de trânsito para transporte coletivo e de carga; locais de ligação a outros logradouros pertencentes ao sistema viário; e onde funcionem escolas da rede oficial de ensino, hospitais, serviços públicos, de natureza pública, em geral, ou praça pública. Entretanto, a redação do artigo 5º foi alterada com a expedição do Decreto Municipal 14.703, de 10 de abril de 1996, tornando esses espaços de não contemplados a passíveis de fechamento, desde que não causem prejuízo. Sem maiores mudanças, o parágrafo único ainda informa que as construções colocadas em vias públicas devem se atentar o direito de ir e vir do cidadão, “sem a utilização de qualquer meio intransponível atentatório à dignidade pessoal” (RIO DE JANEIRO, 1996).

Em sua segunda passagem como prefeito da capital do Estado do Rio de Janeiro, Cesar Maia expediu o Decreto Municipal n.º 23.084, de 1 de junho de 2003. Assim como o dispositivo expedido em 1996, redação deste também trata sobre licenças para a instalação de grades e obstrutores em áreas públicas. A única novidade está na mudança quanto ao servidor que concederá a licença aos munícipes que desejam fechar ruas na cidade. A concessão de licença a título precário era atribuição do secretariado (os responsáveis pelas pastas de obras e de urbanismo), com o novo decreto passou a ser tarefa exclusiva do prefeito.

Em 2017, outro Decreto Municipal sobre o mesmo assunto foi redigido, expandindo o papel da prefeitura na concessão de autorização de fechamento de vias públicas. Expedido pelo então prefeito em exercício Marcelo Crivella¹⁰, o Decreto Municipal n.º 43.038 de 18 de abril de 2017, com a justificativa de garantir a segurança dos cidadãos, dispõe sobre a instalação de guaritas, traves basculantes, grades, portões, dentre outros dispositivos de segurança que possam ser instalados em áreas públicas do município. Além do decreto citado anteriormente, no mesmo ano foi promulgada a Lei Municipal n.º 6.206 de 21 de junho de 2017. Esta lei dispõe sobre o fechamento ao tráfego de veículos estranhos aos moradores de vilas, ruas sem saídas e travessas com características de ruas sem saída.

Apesar da existência dos dispositivos legais que permitem a população solicitar o fechamento de ruas, a Prefeitura do Rio de Janeiro demonstra não ter controle sobre esta situação. Além de trazerem legitimidade a este tipo de prática, os decretos e a lei deveriam também servir como uma forma de controle por parte da municipalidade, ao menos nos fechamentos por ela autorizado. Entretanto, isso parece estar longe de acontecer. Quanto à questão do descontrole da situação por parte da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a assertiva decorre de uma análise sincera realizada por mim após as respostas de uma série de

⁹ Cesar Maia foi prefeito por três mandatos na cidade do Rio de Janeiro. Venceu a eleição municipal de 1992 e teve sua primeira gestão entre 1993 e 1996. Como na época não existia reeleição, conseguiu fazer um sucessor: Luiz Paulo Conde, que era seu secretário de urbanismo, e passou a ser o prefeito entre os anos de 1997 e 2001. Conde, na esperança de tentar a reeleição (uma Proposta de Emenda Constitucional aprovada em fevereiro de 1997 garantiu a reeleição), rompeu com Cesar Maia quando este decidiu mudar de partido (saiu do Partido da Frente Liberal para o Partido Trabalhista Brasileiro) para concorrer ao cargo de prefeito na eleição municipal de 2000. Cesar derrotou Conde neste pleito municipal, retornando ao cargo em 2001 para seu segundo mandato, que durou até 2004. Disputou a reeleição, venceu e permaneceu como prefeito até 1º de janeiro de 2009.

¹⁰ Eleito por voto popular no pleito municipal do ano de 2016, foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro entre 1º de janeiro de 2017 e 22 de dezembro de 2020, data em que foi afastado do cargo pelo Supremo Tribunal de Justiça, ao ser preso preventivamente acusado de ser o líder de um esquema de corrupção.

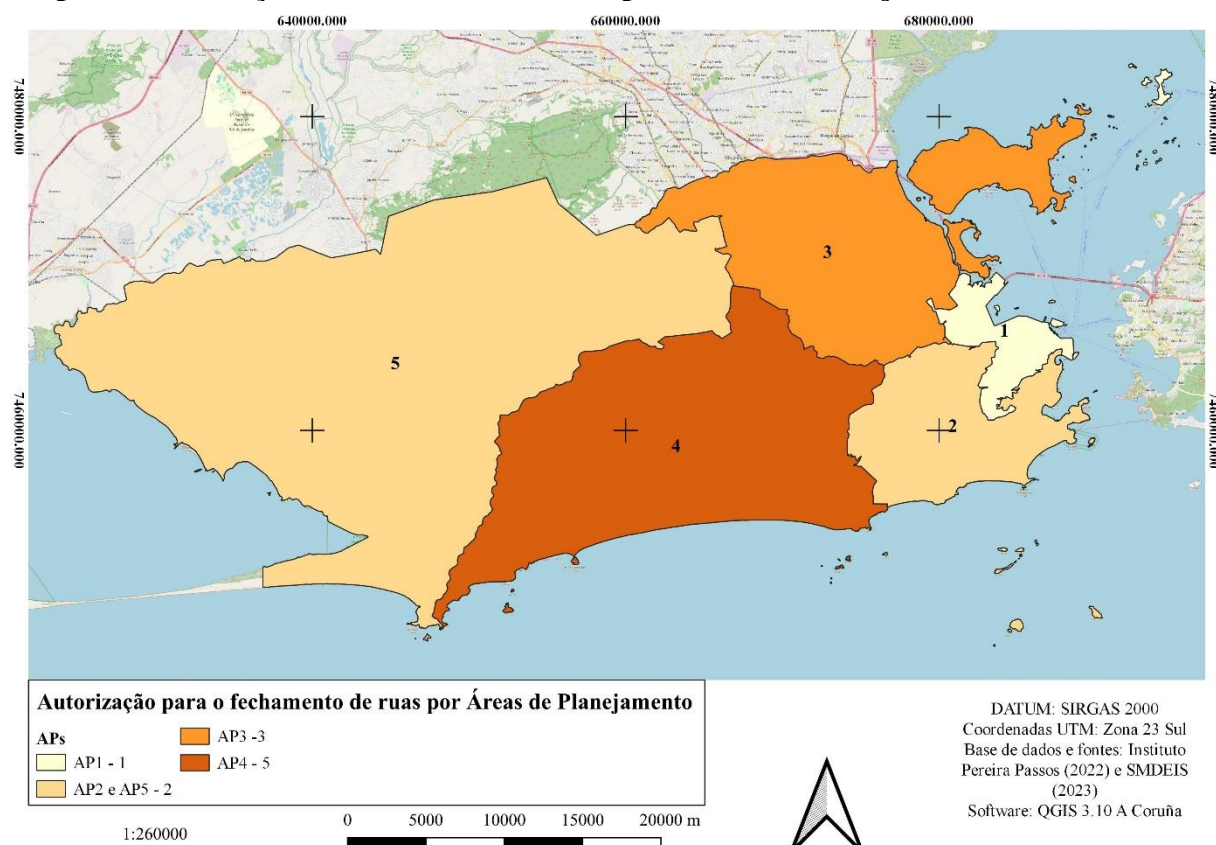
pedidos de acesso à informação solicitados por mim à prefeitura na tentativa de descobrir o número de ruas que tiveram autorização para serem fechadas a título precário desde a expedição do Decreto Municipal 43038/2017 e da Lei Municipal 6.206/2017.

Através de diversas solicitações de acesso à informação realizadas desde o mês de julho de 2021, venho, no decorrer desta pesquisa, requerendo junto à prefeitura a apresentação do quantitativo de ruas fechadas no município nos últimos dez anos. Esses pedidos são realizados através da “Central 1746 de Atendimento ao Cidadão”, uma espécie de ouvidoria (assim intitulada pela própria prefeitura), que os cidadãos podem fazer reclamações, denúncias e também solicitar informações que não estejam disponíveis no portal de transparência do município.

Nas duas primeiras solicitações de acesso à informação (protocolos RIO-23461301-1 e RIO-23461317-6), a prefeitura, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação (SMDEIS) respondeu dizendo os dados solicitados não estão consolidados, e que, portanto, não existem no âmbito da referida secretaria.

Em fevereiro de 2022, após novo pedido com o intuito de saber o quantitativo de ruas fechadas a partir de 2016 (protocolo RIO-24379696-5) – e depois de três prorrogações na data original de resposta – a prefeitura respondeu através da SMDEIS informando que, no ano de 2021, treze ruas tiveram autorização para serem fechadas, sendo (mapa 5): uma, na Área de Planejamento 1; duas, na Área de Planejamento 2; três, na Área de Planejamento 3; cinco, na Área de Planejamento 4; e duas, na Área de Planejamento 5. Através desta resposta, também foi mais uma vez informado que a referida secretaria não dispõe de dados referentes dos anos anteriores e que em razão da solicitação de fechamento de logradouro público não tratar de licença de obras, as autorizações não são registradas nos sistemas de licenciamento da secretaria.

Mapa 5: Autorização de fechamento de ruas por Áreas de Planejamento em 2021

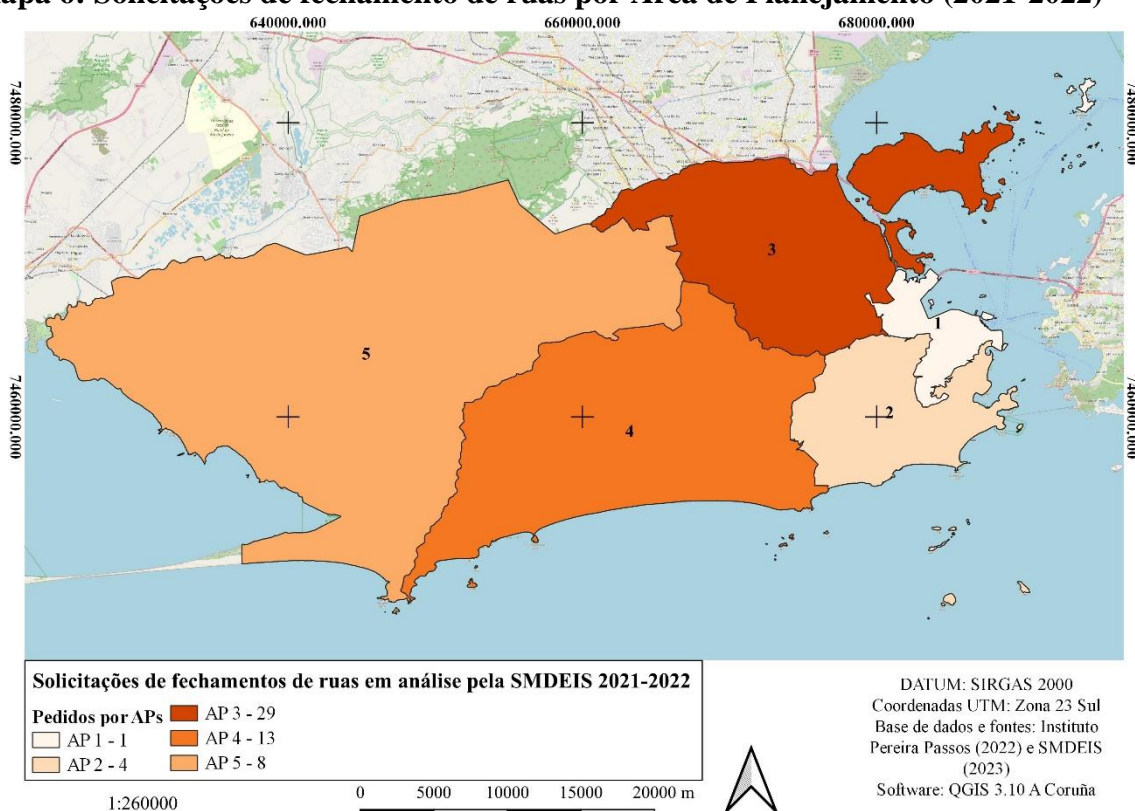


Legenda: Cada número, de 1 a 5, representa a delimitação territorial das Áreas de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Data Rio – Instituto Pereira Passos (2023) e SMDEIS (2022). Mapa elaborado pelo autor com o uso de software livre em abril de 2023.

No último dia de 2022, fiz novo pedido, com o mesmo intuito do que foi descrito no parágrafo anterior (protocolo RIO-25879437-0), solicitando a inclusão dos dados referentes ao ano de 2022. Dessa vez a prefeitura foi célere e respondeu antes do prazo através da SMDEIS. O interessante é que os dados enviados referentes ao ano de 2021 apresentam divergência. Se, de acordo com os dados enviados em fevereiro de 2022, a prefeitura havia autorizado o fechamento de treze ruas, pelos dados enviados em dezembro do mesmo ano, o número caiu para nove, apresentados da seguinte forma: uma rua na Área de Planejamento 1; uma, na Área de Planejamento 2; uma, na Área de Planejamento 3; cinco, na Área de Planejamento 4; e uma, na Área de Planejamento 5. Nesta mesma solicitação, consta, referentes aos anos de 2021 e 2022, a existência de quarenta e cinco pedidos em fase de análise pela SMDEIS (mapa 6).

Mapa 6: Solicitações de fechamento de ruas por Área de Planejamento (2021-2022)



Legenda: Cada número, de 1 a 5, representa a delimitação territorial das Áreas de Planejamento da cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Data Rio – Instituto Pereira Passos (2023) e SMDEIS (2022). Mapa elaborado pelo autor com o uso de software livre em abril de 2023.

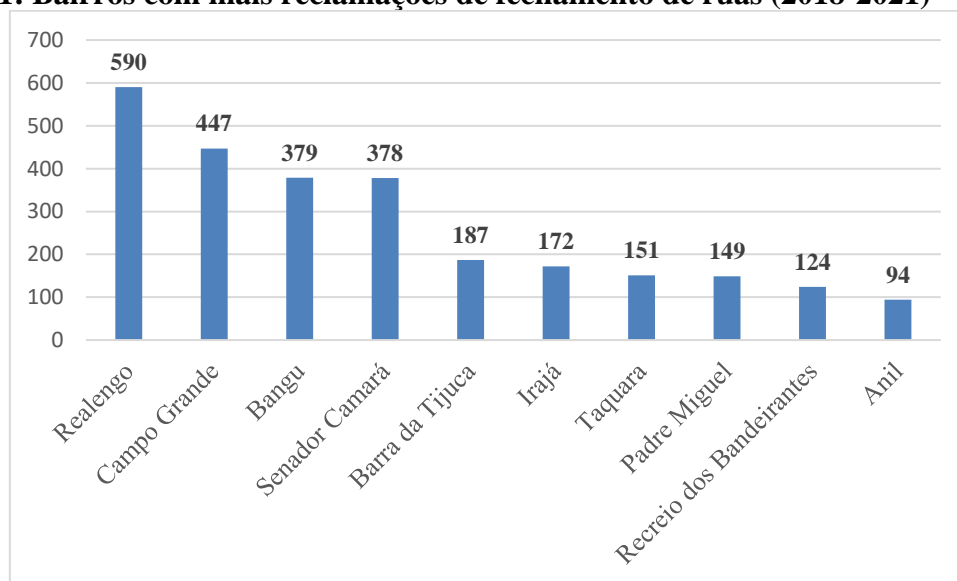
As questões relatadas nos últimos dois parágrafos atestam sobre o que dissemos neste item sobre a prefeitura não ter controle acerca da questão das ruas fechadas no município. Mas, apesar desse problema, é possível ter uma noção desse quantitativo através do número de reclamações realizadas pelos cidadãos junto à Central 1746. Em outro pedido de acesso à informação solicitado por mim em fevereiro de 2022 através da central de atendimento ao cidadão (protocolo RIO-24608620-8), foram repassados de reclamações que constavam na base de dados entre os anos de 2018 e 2021 sobre o fechamento de ruas na Cidade do Rio de Janeiro. O mesmo pedido foi repetido no último dia de 2022, solicitando a inclusão dos dados do ano

corrente. Apesar de serem dados de fácil armazenamento, ao que parece, a prefeitura só passou a quantificar o número de reclamações sobre este assunto a partir de 2018.

Conforme os dados enviados pela prefeitura através da SMDEIS em março de 2022 (protocolo RIO-24608620-8), entre fevereiro de 2018 e dezembro de 2021, foram realizadas 4473 reclamações sobre o fechamento de 1372 logradouros públicos do município. A diferença presente entre o número de queixas e o número de fechamentos contabilizados pode ser explicada pelo fato de a prefeitura não responder os problemas em tempo hábil o suficiente, fazendo que mais de um cidadão reclame de uma mesma rua ou travessa fechada. A partir da análise desses dados, também é possível constatar que existem ruas com inúmeras queixas sobre o seu fechamento durante o período, como por exemplo, as ruas Baitacá (em Realengo, com 42 reclamações), Baalbeck (no Jabour, 45), do Ouro (em Campo Grande, 50), e Uno (em Senador Camará, 61) se destacam pelo elevado número de queixas. Em Bangu, a rua com o maior número de reclamações é a Doze de Fevereiro (localizada bem próxima ao calçadão) com 18 queixas, fechada no trecho entre as ruas da Usina e Oliveira Ribeiro no ano de 2020.

Ainda de acordo com as informações fornecidas pela SMDEIS, através do protocolo RIO-24608620-8, foi possível verificar que dentre os dez bairros com mais reclamações sobre o fechamento de logradouros entre 2018 e 2021, nove são da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Bangu é terceiro bairro (gráfico 1) com mais reclamações, atrás dos bairros vizinhos de Realengo e Campo Grande.

Gráfico 1: Bairros com mais reclamações de fechamento de ruas (2018-2021)

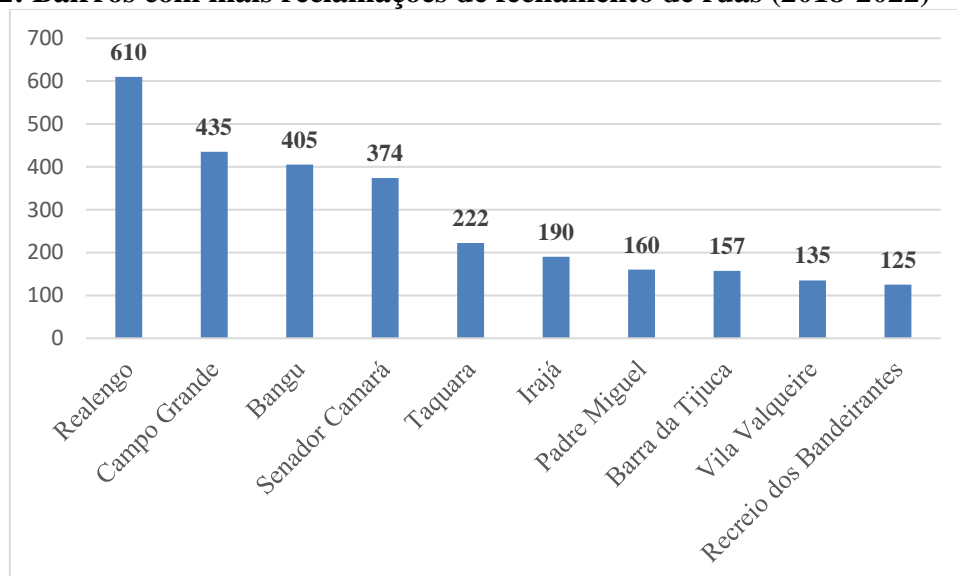


Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro (SMDEIS), 2022. Dados organizados pelo autor.

Mais uma vez, solicitei, através de pedido de acesso à informação, dados sobre reclamações realizadas durante o ano de 2022. A partir da resposta enviada pela prefeitura (protocolo RIO-25879353-5), é possível perceber um acréscimo de 520 reclamações, passando das 4473 queixas para 4993 considerando os quatro anos (2018 a 2022) ao invés dos três (2018 a 2021).

A partir dos dados sobre reclamações de 2018 a 2022, é possível verificar algumas mudanças na composição dos dez bairros que receberam mais queixas (gráfico 2) no período considerado.

Gráfico 2: Bairros com mais reclamações de fechamento de ruas (2018-2022)



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro (SMDEIS), 2023. Dados organizados pelo autor.

O bairro de Anil já não consta entre os dez primeiros se consideramos o período de 2018 a 2022. E com exceção do bairro de Vila Valqueire, todos os outros nove estavam entre os dez no período de 2018 a 2021. Bangu permanece sendo o terceiro bairro com o maior número de queixas, tendo um acréscimo de mais 26 reclamações no período. Realengo e Campo Grande seguem sendo respectivamente o primeiro e o segundo bairro com mais reclamações.

Faz-se necessário ampliar a discussão sobre os aspectos legais na tentativa de entender como essas formas espaciais foram gradativamente tomando conta da paisagem urbana. Antecipando parte da discussão, apesar desses espaços urbanos cercados por grades, muros e portões serem convencionalmente chamados de condomínios, como veremos, a maioria não é, sendo tão somente um loteamento que foi fechado. Por ora, falaremos de loteamentos e não condomínios, buscando entender do que se trata para ampliar a discussão.

Desde o final da década de 1970, o Brasil conta com um dispositivo legal chamado Lei do Parcelamento do Solo Urbano (LPSU – Lei Federal n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979). Como diz o próprio nome, a LPSU dispõe sobre a questão do parcelamento do solo urbano. Em seu artigo 2º, a referida lei diz que o parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante parcelamento ou remembramento. No primeiro parágrafo deste mesmo artigo, a lei diz o que entende como parcelamento, que se trata de subdivisão da gleba em lotes com a finalidade de edificação a partir da abertura de novas vias de circulação, logradouros públicos ou extensão, modificação ou ampliação das vias existentes. Tratando sobre o remembramento no segundo parágrafo do artigo 2º, a lei diz que se trata de subdivisão da gleba em lotes com a finalidade de edificação com o aproveitamento do sistema viário já existente, não implicando na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem mesmo o prolongamento ou ampliação daqueles que já existem. Em seu artigo 22º, a lei de parcelamento do solo urbano diz que:

Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo. (BRASIL, 1979, Art.22).

Conforme dispõe a LPSU, todo loteamento passa a fazer parte do município a partir de sua data de registro. Mesmo os loteamentos feitos por empresas privadas, a partir do momento que o registro é obtido, eles passam a fazer parte das áreas públicas de uso comum da cidade. Entretanto, apesar de se configurarem em áreas públicas, há anos existem movimentos que visam o fechamento de parcelas dos espaços urbanos de várias cidades. E como dito

anteriormente, isso não é exclusividade do Rio de Janeiro e nem mesmo necessitou de um dispositivo legal que disciplinasse este ato.

Apesar do exposto no parágrafo anterior, desde 2017, os loteamentos fechados encontraram amparo legal a partir da Lei Federal n.º 13.465, de 11 de julho de 2017. Dentre outras coisas, esta lei dispõe sobre a regulação fundiária rural e urbana, alterando uma série de dispositivos legais existentes. Um desses dispositivos alterados foi a LPSU, que teve incluído em seu artigo 2º um parágrafo que trata a respeito de loteamentos de acesso controlado. A partir da alteração ocorrida em 2017, a lei de parcelamento urbano diz que:

Constitui loteamento de acesso controlado a modalidade de loteamento, cujo controle de acesso será regulamentado por ato do poder público Municipal, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados (BRASIL, 1979, Art. 2).

Dessa forma, após anos, a legislação brasileira passou a reconhecer a existência de loteamentos fechados, implicando ao poder público municipal a tarefa de regulamentação do controle e acesso a esses espaços, sendo proibido o impedimento do acesso de pedestres ou de condutores de veículos cadastrados, ou identificados nas portarias desses loteamentos. Apesar da lei proibir o impedimento ao acesso de pessoas e veículos, essa prática muitas vezes é adotada por não haver fiscalização do poder público.

Então, para não restar dúvidas: por mais que um loteamento seja/esteja murado, cercado por grades, ou se instale outros dispositivos de segurança que visem o controle territorial, cerceando o livre acesso de pessoas e veículos estranhos às áreas que por natureza jurídica deveriam ser públicas, estes não se configuram condomínios. Independentemente de como está o loteamento (aberto, fechado ou com o acesso controlado), essa forma espacial ainda continua sendo regida pela lei de parcelamento do solo urbano que, diferente dos condomínios, são regulamentados pela Lei Federal n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Apesar do amparo legal trazido com as alterações no artigo 2º da LPSU, muitos dos denominados loteamentos de acesso controlado são irregulares. E suas irregularidades não decorrem exclusivamente de seus moradores, reunidos em uma associação de moradores, terem obtido ou não a autorização junto ao poder público municipal para a instalação dos dispositivos que visem trazer a segurança (grades, obstrutores, portões, dentre outros) aos logradouros públicos. A respeito desse tema, é possível afirmar que na cidade do Rio de Janeiro este fato é bastante comum.

No recorte espacial desta pesquisa, poucas são as ruas que, a partir dos dispositivos legais existentes, conseguiriam, após os trâmites legais junto à Prefeitura, obter autorização a título precário, permitindo o seu fechamento. De forma específica, apenas dois tipos de ruas podem ser fechadas, à luz do Decreto Municipal 43.038/2017 e da Lei Municipal 6.206/2017: as ruas sem saída (*cul-de-sac*) e ruas com características de sem saída. Porém, o segundo tipo de rua, parece trazer um problema em sua definição. Ruas com características de sem saída são aquelas que não tem conexão com outras vias, que não se configuram uma rota de passagem de pedestres, e que também não servem de ligação de um ponto a outro. Essa definição, bastante genérica, não é nossa, e sim dos responsáveis pelos dispositivos legais. Tirando o fato de não existir nesta definição algo que a caracterize como uma rua *cul-de-sac* tanto no decreto quanto na lei, quem é que determina o que é uma rua que tenha características de sem saída? Os servidores técnicos da prefeitura que não fiscalizam? Os moradores que cercam as ruas e colocam uma placa indicando que a partir de determinada data ela virou sem saída? Levei esta dúvida à prefeitura através de mais um pedido de informação. Infelizmente, não obtive resposta.

Mediante este problema conceitual relatado anteriormente, vemos hoje por toda a cidade do Rio de Janeiro a produção de ruas sem saída a partir do cercamento parcial ou total de ruas residenciais. Dessa forma, a produção de uma rua sem saída ocorre em uma rua residencial de característica oposta a uma rua *cul-de-sac*, que não tem conexão com outras vias. Trata-se se

ruas com mais de um ponto de entrada e saída, são rotas de passagem de pedestres que cumpriam o papel de distribuição do trânsito por serem vias locais. Devido a essas ruas não serem sem saída, os moradores tratam de cercar (tornando-as, assim, permanentemente fechadas ou semifechadas) deixando apenas uma entrada, geralmente destinada a pedestres (nem sempre), aberta (imagem 1).

Imagem 1: Portão instalado para fechar uma rua residencial em Bangu



Legenda: Portão instalado de forma irregular na entrada da Rua Santa Ida de Bolonha. O automóvel que aparece na imagem está na via auxiliar da Avenida Brasil sentido Seropédica.

Fonte: Acervo Pessoal (2022).

Como na maioria desses espaços não há a expressa autorização do município para fechar, não há também fiscalização por parte do mesmo sobre o horário de abertura e fechamento (conforme pode ser visto na imagem anterior), ou se de fato o portão ficará aberto para rua ainda servir pelo menos como passagem de pedestres (imagem 2). Sem nenhum receio de errar, é possível inferir que para essas ruas terem sido fechadas, decorreu apenas o desejo dos moradores que ali residem. Dessa forma, sem fiscalização por parte do poder público, manter o portão fechado ou aberto também decorre da vontade dos mesmos.

Imagem 2: Entrada de pedestres de um “condomínio”



Legenda: Portão instalado em rua no bairro de Bangu onde os moradores passaram a identificar a existência de um “condomínio”. Apesar da placa indicativa de logradouro público o portão raramente é aberto.

Fonte: Acervo Pessoal (2022).

Conforme dito anteriormente, a prática de fechar ruas não é nova. Entretanto, o acelerado processo de fechamento de ruas desencadeado em Bangu (e em outras regiões e bairros da cidade) desde a metade da década passada chama a atenção. O que também chama a atenção é a reiterada justificativa que recai aos problemas relacionados à segurança quem vem a reboque da elaboração dos dispositivos legais que visam facilitar o fechamento de ruas. No preâmbulo do Decreto Municipal 13.038/2017, que dispõe sobre a instalação de dispositivos de segurança em vias públicas da cidade, vemos isso diante do seguinte texto: “Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, e; considerando a necessidade de desburocratizar e agilizar os procedimentos administrativos de licenciamento; considerando a necessidade de garantir a segurança dos cidadãos [...]” (RIO DE JANEIRO (RJ), 2017).

De maneira nenhuma seríamos levianos ao negar que a cidade do Rio de Janeiro - suas regiões e bairros, incluindo Bangu - apresentam problemas relativos à segurança e violência. Porém, não é possível acreditar que tais problemas serão resolvidos, mesmo que de forma paliativa, através da adoção de medidas que visam controlar o acesso de pessoas a determinados territórios, como preveem os diversos dispositivos legais discutimos no decorrer deste capítulo. Retornaremos a este assunto da segurança e violência e sua possível relação com o fechamento de rua em um momento mais oportuno.

Justificando o escrutínio que aqui pretendemos a respeito das ruas fechadas e os problemas que decorrem de seu fechamento, recorreremos aos argumentos de Lefebvre (2002 [1970]) a favor da rua:

Não se trata simplesmente de um lugar de passagem e circulação. [...] A rua é o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados anima a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem (LEFEBVRE, 2002 [1970]: 29).

A rua enquanto lugar do encontro, conforme argumenta Lefebvre, somente pode ser concebida se existirem condições que não impeçam ou dificultem o seu acesso. O ato de instalar barreiras físicas que dificulte, limite ou impeça a rua de ser o local do encontro, contribui para a produção de um espaço asséptico, intensifica processos segregacionistas e em termos gerais, parece ter pouca efetividade para a resolução dos problemas relacionados à segurança, pois, não impede que as pessoas deixem de ser passíveis de serem vítimas quando precisam sair de sua rua fechada, e soma-se a isso o esvaziamento desses espaços em decorrência da redução do fluxo de pessoas.

1.3. SOBRE O PROCESSO DE FECHAMENTO DE RUAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Discutir, escrever, relatar ou ver ruas serem fechadas não é bem uma novidade, seja no Rio de Janeiro ou em outras metrópoles na periferia do capitalismo. No caso em questão, recente, tratado sobretudo no decorrer da década passada, traz consigo características do que já vinha ocorrendo em um passado não tão distante assim.

Dessa forma, é possível pensar o fechamento de ruas na cidade do Rio de Janeiro como um processo. Milton Santos (1985), reconhecendo que o espaço é um produto social em permanente processo de transformação, define processo como “*uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança*” (SANTOS, 1985: 50). Indicar que o fechamento de ruas é um processo, justificando a partir da definição apresentada, requer uma explicação mais elaborada, que demonstre em que termos o fechamento pode ser visto dessa forma. É o que faremos a seguir.

Como dissemos no início deste subitem, o fechamento de ruas não é bem uma novidade. Sobre este tema na cidade do Rio de Janeiro, há farta documentação na literatura de diversas áreas científicas. Nathalia Sánchez (2009), nos mostra que, pelo menos desde a década de 1980, há a ocorrência de fechamento de logradouros públicos no município do Rio de Janeiro.

Segundo Sánchez (2009) – aqui, vale uma breve explicação: em nossa pesquisa, dos diversos autores consultados, ela foi a que apontou, em texto científico, a ocorrência mais antiga que localizamos – o bairro da Barra da Tijuca, foi palco, do fechamento de ruas de seus dois primeiros loteamentos residenciais: o Nova Ipanema e o Novo Leblon. Esses dois loteamentos residenciais, com o tempo, transformaram-se, no que, no imaginário popular, é entendido como condomínio. Reservaremos um espaço específico para tratar sobre condomínios em outra oportunidade ainda neste trabalho. Por ora, seguiremos a respeito do fechamento de rua enquanto processo.

Lembrando que o primeiro decreto específico sobre fechamento de ruas é do ano de 1996, podemos perceber que, o fato desses dois loteamentos terem sido fechados na Barra da Tijuca ainda na década de 1980, só confirma o que dissemos no decorrer deste capítulo sobre o ato de fechar ruas acontecer exclusivamente a partir da vontade daqueles (sejam ou não moradores) que estão envolvidos. Dessa forma, a expedição de variados tipos de dispositivos legais ao longo dos anos parece algo praticamente dispensável, servindo apenas, a partir do nosso entendimento, para trazer legitimidade a uma prática ilegal que já ocorria.

Como podemos ver, o fechamento de ruas ao qual a cidade do Rio de Janeiro passa, pode ser vista como um processo, pois, decorre de uma ação contínua, que foi se desenvolvendo

através das mudanças na morfologia, nas relações sociais e também na questão jurídica envolvendo a expedição de decretos e leis ao longo dos anos.

O fechamento de ruas também pode ser visto como um processo de *privatização* do espaço. Porém, antes é necessário entender em quais termos ocorrem essa privatização, que em algumas áreas do conhecimento (sobretudo na arquitetura, no planejamento urbano, mas também na geografia) é entendida como privatização do espaço público.

Sobre esta questão, Gomes (2002), alerta sobre algumas incompreensões acerca do espaço público. Segundo o autor, a forma de definição aplicada para o que se entende por público, determinado a partir da negação, ou seja, tudo o que não é público é privado, não parece apropriada.

De acordo com Gomes (2002), o espaço ter como qualidade a questão do livre acesso (o livre trânsito de pessoas ao espaço) dificulta a compreensão do espaço público. Segundo ele,

Ora, por um lado, esta concepção peca pelo fato de não distinguir público de coletivo ou comum, ou seja, a simples característica de ter um acesso livre não configura um estatuto público ao espaço. Por outro lado, conhecemos diversas formas de espaço público que não têm essa qualidade, hospitais, áreas militares, administrativas, escolas etc.; todos estes não possuem como regra um acesso aberto a todos e nem por isso perdem sua qualidade de locais públicos (Gomes, 2002: 160).

Sobre o espaço público, o autor aposta em uma leitura que pode ser entendida, a partir de sua contribuição teórica, como *"um lugar no sentido imaterial e material, ou seja, que os princípios e condições vistos como necessários por tal dinâmica sejam também atributos do espaço físico e material"* (GOMES, 2002: 161). E segundo ele:

Fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa. Essa condição deve ser uma norma respeitada e revivida, a despeito de todas as diferenças e discórdias entre os inúmeros segmentos sociais que aí circulam e convivem, ou seja, as regras do convívio e do debate devem ser absolutamente respeitadas. Essa acessibilidade é física, mas também diz respeito ao fato de que não deve estar condicionada à força de quaisquer outros critérios senão daqueles impostos pela lei que regula os comportamentos em áreas comuns. Por isso esse espaço é o lócus da lei (Gomes, 2002: 162).

Entendemos, neste trabalho, o processo de fechamento de ruas como uma privatização do espaço. Espaço social, no qual, segundo Lefebvre (2013 [1974]),

Todos sabemos o que se trata quando falamos do "quarto" de um apartamento, da "esquina" da rua, da "praça", do mercado, do centro comercial ou cultural, de um "lugar" público e coisas assim por diante. Esses termos da linguagem cotidiana diferenciam os espaços particulares sem isolá-los e serve para descrever um espaço social. Elas correspondem a um uso específico desse espaço e, portanto, a uma prática espacial que elas enunciam e compõem (Lefebvre, 2013: 76-77, tradução nossa)¹¹.

A rua, enquanto parte constituinte da cidade, está ligada a diversas práticas espaciais (como a confraternização, a festa, o jogo) por sua condição de espaço social. Entretanto, há de se reconhecer que, atualmente, ela serve quase que exclusivamente para a circulação de pessoas e de capitais. Neste sentido, o fechamento de ruas e no nosso entendimento, a privatização do espaço, acaba claramente impedindo a circulação de pessoas em ruas residenciais. A circulação de capitais permanece ocorrendo por ser majoritariamente em ruas (vias) não residenciais.

¹¹ Todos sabemos de qué se trata cuando hablamos del «cuarto» de un apartamento, de la «esquina» de la calle, de la «plaza», del mercado, del «centro» comercial o cultural, de un «lugar» público y cosas por el estilo. Esos términos del lenguaje cotidiano diferencian los espacios particulares sin aislarlos y sirven para describir un espacio social. Se corresponden con un uso específico de ese espacio y, así pues, con una práctica espacial que enuncian y componen (Lefebvre, 2013: 76-77).

A privatização do espaço, ainda que, neste caso, não ocorra através da desafetação de bens públicos e sua posterior transferência a título oneroso para uma pessoa, um grupo de pessoas reunidos em associação ou uma empresa, é pensada nesses termos por ocorrer uma apropriação privada das ruas, muitas vezes sem mesmo haver a necessidade de concessão de autorização para fechamento a título precário.

Pensando essa privatização do espaço como uma apropriação, vemos, a partir de Lefebvre (2013 [1974]) que apenas o estudo crítico do espaço consegue esclarecer o conceito de apropriação. E conforme ele indica:

Podemos dizer que o grupo se apropria de um espaço natural modificado para servir a suas necessidades e possibilidades. A posse (propriedade) era apenas uma condição e na maioria das vezes um desvio desta atividade "apropriada", que atinge seu auge na obra de arte (LEFEBVRE, 2013: 213, tradução nossa)¹².

Lefebvre, tratando do espaço apropriado, diz que ele parece ser uma obra de arte, mas que isso não é o mesmo dizer que seja um simulacro. Segundo o autor:

Muitas vezes se trata de uma construção, um monumento ou um edifício, mas nem sempre é o caso: um local, uma praça ou uma rua pode perfeitamente ser considerado como espaços "apropriados". Tais espaços são certamente abundantes, embora nem sempre seja fácil estimar em que sentido, como, por e para quem eles foram "apropriados" (Lefebvre, 2013: 213-214, tradução nossa)¹³.

Não tratamos aqui, a apropriação desses espaços como a aparência de uma obra de arte. Pelo que já foi escrito até aqui, provavelmente soaria como um contrassenso. Tratamos aqui, sobre como esse tipo de apropriação impacta o cotidiano, as relações sociais, as novas fronteiras que se constituem no intraurbano, a segregação e fragmentação socioespacial. Dessa forma, nos interessa tentar compreender, para além da explicação comum acerca do problema da segurança, como, por qual motivo e a mando de quem, diversas ruas foram sendo sistematicamente fechadas durante ao longo da década passada.

Nos próximos capítulos, pretendemos, através da análise crítica do cotidiano, discutir o fechamento de ruas a partir da contribuição de pessoas envolvidas, que, de maneira positiva ou negativa, foram impactadas por esse processo em curso no bairro de Bangu. Fica o convite para o acompanhamento da leitura da pesquisa.

¹² Podemos decir que el grupo se apropia de un espacio natural modificado para servir a sus necesidades y posibilidades. La posesión (propiedad) sólo fue una condición y lo más a menudo una desviación de esta actividad «apropiativa» que alcanza su cima en la obra de arte (Lefebvre, 2013: 213).

¹³ A menudo se trata de una construcción, de un monumento o de una edificación, pero no siempre es así: un sitio, una plaza o una calle pueden ser perfectamente considerados como espacios «apropiados». Tales espacios abundan ciertamente, si bien no siempre es fácil estimar en qué sentido, cómo, por y para quién han sido «apropiados» (Lefebvre, 2013: 213-214).

CAPÍTULO II

REFLETINDO AS TRAMAS DO COTIDIANO EM RUAS FECHADAS DE BANGU

No capítulo anterior, apresentamos uma discussão introdutória reconstituindo a origem de Bangu desde área rural até o atual momento atual da urbanização, onde é possível perceber que a prática de fechar ruas ganhou força no bairro no transcorrer da década de 2010.

A prática de fechar ruas (independente da motivação) provocam transformações no espaço urbano, que vão desde alterações na morfologia e paisagem urbana até mudanças nas relações sociais. Pretendemos, neste capítulo, abordar algumas transformações que foram identificadas de maneira empírica e da pesquisa de campo. A partir da mobilização do cotidiano enquanto categoria de análise, ensinamos discuti-las.

2.1. SOBRE A PESQUISA DE CAMPO: QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Partindo de uma análise da letra fria das leis e decretos abordados no capítulo anterior e também de conversas informais com moradores de Bangu, previ realizar idas a campo com o intuito de tentar compreender em qual momento as pessoas se convenceram (ou foram convencidas e em quais termos esse convencimento ocorreu) que o fechamento de rua pudesse ser encarado como um tipo de solução ou mesmo um paliativo para as questões relativas aos problemas da segurança.

Nas idas a campo, ou seja, na pesquisa de campo, foi empregada a metodologia do *Institut de Sociologie Urbaine* (ISU – Paris) que Henri Lefebvre apresenta no livro “*De lo rural a lo urbano*” (1978 [1970]). A adoção dos procedimentos metodológicos apresentados pelo autor consistiu basicamente em: entrevistas, observação e descrição analítica minuciosa, além de registros de imagens, neste caso, através de fotografias.

Em uma crítica ao positivismo nas ciências, Lefebvre (1978 [1970]), afirma que alguns procedimentos de análise trazem mais problemas do que efetivamente resolvem, pois, segundo ele, a barreira do superficial não é ultrapassada, restando apenas aquilo que o olho pode ver (o que é observável) sem maiores questionamentos. Dessa forma, o autor se opõe aos questionários fechados com respostas de “sim” e “não”, deixando claro a importância de escutar os atores sociais em busca de validar a metodologia a partir das conexões entre as entrevistas, observação e registros de imagem.

Buscando compreender o recente processo de fechamento de ruas no bairro, elaborei um roteiro de entrevista semiestruturado que servisse de guia nos diálogos que ocorressem. Houve certa demora em elaborar o roteiro, pois, a todo o momento, surgiam dúvidas em relação ao quanto as questões eram pertinentes para o desenvolvimento desta pesquisa. Tendo superado esta dificuldade, foi o momento de tentar realizar entrevistas com os atores sociais inseridos neste enredo: os moradores das ruas fechadas, de ruas semifechadas e de ruas abertas em que houve tentativa frustrada de fechamento.

Entre os meses de junho e novembro de 2022, foram realizadas inúmeras idas a campo para a realização de entrevistas. O ritmo destes trabalhos não aconteceu conforme o planejado, ocorrendo quase sempre um revés que acarretava o adiamento da conversa. A maioria dos imprevistos fora causado por incompatibilidade na agenda do entrevistado, que mesmo tendo se colocado à disposição previamente, acabava desmarcando de última hora. Apesar dos problemas, geralmente foi possível uma remarcação, possibilitando um número razoável de entrevistas que proporcionaram uma série de reflexões a respeito da questão dos fechamentos de ruas.

Inicialmente a escolha dos participantes foi pensada a partir de dois critérios: a) moradores contrários ao fechamento de ruas; b) moradores favoráveis ao fechamento de ruas. Entretanto, esse binarismo acabou ficando apenas no campo do desejo do pesquisador. A

realidade da prática de pesquisa de campo mostrou um cenário em que pessoas se dizem contra a prática de fechar ruas, mas que apoiam se esta for uma medida de prevenção de segurança; pessoas que eram totalmente contra e hoje são a favor; além das pessoas que não quiseram se envolver e outras que topavam, mas que nunca estiveram disponíveis, impossibilitando saber o que pensam a respeito do tema. Por conta deste último motivo, as entrevistas só foram realizadas com as pessoas que, apesar de seus problemas de agenda, demonstraram empatia e disponibilidade, contribuindo com este trabalho.

Todos os participantes autorizaram a gravação em áudio de suas respectivas entrevistas. Ao término das mesmas, foram feitos relatórios de campo (ver apêndices) e a transcrição. Uma das entrevistas ficou comprometida em razão da não gravação de cerca de metade dos assuntos levantados pelo entrevistado. Lamentavelmente o problema só foi detectado no final, quando percebi que apenas catorze minutos haviam sido gravados. Bastante prestativo, o entrevistado aceitou regravar a partir do assunto interrompido, entretanto, foi impossível captar novamente toda a riqueza de detalhes que ele havia narrado na primeira vez.

De maneira quase unânime, as entrevistas revelaram, segundo o ponto de vista dos moradores, que o fechamento de ruas trouxe benefícios para a população local ao promover um ambiente com mais segurança. Inclusive, a melhora da segurança foi maximizada em várias oportunidades, sendo sempre mencionada uma melhora de “cem por cento” (ou “muito próximo de cem por cento”) quando comparada com o período que antecedeu o fechamento da rua local. Discutiremos a perspectiva da segurança no próximo capítulo.

Durante as entrevistas surgiram uma série de temas caros à nossa investigação, que envolvem desde como os moradores (e também não moradores) se relacionam com um espaço urbano cercado por barreiras físicas, fragmentado e segregado socioespacialmente, passando pelas relações sociais de vizinhança e pela apropriação do espaço. Desde já, fica o alerta que, infelizmente, toda a riqueza do campo não poderá ser contemplada. Entretanto, o esforço intelectual para a compreensão das transformações nas relações sociais e da morfologia, que poderá ser visto no decorrer deste capítulo, visa trazer um panorama do que está acontecendo em um local onde tantas ruas foram (e estão sendo) fechadas nos últimos anos.

2.1.1. O perfil dos entrevistados

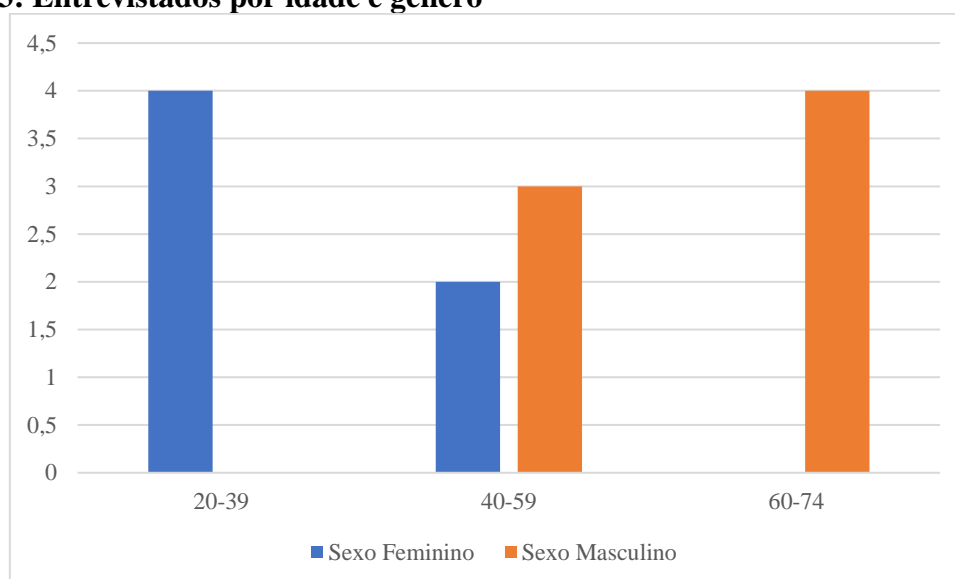
No período dedicado às entrevistas, trinta e cinco pessoas foram convidadas para colaborar com este trabalho. Esse número não foi previamente definido, mas a partir dos convites formalizados, chegamos a ele. Os convites ocorriam mediante oportunidades surgidas durante algumas interlocuções feitas para o desenvolvimento desta pesquisa. Do quantitativo mencionado inicialmente, apenas treze pessoas puderam participar.

A ideia inicial era realizar entrevistas individuais, mas, a primeira acabou sendo realizada com duas pessoas. Apesar da dificuldade encontrada neste modelo, percebi que foi bastante rico em detalhes acerca do relato das participantes. Dessa forma, tentou-se nas demais entrevistas repetir a fórmula, convidando casais, irmãos e até mesmo tentando combinar com vizinhos, só que infelizmente não foi mais possível. Um pedido de última hora de uma das participantes, condicionando a concessão, transformou a entrevista individual previamente combinada em uma atividade em trio. Dessa forma, dez entrevistas realizadas contemplaram os treze participantes.

Entre os participantes, a maioria fora do sexo masculino (7 participantes). Considerando que, das dez entrevistas, apenas três foram com pessoas do sexo feminino (6 participantes), pode parecer que não houve interesse em ouvir esse grupo. A realidade é que não houve preferência ou distinção de gênero, e, aliás, dado os problemas enfrentados para conseguir encontrar pessoas dispostas a contribuir com a pesquisa, não faria sentido algum adotar qualquer tipo de preferência. Desse modo, reafirmo que as entrevistas foram realizadas apenas com aquelas pessoas que demonstraram interesse em dar a sua contribuição.

O restrito universo desta pesquisa conta com um grupo de participantes com idades diversificadas, mas não tão diversos quanto poderia, conforme pode ser verificado abaixo (gráfico 3).

Gráfico 3: Entrevistados por idade e gênero



Fonte: Trabalhos de campo da pesquisa (2022). Elaborado pelo autor.

A partir do gráfico anteriormente apresentado, é possível ver que, em sua totalidade, as entrevistas foram realizadas com pessoas adultas. Outra observação possível acerca da composição etária, é o fato de as participantes do sexo feminino serem mais jovens. A principal razão para esta ocorrência foi a entrevista realizada em trio, onde as participantes tinham respectivamente 27, 31 e 38 anos, o que possibilitou um quadro mais diverso neste universo da pesquisa.

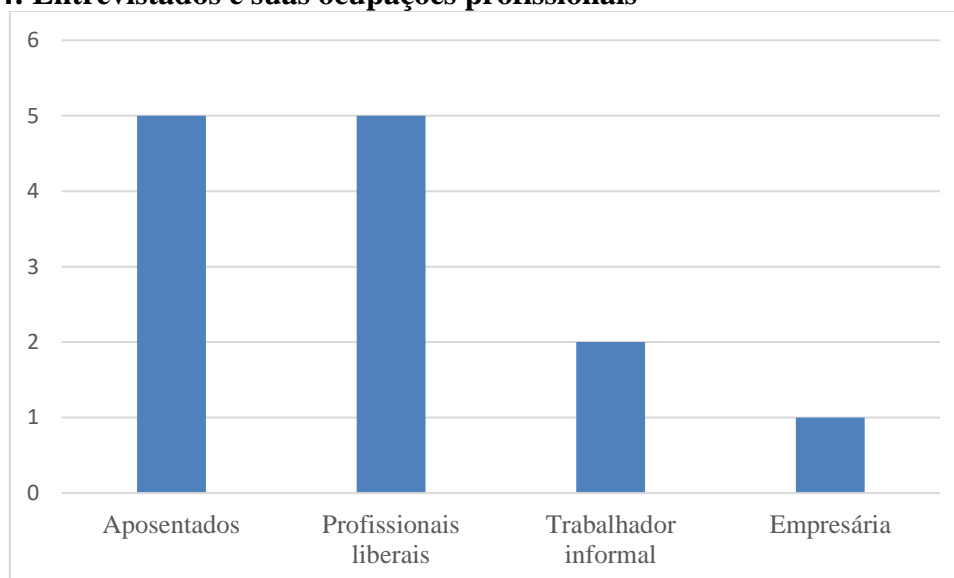
Dos treze entrevistados, seis informaram ter nível superior completo; quatro informaram ter nível médio profissionalizante; e um cursou o ensino médio. Dois participantes não informaram o seu grau de instrução.

Perguntados sobre suas respectivas ocupações profissionais¹⁴, cinco participantes do sexo masculino relataram ser beneficiários de aposentadoria ou de outros mecanismos de transferência de renda. Antes da aposentadoria, exerciam as seguintes profissões: (a) técnico em segurança do trabalho; (b) trabalhador informal; (c) policial militar; (d) professor; (e) engenheiro. Além destes, os outros dois participantes são: (f) trabalhador informal; (g) professor. Dentre as participantes do sexo feminino temos: (h) técnica em contabilidade; (i) empresária; (j) trabalhadora informal; (k) professora; (l) arquivista; (m) terapeuta ocupacional.

Podemos perceber que os participantes desta pesquisa a maioria foram aposentados e profissionais liberais (gráfico 4). A partir das conversas informais, das observações e principalmente das entrevistas realizadas, é possível realizar uma breve discussão acerca de classes sociais.

¹⁴ Nenhum dos participantes fez menção ou solicitou sua não identificação nesta pesquisa. Entretanto, em razão de alguns temas sensíveis terem sido abordados, adotei o uso de nomes fictícios para todos os entrevistados. Da mesma forma, em tentativa de reduzir ainda mais a possibilidade identificação de quaisquer um deles, algumas ocupações profissionais estão sendo relatadas de forma genérica, como, por exemplo, o caso dos profissionais informais. Eventuais nomes de localidades também serão suprimidos quando as transcrições forem reproduzidas, independentemente se no texto da dissertação ou apêndices.

Gráfico 4: Entrevistados e suas ocupações profissionais



Fonte: Trabalhos de campo da pesquisa (2022). Elaborado pelo autor.

Conforme aponta Karl Marx e Friedrich Engels (2005 [1848]), a sociedade burguesa, que nasce nos escombros da antiga sociedade feudal, não acaba com as oposições entre as classes, sendo a história (escrita) de todas as sociedades, a crônica da luta de classes.

Ainda na perspectiva teórica marxista, a luz dos escritos inacabados do próprio Marx (2017 [1894]), vemos que no seio da sociedade capitalista existem três grandes classes sociais, compostas pelos proprietários da força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários fundiários. Conforme o autor, eles:

têm no salário, no lucro e na renda da terra suas respectivas fontes de rendimento, isto é, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, fundada no modo de produção capitalista (MARX, 2017: 1146).

Lefebvre (2005 [1968]), admitindo a existência das classes sociais, introduz o termo “vivido”, relacionando a outros dois, o de psiquismo e de psicologia de classe, em uma investigação sobre esta última. Segundo ele, “*se existe um psiquismo, existe “vivido”, mergulhado em um viver maior, pouco ou mal expresso escapando das consciências*” (LEFEBVRE, 2005: 22). Neste estudo, o autor postula a “realidade econômica, social, ideológica das classes” (LEFEBVRE, 2005: 23), interrogando a realidade psíquica coletiva das mesmas. Dessa forma, o autor discorre acerca da psicologia coletiva de cada classe social.

Segundo Lefebvre, existem três aspectos fundamentais do psiquismo humano, que são os mesmos da individualidade não-mutilada (de uma totalidade também não-mutilada), examinada por Marx na obra “*Crítica da filosofia do direito de Hegel*”, a saber: a necessidade, o trabalho e a fruição. De acordo com o autor,

O psiquismo normal possui estes três atributos, estas três dimensões. Cada uma delas tem uma realidade própria, que, entretanto, remete às duas outras, aparecendo, assim, como mediação (e não como substância ou coisa), após sua imediatez: a necessidade remete ao trabalho, que cria e permite a fruição do objeto produzido ou da obra criada; por sua vez, estimulado pela necessidade, o trabalho produz novas necessidades, confirmadas pela fruição; e, assim sucessivamente, em um movimento perpétuo, que não tem nada de círculo vicioso, mas que avança, lentamente ou aos saltos, seguindo uma espiral ascendente (Lefebvre, 2005: 28).

Lefebvre aponta que a realidade psíquica do estudo em questão tem relação com o econômico, com o histórico e com o social sem cair em reducionismo a algum deles. Segundo

ele, a crítica do Estado em Marx, restitui a tridimensionalidade do devir humano. Dessa forma, o Estado, é “*primeiramente uma mediação entre o individual e o social, entre o privado e o público*” (LEFEBVRE, 2005: 28). E ele enquanto mediação se revela e se fetichiza. De acordo com o autor,

Em uma tal sociedade, a fetichização reage sobre aquilo de que procede. Trata-se de um processo contínuo, que se manifesta por múltiplas alienações; no nível econômico, ocorre uma alienação particularmente forte e bem definida, a reificação ou fetichização da mercadoria, do dinheiro e do capital. Mas, na profundidade da sociedade e das classes consideradas psiquicamente, ocorre um processo de “unilateralização” (para arriscar um neologismo), sob o manto do Estado no qual as classes se representam. Os três aspectos fundamentais do psiquismo humano se dissociam (ainda que na realidade total da sociedade, eles permaneçam vinculados). Separados eles se impõem a classes e indivíduos diferentes, que são “representados” como tais no Estado, e se “representam” assim na consciência e nas ideias. Tal classe e tais indivíduos se determinam e se definem como “trabalhadores”. A outros compete a fruição; outros ainda, os mais desfavorecidos, representam a necessidade em estado puro, a falta (Lefebvre, 2005: 28-29).

A perspectiva teoria postulada por Lefebvre (2005) sobre a psicologia das classes sociais, indica que o ato de imitar é uma característica entre as diferentes classes, com uma mimetizando o que a outra faz. Segundo o autor,

essas classes se temem, se desprezam, se combatem e se imitam (no seio da sociedade burguesa). A burguesia imita a aristocracia; as classes médias e a pequeno-burguesia copiam a burguesia. O proletariado, enquanto influenciado pela classe dominante, tem o papel irrisório no último vagão em um trem (Lefebvre, 2005: 35).

Ainda que nenhum entrevistado tenha se definido claramente como membro de alguma classe social, foi possível, através das entrevistas, categorizá-los. De maneira geral, todos os entrevistados podem ser vistos como integrantes da classe trabalhadora, incluindo uma participante que informou ser empresária, ao mesmo tempo, em que informava dar expediente na própria empresa diariamente, incluindo finais de semana e feriados. A luz das contribuições teóricas de Marx (2005 [1848]) vemos que, de fato, ela também faz parte deste setor econômico. Conforme diz o autor,

[...] os pequenos industriais, pequenos comerciantes os que vivem de rendas [*rentiers*], artesãos e camponeses, caem nas fileiras do proletariado; uns porque seu pequeno capital não permite empregar os processos da grande indústria e sucumbem na concorrência com os grandes capitalistas; [...] assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população (Marx, 2005: 47).

No diversificado universo de ocupações profissionais dos entrevistados nesta pesquisa, temos dois servidores públicos: um ligado à educação e outro à segurança pública. Consideremos a situação dos professores entrevistados, que no gráfico 2, foram incluídos como profissionais liberais: essas pessoas, que vivem todos os problemas inerentes à função profissional que desempenham (baixa remuneração, desvalorização profissional, produção de mais-valia apropriada como excedente pelo empregador), mesmo classificados como intelectuais deixam de ser pertencentes à classe média? Conforme indica Marilena Chauí (1985), sim. Inclusive, eles fazem parte do que a autora denomina, inicialmente, como novo proletariado.

Segundo Chauí (1985), esse novo proletariado é composto por indivíduos, que, enquanto classe social, eram aqueles não pertencentes à burguesia e tampouco à classe operária. Entretanto, passam a incrementar o contingente do novo proletariado por deixarem de ser profissionais liberais e com isso, saem da classe média, em razão de seus trabalhos estarem em direta articulação com a extração da mais valia. Esse é o caso do nosso entrevistado, que, apesar de servidor público, exerce a mesma função na iniciativa privada.

O novo proletariado é o mesmo que, em contribuições teóricas mais recentes da filósofa, está sendo denominado como nova classe trabalhadora brasileira. Chauí (2013), fazendo uma análise das transformações na composição da sociedade ocorridas durante os primeiros treze anos em que o Partido dos Trabalhadores (PT) presidiu o Brasil (entre os anos de 2003 e 2016), defende que a parcela da população brasileira contemplada por programas sociais e que ascendeu socialmente através do consumo, não faz parte de uma nova classe média, fato divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)¹⁵, institutos de pesquisa de mercado e amplamente noticiado na imprensa nacional¹⁶.

Segundo Chauí (2013),

[...] utilizando a classificação dos institutos de pesquisa de mercado, da sociologia, costuma-se organizar a sociedade numa pirâmide seccionada em classes designadas como A, B, C, D e E, tomando como critério a renda, a propriedade de bens imóveis, móveis, a escolaridade e a ocupação ou a profissão. Por esse critério, chegou-se à conclusão que entre 2003 e 2011, as classes D e E diminuíram consideravelmente, passando de 96, 2 milhões de pessoas a 63,5 milhões; já no topo da pirâmide houve crescimento das classes A e B que passaram de 13,3 milhões de pessoas a 22, 5 milhões. A expansão verdadeiramente espetacular, contudo, ocorreu na classe C, que passou dos 65,8 milhões de pessoas a 105,4 milhões. Essa expansão tem levado à afirmação de que cresceu a classe média brasileira, ou melhor, de que teria surgido uma nova classe média no país (Chauí, 2013: 128).

Opondo-se à divisão de classes elaborada para ilustrar o período de ascensão social através do consumo vivenciado por uma parcela considerável da população brasileira, Chauí (2013), indica que a forma da propriedade é um critério aplicável para uma análise acerca desta divisão. Segundo a autora,

No modo de produção capitalista, a classe dominante é proprietária privada dos meios sociais de produção (capital produtivo e capital financeiro); a classe trabalhadora, excluída desses meios de produção e neles incluída como força produtiva, é proprietária da força de trabalho, vendida e comprada sob a forma de salário (Chauí, 2013: 128).

Segundo Chauí (2013), é a sociologia de inspiração estadunidense, ao aplicar critérios como renda, escolaridade, profissão e consumo, que introduz a noção de classe média, que serve para designar essa parcela da população a qual ela defende ser parte da nova classe trabalhadora brasileira. Além dos critérios, segundo indica a autora, a noção de classe média incute “*a célebre ideia de mobilidade social para descrever a passagem de um indivíduo de uma classe para outra*” (CHAUI, 2016: 17).

Chauí (2016), ao defender que essa parcela da população que forma a chamada nova classe trabalhadora brasileira, considera que,

[...] a novidade não se encontra apenas nos efeitos das políticas sociais e econômicas dos governos petistas, mas também nos dois elementos trazidos pelo neoliberalismo, quais sejam: de um lado, a fragmentação, terceirização e “precarização” do trabalho e, de outro, a incorporação à classe trabalhadora de segmentos sociais que, nas formas anteriores do capitalismo, teriam pertencido à classe média (Chauí, 2016: 18).

¹⁵ Inclusive, no ano de 2012, o economista Marcelo Neri (atual Fundação Getúlio Vargas, ocupando a presidência da FGV Social desde 2015) à época ocupando a presidência do IPEA, lança o livro *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. Neste livro, que chegou a ser indicado ao prêmio Jabuti (em 2012, na categoria economia, administração e negócios; apesar da indicação, não venceu e também não ficou entre os três primeiros colocados) o autor defende que neste período, o crescimento econômico brasileiro, combinado com políticas de equidade, permitiu que as pessoas ascendessem socialmente, formando uma nova classe média, que segundo o autor, por muito tempo foi tratada de maneira pejorativa como classe C.

¹⁶ G1 – O portal de notícias da Globo. Nova classe média inclui ao menos 50% das famílias em favelas do país: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/10/nova-classe-media-inclui-ao-menos-50-das-familias-em-favelas-do-pais.html>

Neste sentido, o exemplo trazido no decorrer deste item sobre um de nossos entrevistados, seria claro para demonstrar a incorporação de segmentos sociais que nas formas anteriores do capitalismo teriam pertencido à classe média conforme a perspectiva apresentada pela autora. Entretanto, poderia ser também o caso das pessoas antes de se aposentarem, da empresária e de outros que participaram desta pesquisa, como os trabalhadores informais, que atualmente estão em uma realidade de total precarização, sem qualquer garantia de que conseguem fazer um salário mínimo mensal, quem dirá, ter algum direito trabalhista. Dessa forma, conforme podemos demonstrar até aqui, todos pertencem à classe trabalhadora, ou nova classe trabalhadora brasileira, como bem desenvolve Chauí (2013; 2016).

2.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O COTIDIANO E A VIDA COTIDIANA

Aqui, partimos da hipótese que os conceitos de cotidiano e vida cotidiana são importantes para a compreensão da cidade e do urbano. Dessa forma, inicialmente, faremos uma breve exposição acerca destes conceitos, para depois, iniciar as discussões sobre as questões envolvendo as transformações sociais e urbanas verificadas a partir da pesquisa de campo.

No livro *Sociologia de la vida cotidiana*, Agnes Heller (1987 [1967]), iniciando a discussão sobre o conceito de vida cotidiana, informa que “*para reproduzir a sociedade é necessário que os homens particulares se reproduzam a si mesmos como homens particulares*” (HELLER, 1987: 19, tradução nossa)¹⁷. Segundo a autora, “*a vida cotidiana é o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução de homens particulares, que, por sua vez, criam a possibilidade de reprodução social*” (HELLER, 1987: 19, tradução nossa)¹⁸.

Conforme aponta Heller (1987 [1967]), em toda sociedade existe uma vida cotidiana e ela somente pode existir a partir da reprodução dos homens particulares, que independente de sua posição na divisão social do trabalho, tem uma vida cotidiana. Apesar disto, a autora alerta que o conteúdo e a estrutura da vida cotidiana são idênticos a todas as sociedades e pessoas. Segundo a autora,

Na vida cotidiana de cada homem, há muito poucas atividades que ele tenha em comum com outros homens, e estas são idênticas apenas em um nível muito abstrato. Todos precisam dormir, mas nenhum deles dorme nas mesmas circunstâncias e durante o mesmo tempo; todos precisam de comida, mas não na mesma quantidade e da mesma maneira. Cada um - considerando o homem particular médio da sociedade - também deve reproduzir a espécie, ou seja, trazer crianças para o mundo (Heller, 1987: 25)¹⁹.

De acordo com Heller (1987 [1967]), para Lefebvre, a vida cotidiana seria uma mediação entre a naturalidade e sociabilidade do homem e entre a natureza e a sociedade. Recorrendo diretamente a Lefebvre (1958 [1946]), conforme o autor aponta nos momentos iniciais da segunda edição do primeiro volume sobre a vida cotidiana, vemos que ela foi construída a partir do conceito de alienação. Conforme ele analisa, ao desenvolver um conceito construído a partir da alienação, que denuncia ter sido negligenciado ou deixado de lado pelo marxismo, inicialmente teria sido

¹⁷ Para reproducir la sociedad es necesario que los hombres particulares se reproduzcan a sí mismos como hombres particulares (Heller, 1987: 19).

¹⁸ La vida cotidiana es el conjunto de actividades que caracterizan la reproducción de los hombres particulares, los cuales, a su vez, crean la posibilidad de la reproducción social (Heller, 1987: 19).

¹⁹ En la vida cotidiana de cada hombre son poquísimas las actividades que tiene en común con los otros hombres, y además éstas sólo son idénticas en un plano muy abstracto. Todos necesitan dormir, pero ninguno duerme en las mismas circunstancias y por un mismo período de tiempo; todos tienen necesidad de alimentarse, pero no en la misma cantidad y del mismo modo. Cada uno —considerando el hombre particular del promedio de la sociedad— debe además reproducir la especie, es decir, traer hijos al mundo (Heller, 1987: 19).

[...] necessário primeiro formular e tentar resolver os problemas colocados pelo conceito de alienação. Também teria sido necessário expor o que pode ser (método e objeto) uma sociologia marxista, considerada como uma ciência específica, em sua relação com as demais ciências (economia política, história, etc.) (Lefebvre, 1958: 10)²⁰.

O historiador francês Michel Trebistch (2014), no prefácio da edição inglesa do volume que reúne três tomos da obra de Lefebvre sobre a vida cotidiana (*Critique de la vie quotidienne I: Introduction* [1947]; *Critique de la vie quotidienne II: Fondements d'une sociologie de la quotidiannité* [1961]; e *Critique de la vie quotidienne III: De la modernité au modernisme (pour une métaphilosophie du quotidien)* [1981], diz que a contribuição teórica de Lefebvre acerca da crítica da vida cotidiana inicialmente atuou em duas frentes: a primeira para “[...] convaincre os marxistas do valor de uma análise das superestruturas baseada no conceito de alienação; a segunda, para demonstrar aos filósofos que o trivial não deve ser isento do escrutínio filosófico” (TREBISTCH, 2014: 28, tradução nossa)²¹.

Teorizando a vida cotidiana, Lefebvre (1958 [1946]), volta as atenções para a teoria da alienação ao formular a crítica da vida cotidiana tanto a partir desta teoria e também no conceito de homem total. Acerca da alienação, ele alerta que ela supera o econômico, podendo ser também filosófica, ideológica, política e social. E conforme diz o autor,

[...] a teoria da alienação e a do “homem total” continuam a ser diretrizes para a crítica da vida cotidiana. Eles permitem representar o conjunto do desenvolvimento social e determinar sua direção. Eles também permitem praticar a análise dos cortes na espessura desse devir, penetrar no detalhe e conectá-lo à unidade. No entanto, essas noções devem ser usadas com extrema cautela. Eles não podem ser atribuídos a um significado ontológico no sentido dos conceitos usados pela filosofia tradicional. Seu uso irrefletido — especulativo — apresenta muitos riscos; por exemplo, ele transforma uma ideia (que expressa todo o processo e seu limite ao infinito) em uma imagem do futuro ou pior ainda em uma realidade já realizada. Um marxismo sumário acredita-se capaz de antecipar o futuro ou de declarar que o presente — tal homem individual dado em tais condições, sociedade socialista ou ação militante — representa o futuro (Lefebvre, 1958: 87-88, tradução nossa)²².

Segundo Lefebvre (1981), a palavra cotidiano caracteriza o conjunto de atos cotidianos, que interligados formam um todo. Conforme ele assinala, a vida cotidiana não pode ser reduzida a apenas uma soma de ações que são necessárias à vida da humana, como, por exemplo, beber, comer, dormir, vestir, etc. Dessa forma, é possível compreender que o cotidiano se refere à natureza repetitiva e fragmentária da vida cotidiana. E conforme ele diz:

²⁰ Il aurait fallu d'abord formuler et essayer de résoudre les problèmes posés par le concept d'aliénation. Il aurait fallu aussi exposer ce que peut être (méthode et objet) une sociologie marxiste, considérée comme science spécifique, dans sa relation avec les autres sciences (économie politique, histoire, etc.) ainsi qu'avec le matérialisme historique et dialectique (Lefebvre, 1958 : 10).

²¹ Lefebvre's critique of everyday life took up arms on two fronts: the first aim was to convince marxists — at a moment when Zhdanovism was in full spate — of the value of an analysis of superstructures based on the concept of alienation; the second, to demonstrate to philosophers that the trivial should not be exempt from philosophical scrutiny (Trebistch, 2014: 28).

²² Conclusion : la théorie de l'aliénation et celle de « l'homme total » restent directrices pour la critique de la vie quotidienne. Elles permettent de représenter l'ensemble du développement social et de déterminer sa direction. Elles permettent aussi de pratiquer par analyse des coupes dans l'épaisseur de ce devenir, de pénétrer dans le détail et de le relier à l'ensemble. Cependant, ces notions doivent s'utiliser avec une extrême prudence. On ne peut leur attribuer une signification ontologique au sens des concepts utilisés par la philosophie traditionnelle. Leur usage inconsidéré — spéculatif — présente beaucoup de risques ; par exemple il transforme une idée (qui exprime l'ensemble du processus et sa limite à l'infini) en une image du futur ou pire encore en une réalité déjà accomplie. Un marxisme sommaire se croit capable d'anticiper sur l'avenir ou de déclarer que le présent — tel homme individuel donné dans telles conditions, société socialiste ou action militante — représente l'avenir (Lefebvre, 1958 : 87-88).

A menos que definamos a sociedade apenas pelo consumo (o que é cada vez mais raro), percebemos que considerar essas ações isoladas não esgota a vida cotidiana, mas que também devemos considerar seu contexto: as relações sociais em que elas ocorrem (Lefebvre, 1981: 8, tradução nossa)²³.

A respeito de considerar o contexto das ações isoladas e também das relações sociais em que elas ocorrem, Lefebvre (1981), alerta que se trata de considerar as microdecisões (diárias) que são tomadas em sequência em determinado tempo social vinculado à produção. Conforme ele afirma, “[...] *a vida cotidiana, como a linguagem, contém, implícitas mas veladas em e pelas funções, formas óbvias e estruturas profundas*” (LEFEBVRE, 1981: 8, tradução nossa)²⁴.

Segundo Lefebvre (1981), devido à sequência dos atos, as ações cotidianas são repetidas (e reproduzidas). São ações individuais, mas também coletivas (em grupos de amigos, familiares e de vizinhança, por exemplo), sendo também sociais. E dessa forma,

A cotidianidade tem, portanto, uma relação estreita e mal conhecida com as modalidades de organização e de existência da sociedade (tal ou tal) que impõe relações entre os trabalhos, os tempos livres, a vida «privada», os transportes e a vida pública (Lefebvre, 1981: 8, tradução nossa)²⁵.

A respeito do “real”, Lefebvre (1981) diz que ele é “*o dado, o sensível e a prática, o atual, a superfície perceptível*” (LEFEBVRE, 1981: 11, tradução nossa). Segundo o autor, na opinião geral, o cotidiano faz parte da realidade, entretanto, ele não coincide com ela. Conforme ele diz, ele não coincide porque ele representa:

[...] vivência, subjetividade fugaz, - emoções, afetos, hábitos e comportamentos. Acrescente-se que também inclui abstração. O dinheiro e a mercadoria têm um lado abstrato que faz parte do real cotidiano, que inclui também imagens (muitas imagens, sem se perder no imaginário) (Lefebvre, 1981: 11, tradução nossa)²⁶.

Lefebvre (1981) defende a importância de expor as transformações da vida cotidiana, desde que “*iluminada no e pelo presente, com novos “problemas” que prolongam os antigos*” (LEFEBVRE, 1981: 12, tradução nossa). Conforme ele destaca, é importante insistir em proposta ligadas aos fatos, às transformações. Porém, alerta que:

O conhecimento cotidiano é necessário, mas não é suficiente; pois o objetivo e o desafio não são endossar o fato consumado, mas caminhar em direção ao possível – o conhecimento da vida cotidiana não é cumulativo, de acordo com o esquema e projeto usual das chamadas ciências sociais, pois ele se transforma com seu objeto... (Lefebvre, 1981: 12, tradução nossa)²⁷.

²³ A moins de définir la société par la seule consommation (ce qui arrive de plus en plus rarement), on se rend compte que la considération de ces actions isolées n'épuise pas le quotidien, mais qu'il faut aussi envisager leur contexte : les rapports sociaux dans lesquels elles prennent place (Lefebvre, 1981 : 8).

²⁴ Autrement dit le quotidien, comme le langage, contient, impliquées mais voilées dans et par les fonctions, des formes évidentes et des structures profondes (Lefebvre, 1981 : 8).

²⁵ La quotidienneté a donc un rapport étroit et mal connu avec les modalités d'organisation et d'existence de la société (telle ou telle) qui impose des relations entre les travaux, les loisirs, la vie « privée », les transports, la vie publique (Lefebvre, 1981 : 8).

²⁶ C'est le donné, le sensible et le pratique, l'actuel, la surface perceptible. Le quotidien ? de l'avis général il fait partie de la réalité, mais coïncide-t-il avec elle ? Non, car il comprend plus et moins et autre chose : le vécu, subjectivité fuyante, — les émotions, les affects, les habitudes et comportements. Ajoutons qu'il comprend aussi de l'abstraction. L'argent et la marchandise ont un côté abstrait qui fait partie du réel quotidien, lequel comprend aussi des images (beaucoup d'images, sans pour autant se perdre dans l'« imaginaire ») (Lefebvre, 1981 : 11).

²⁷ « Le savoir du quotidien est nécessaire mais ne suffit pas et ne se suffit pas ; car l'objectif et l'enjeu ne sont pas d'entériner le fait accompli, mais d'aller vers le possible — le savoir du quotidien n'est pas cumulatif, selon le schéma et le projet habituels des sciences dites sociales, parce qu'il se transforme lui-même avec son objet... » (Lefebvre, 1981 : 12).

Considerar o contexto e as relações sociais em que essas ações ocorrem é uma das chaves para o deciframento da vida cotidiana, que se não revela o real a partir dos fatos.

2.3. ANALISANDO O COTIDIANO NAS RUAS FECHADAS DE BANGU

Recorrendo ao cotidiano enquanto categoria de análise, buscaremos, neste item, fazer uso da descrição analítica dos processos e dinâmicas que foram passíveis de observação durante as pesquisas de campo. Dessa maneira, tentaremos contemplar as diferentes dimensões da vida cotidiana em sua totalidade, correlacionando com algumas discussões que se fizeram presentes no percurso desta pesquisa.

2.3.1. Notas sobre os “condomínios” de ruas fechadas.

Conforme fora sinalizado no capítulo anterior, falaríamos sobre condomínios em algum momento. A dúvida sobre a necessidade desta discussão teve origem quanto a sua pertinência neste trabalho. Entretanto, em campo, foi percebido que, muitas vezes, o que o pesquisador vê e entende – por mais que eu, enquanto pesquisador, não deixo de ser morador de uma das várias ruas fechadas no bairro alvo do estudo - não é o mesmo que outras pessoas enxergam. De forma direta: durante algumas entrevistas, ao passo que os moradores eram abordados para falar sobre ruas fechadas no bairro, alguns falavam sobre condomínios, que, a partir da interpretação deles, havia sido criado a partir do processo de cercamento (total ou parcial) das ruas.

De maneira natural, no transcorrer de cada entrevista realizada, algumas pessoas que colaboraram com este trabalho acabaram definindo o local da rua fechada como um condomínio. Foi possível notar isso em diversas ocasiões a partir de seus discursos, como este caso, quando questionei uma moradora sobre as lembranças que ela tinha da rua antes de ser fechada:

*Assalto em frente de casa [...] é confuso. Ninguém podia ficar com o celular na mão por aqui, já era. Minha filha mesmo foi roubada, levaram o celular dela na esquina saindo do **condomínio**...*²⁸

É preciso advertir ao leitor que a legislação brasileira não permite a transformação de ruas fechadas em condomínios. Conforme trouxemos no capítulo anterior, houve movimentos recentes, através de mudanças na LPSU, que criaram o controverso tipo denominado loteamento de acesso controlado, que pode até se assemelhar, mas também não é um condomínio, sendo simplesmente um loteamento instituído com aparatos que visam o controle territorial, realizado a partir do cerceamento da entrada e saída de veículos, mas principalmente de pessoas a pé. Diferente dos loteamentos, os condomínios são regulados a partir da Lei Federal n.º 4.491/1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

Neste caso, acaba ocorrendo uma confusão sobre o que é um condomínio horizontal ou privado. Uma gleba de propriedade condominial, parcelada conforme o previsto na lei que dispõe sobre os condomínios, se apoia nos preceitos da propriedade condominial, onde todos os moradores são proprietários de fração ideal e coproprietários das vias de circulação interna e de áreas livres.

Diferente dos condomínios, as ruas que abordamos neste estudo são parte de loteamentos (concebidos como abertos) sendo regulamentados pela LPSU (Lei Federal n.º 6.766/79). E em que pese a instalação de grades e portões em ruas e da criação de associações por grupos de moradores²⁹ que buscam dar mais segurança jurídica à suas ruas fechadas, é importante pontuar que elas jamais serão condomínios à luz da atual legislação brasileira.

²⁸ Entrevista com Ofélia (58 anos) e Maitê (55 anos), realizada no bairro de Bangu em 21 de junho de 2022.

²⁹ Que na maioria das vezes, recebem os seguintes nomes de associação condominial x, associação do condomínio y, condomínio residencial z, dentre outros.

Porém, o fato de a legislação brasileira não permitir a transformação de ruas em condomínios é mero detalhe quando nos depararmos com a realidade, onde no imaginário popular, a tipologia condomínio é mais aceita que fechamento de rua ou rua fechada. Isso me faz inferir que as ruas fechadas, tal qual os loteamentos de acesso controlado, tentam mimetizar o condomínio privado.

Em estudo sobre espaços urbanos murados e controlados por sistemas de segurança em cidades médias, Sposito e Goés (2013), mostram que na realidade brasileira, há uma confusão, onde muito desses espaços (murados e controlados das cidades médias) acabam sendo chamados de condomínios horizontais, recebendo este rótulo para fins comerciais “*ainda que grande parte deles não atenda à legislação vigente no país para esse tipo de empreendimento e, tampouco seja uma gleba de propriedade condominial*” (SPOSITO E GOÉS, 2013: 134). Esse mesmo caso relatado pelas autoras, ocorre na nossa realidade, com os moradores que atualmente, no lugar da rua, passaram a identificar a existência de um condomínio.

Apesar dessa confusão à brasileira, existem estudos que defendem a adoção da tipologia condomínio privado ou *gated communities* para ruas fechadas. Em estudo sobre essas formas de habitat nos Estados Unidos, Balakely e Snyder (1997), propõem três tipologias para auxiliar a compreensão dos diferentes tipos de condomínios presentes nas cidades estadunidenses: *lifestyle community*, *prestigie community* e *security zone community*. No caso das ruas fechadas observadas por esses autores, elas fazem parte da última tipologia, *security zone community*.

Conforme apontam Blakely e Snyder (1997), *security zone community* são as áreas onde os próprios moradores realizam o fechamento a partir da instalação de cercas, grades, portões, dentre outros, com a intenção de ampliar o controle territorial ao restringir o acesso de pessoas. Os autores observaram que os residentes de diversas cidades transformaram bairros inteiros em condomínios fechados. Onde o fechamento total era impossível, eles verificaram que os residentes obstruíram ou fecharam o maior número de ruas possíveis para garantir a restrição ao acesso. Eles também afirmam que, o medo do crime e de pessoas estranhas foi principal motivo para a adoção desse tipo de fortificação defensiva. A situação descrita pelos autores na descrição desta tipologia é muito semelhante à realidade que abordamos neste estudo.

Em nossa realidade, também foi possível perceber que o medo foi um dos componentes que orientaram parte dos fechamentos. Os moradores demonstraram isso através das entrevistas e conversas informais. Entretanto, apesar de ruas fechadas não serem condomínios, claramente podemos verificar que o controle territorial é algo indissociável deste processo. A respeito disso, proponho de maneira simples, nesta pesquisa, três tipologias para caracterizar as ruas pós-fechamento: ruas semifechadas, ruas fechadas e ruas tipo loteamento fechado.

Ruas semifechadas são, conforme indicado no primeiro capítulo, vias que não são caracterizadas com sem saída ou *cul-de-sac*. Elas apresentam pontos que as conectam com outras, sejam estradas, rodovias ou ruas do mesmo tipo, tendo assim, mais de uma entrada e saída. Geralmente são de fácil identificação em razão da existência de uma placa improvisada em uma das extremidades com um aviso criado pelos moradores indicando de se tratar de uma rua sem saída (imagem 3).

Imagem 3: Rua semifechada



Legenda: rua Iriguaçu, localizada no bairro de Bangu, próxima à estação de trem. A placa improvisada fixada na árvore indica que agora, a rua foi classificada pelos moradores como sem saída. Na foto do lado direito, da mesma rua, vemos uma moto, que pouco antes havia sido estacionada por um entregador que não conseguiu acessar o local da entrega.

Fonte: Acervo Pessoal (2023).

Ruas fechadas são aquelas que apresentam grades combinadas com portão de pedestre em uma extremidade (podendo, no lugar de pedestre, serem obstrutores fixados no solo) e na outra, portão com acionamento eletrônico combinado com portão de pedestre. Neste tipo de rua, algumas já apresentam interfones ligados diretamente às casas. Dessa maneira, o acesso fica restrito apenas aos próprios moradores, familiares, amigos e conhecidos (imagem 4).

Imagem 4: Rua do tipo fechada



Legenda: rua Marselha, próxima ao estádio de Moça Bonita (campo de jogo do Bangu A.C.), do IAPI de Bangu, estação de trem Guilherme da Silveira, e cerca de 600 metros da 34ª DP (Bangu). Na foto do lado esquerdo, no detalhe em branco, temos um interfone que está conectado às casas existentes na rua.

Fontes: Acervo pessoal (2023)

Ruas do tipo loteamento fechado tem ocorrência quando mais de uma rua compõe o fechamento, haver também, a presença de uma praça pública nos limites da área cercada. Assemelham-se bastante aos loteamentos de acesso controlado, mas neste caso, devido grau de imprevisto, nem sempre os limites originais do loteamento são considerados. Esse tipo se diferencia das ruas fechadas por terem funcionários que trabalham em turnos para fazer o controle de quem pode entrar, a que horas pode entrar e quando deve sair. Apresentam uma ou mais garitas com cancela, combinadas com portão de pedestre. Onde não há guarita, existem portões de “emergência”, combinados com portões de pedestres, que assim como os de emergência, nem sempre estão abertos.

Conforme o relato da maioria dos entrevistados, os objetivos de obtenção de segurança foram atingidos justamente pelo controle que agora existe. O controle é entendido como importante, em um bairro, conforme alguns afirmaram, cercado de regiões perigosas e inseguras. Dessa forma, o afastamento desses locais perigosos (e de seus moradores, entendidos como igualmente perigosos) é também um objetivo a ser atingido, o que tentarei demonstrar mais adiante, com mais detalhes no terceiro capítulo. A seguir, apresentarei uma discussão sobre sociabilidade, analisando o que pôde ser observado a partir dos trabalhos de campos e entrevistas realizadas.

2.3.2. A sociabilidade neoliberal e as relações sociais no cotidiano

Abordaremos seguir o que foi possível captar sobre as questões relativas à sociabilidade e como os moradores se relacionam em seus respectivos locais de moradia durante o processo de fechamento e também no pós-fechamento das ruas.

De início, foi possível perceber que, houve uma tentativa, e ainda há, mesmo que de maneira frustrada, de alterar a forma de viver alguns modos de viver que caracterizam a sociedade capitalista, ainda mais transformada pelo advento do neoliberalismo. A saudade de um tempo de outrora, onde havia mais cordialidade entre vizinhos, de festas, muros inexistentes, casas sem trancas e crianças brincando nas ruas, contrastou com uma realidade onde as relações sociais estão cada vez mais raras ou cada vez mais conflituosas, conforme podemos ver a seguir:

*Inclusive tu vê por aí o que está acontecendo, os valores aí, então o povo tá meio lerdo, esse sentimento de irmandade a ponto de uma associação se desfazer já acabou. É cada um pra si, individualismo. O povo está experimentando muito uma dose individualismo. São poucas as pessoas que ainda querem lutar pelo bem comum, pela coletividade, tá entendendo? E no geral do povo, existe claro os líderes, os políticos, né, que lutam ainda, mas no geral do povo, não tem isso. É cada um olhando para o seu próprio umbigo [...]*³⁰

O individualismo percebido pelo entrevistado caracteriza como muitas relações sociais se estabelecem na sociedade neoliberal. No prefácio à edição brasileira do livro *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*, os autores Pierre Dardot e Christian Laval (2016), apontam que o neoliberalismo não é apenas uma ideologia ou um tipo de política econômica. Conforme aponta os autores, ele é um sistema que conseguiu aumentar sua influência no mundo inteiro, fazendo com que a lógica do capital fosse estendida para as diversas relações sociais em todas as esferas da vida.

Dardot e Laval, alertando para o desmantelamento que o neoliberalismo promove, lembram que além da destruição de regras, instituições e direitos, ele também é responsável por produzir determinados tipos de relações sociais, maneiras de viver e subjetividades. Dessa forma, segundo os autores, com o neoliberalismo, está em questão a nossa existência, a maneira

³⁰ Entrevista com Manoel (68 anos), realizada no bairro de Bangu em 2 de agosto de 2022.

como somos conduzidos a nos comportar, a forma que nos relacionamos com os outros e também com nós mesmos.

De acordo com os autores, o neoliberalismo é responsável por definir determinada norma de vida nas sociedades ocidentais e também para todas as que seguem no caminho da modernidade. Conforme os autores apontam, dentre outras coisas, essa norma determinada pelo neoliberalismo ordena as relações sociais de acordo com o modelo do mercado.

A respeito das relações sociais, o que pôde ser percebido, é que a instalação de portões e o consequente fechamento, não fez com que os tempos de antigamente retornassem, por mais que houvesse tentativa de alguns moradores em demonstrar que a vida havia mudado consideravelmente, com as pessoas podendo voltar ao convívio entre os seus vizinhos e as crianças podendo voltar a brincar na rua devido ao aumento da segurança. Podemos ver isso, por exemplo:

*Aqui a polícia pode entrar, as crianças agora podem ficar mais tarde brincando na praça... hoje não estão porque o tempo está mais frio... foi o que eu te disse, se aqui fosse aberto a gente não podia estar essa hora na rua batendo papo, dando mole. Agora está seguro... estamos seguros. Por isso que apesar de dificultar um pouco a vida, ainda é legítimo. Eles estão livres e a gente presos..., mas é melhor do que ser assaltado no portão de casa [...]*³¹

O trecho em destaque, trazido anteriormente, foi uma anotação da conversa ocorrida após a entrevista realizada com Fabrício. Ele repetia, dentre outras coisas, que o fechamento fez com que a vizinhança em que reside havia voltado a ter vida sem os riscos de assaltos. Neste caso, o discurso esbarrou com a realidade constatada por ele mesmo ao perceber que não havia ninguém na rua, além de nós dois e o entregador da farmácia, sendo o frio³² responsabilizado por não ter mais gente na rua.

Os conflitos também caracterizam as relações entre vizinhos. A unanimidade, ou a consulta aos pares, foi lembrada para demonstrar que o fechamento não foi algo isolado, mas um desejo coletivo. Entretanto, o discurso passava a ser contraditório, conforme podemos perceber:

*[...] Vizinhos da outra rua ficaram com raiva de mim porque eu não fui conversar com eles sobre o fechamento. Só que eu entrei à época no grupo que estava dirigindo o fechamento porque eu participei de uma reunião e tinham dois casais daqui que estavam responsáveis. Eles fizeram o mapa aéreo que eu te falei, eles fizeram o abaixo-assinado, eles estavam tendo enfrentamento com os vizinhos antigos por que eles eram, são vizinhos novos embora estejam anos aqui, mas não tem o mesmo tempo como eu tenho. Então eles tinham mais dificuldade de chegar até as portas pra pedir o abaixo-assinado, para que as pessoas assinassem. [...] então nós dividimos a responsabilidade de passar o abaixo-assinado, de buscar junto aos vizinhos isso, bem como a taxa que a gente recebe pra poder pagar os porteiros, pagar as câmeras, fazer a manutenção das coisas, né [...] e assim foi feito. Eu criei, eu tive pessoas que reclamaram [...] **Só que uma minoria não pode ir contra uma maioria** [...] a maioria estava a favor do fechamento devido ao problema de segurança. Único, né. Então nós conseguimos por isso, desta forma aí*³³.

O trecho anterior, é parte do relato da tarefa de convencimento, realizado por Fabrício, junto a outros moradores, para que assinassem apoiando o fechamento da rua que ele mora. O destaque em negrito é proposital para demonstrar que um pensamento que não comporta bem

³¹ Anotações de campo pós-entrevista com Fabrício (58 anos), realizada no bairro de Bangu no dia 4 de agosto de 2022.

³² Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, a temperatura na estação de Vila Militar, a mais próxima do bairro de Bangu, marcava 23,3 graus às 21 horas e 22,2 graus às 22 horas. A entrevista começou às 21:15 e já havia terminado na hora desta conversa.

³³ Entrevista com Fabrício (58 anos), realizada em 4 de agosto de 2022 no bairro de Bangu.

a diferença quando se está em maioria. Segundo ele, houve consulta, porém, fica a impressão, que só valeu porque a vontade da maioria prevaleceu sob a da minoria contrária ao fechamento. O mesmo ocorreu em outra entrevista:

Ofélia: Foi um desejo da maioria.

Maitê: 80%, né?!

Ofélia: 80% concordou, mas...

Maitê: Mas tem muitos que não concordam.

Ofélia: É muitos não concordam. Mas acaba que como agora como tudo vence a maioria, venceu a maioria. Por exemplo, daquela rua pra lá, tem várias pessoas que não concordam³⁴.

Em geral, as pessoas que não concordam, apenas aceitam os fechamentos de maneira resignada. Entretanto, foram relatadas algumas exceções, como no caso de um morador que não concordou e danificou os portões:

Acho que teve gente se opondo, sim. Tanto que teve vários processos em relação ao fechamento de alguns portões. Teve um rapaz que foi super contra, denunciou várias vezes, quebrou o portão..., mas eu acho que assim, acho que foi baixo o nível de não concordar com o fechamento. Foi pequeno... tem essas pessoas que as vezes atrapalham, até gente de fora mesmo que transitar à vontade, que as vezes quebram os portões. Mas aqui dentro a maioria foi a favor, dizem que teve uma votação e daí fecharam. Decidiram por fechar³⁵.

Outro morador afirmou que impediu o fechamento da sua rua por não concordar. Segundo ele, essa postura trouxe inimizades, tanto de vizinhos que antes eram seus amigos de infância, e de outros que ele disse não conhecer por serem novos na região:

Eu não deixei fechar. Chegaram aqui para eu assinar um abaixo-assinado. Eu não assino abaixo-assinado, principalmente se for para prejudicar alguém. Quando eu soube que ia fechar, eu procurei a região administrativa a fim de saber o que estava acontecendo e me falaram que tinha um abaixo-assinado para fechar a rua. Desde o momento em que eu não assinei, não existe unanimidade nesse caso aí. Não é unânime, então já não pode ser fechado, já não pode ser fechado. Fora da unanimidade não pode ser fechado. Aí o administrador lá na ocasião falou que ia ser fechado, eu falei com ele que ia procurar o Ministério Público como foi procurado, eu procurei o Ministério Público e o Ministério Público me orientou para que eu procurasse também a secretaria de urbanismo. Procurei a secretaria de urbanismo, falei qual o motivo da minha visita e lá fiz uma carta onde eu relatei tudo o que estava acontecendo. Eles no caso pegaram no computador, localizaram a rua e viram que ela inicia na Estrada da Água Branca e dá continuidade na Avenida Brasil, ela não pode ser fechada porque se trata de uma via arterial onde no caso ela favorece o fluxo de veículos³⁶.

Essas exceções à aceitação resignada trazidas anteriormente, podem ser lidas como situações de insurgência. Uma que não foi capaz de reverter o fechamento realizado e outra que, por ora, impediu que mais uma rua fosse fechada.

Todas essas relações entre vizinhos, no mínimo, caracterizam ambientes bastante hostis para aqueles que são contrários aos fechamentos. Nesse ponto, é perfeitamente compreensível que apenas uma pessoa que não concordou e até hoje não concorda, aceitou o convite da entrevista e se sentiu à vontade para expor sua insatisfação.

³⁴ Entrevista com Ofélia (58 anos) e Maitê (55 anos), realizada em 21 de julho de 2022 no bairro de Bangu.

³⁵ Entrevista com Taíza (37 anos), realizada em 20 de agosto de 2022 no bairro de Bangu.

³⁶ Entrevista com Dimas (66 anos), realizada em 22 de julho de 2022 no bairro de Bangu.

2.4. TERRITÓRIOS: DESLOCAMENTO INTRAURBANO E FRAGMENTAÇÃO DA VIDA COTIDIANA

Neste item, discutiremos o conceito de território articulado ao deslocamento intraurbano e também abordando a fragmentação socioespacial.

Conforme aponta Telles (2006), espaço e tempo são indissociáveis em cada evento de mobilidade. Segundo a autora, mais importantes que os pontos de partida e de chegada, outros eventos devem ter a devida atenção:

pontos críticos, pontos de inflexão, de mudança e também de entrecruzamento com outras histórias – “zonas de turbulência” em torno das quais ou pelas quais são redefinidas (deslocamentos, bifurcações) práticas sociais, agenciamentos cotidianos, destinações coletivas (Telles, 2006: 70).

Segundo Telles (2006), os eventos que ela diz que precisam ser interrogados com a devida atenção, serão os que vão auxiliar a apreensão dos:

[...] campos de força operantes no mundo urbano, a trama das relações, de práticas, conflitos e tensões, enfim, a pulsação da vida urbana – a redistribuição de possibilidades, bloqueios, aberturas ou impasses que atravessam e individualizam cada história de vida, mas que também a situam em um plano de atualidade (Telles, 2006: 70).

Telles (2006) aponta que a noção de território supõe a operação da categoria de espaço. Segundo a autora, esta categoria *“lida com a simultaneidade e permite apreender as coisas no plano da contemporaneidade que constitui sua espacialização”* (TELLES, 2006: 72).

Compreendendo, a articulação de território e espaço, nos atentaremos, prioritariamente, aos bloqueios, aberturas e impasses, por entender que impactam diretamente no direito de ir e vir, negligenciado por aqueles que defendem o fechamento de ruas.

2.4.1. Territórios e deslocamento intraurbano: a negação do direito de ir e vir

Uma das coisas que mais chamam atenção em uma paisagem cercada por grades é pensar, imediatamente, como isso impacta o cotidiano das pessoas. E neste caso, falo de deslocamentos que podem ser realizados a pé: a ida à escola, para o trabalho, à casa de um amigo ou familiar. Todas essas atividades são afetadas quando uma rua, por menor que seja o fluxo de pedestres, é fechada.

Apesar das argumentações contrárias de muitos moradores que disseram não haver problemas ao deslocamento, isso acaba não fazendo sentido diante das próprias explicações, como a que podemos verificar no seguinte depoimento:

[...] as esquinas tem portão social, que eles ficam aberto das dez da noite às seis da manhã, com aquiescência e autorização da prefeitura, que é um momento que a gente precisa estar dormindo não tem ninguém pra tomar conta, nós não podemos... não temos condições financeiras de botar porteiro em todas as esquinas, então foi levado isso para a prefeitura e tem conhecimento deles, tá bom? Então melhorou assim cem por cento [...] não há visão da prefeitura que nós estamos tirando o direito de ir e vir das pessoas porque existe um horário grande para ficar aberto e existe uma portaria principal que você entra e sai a hora que quiser³⁷.

A questão colocada no relato dado por Fabrício foi a respeito de, na opinião dele, não existir impedimento ao deslocamento, em razão da rua que ele mora, contar com porteiro, guarita e portões sociais que, conforme dito, funcionam nos horários designados pela prefeitura. Entretanto, ele desconsidera algumas questões, como o fato de os portões raramente ficarem abertos, e, quando ficam, impedirem o deslocamento, por exemplo, de pessoas com carrinho de

³⁷ Entrevista com Fabrício (58 anos), realizada em 4 de agosto de 2022 no bairro de Bangu.

bebê, pessoas com deficiência e idosos. A respeito disso, podemos ver o relato de Dimas, que reside próximo à rua de Fabrício:

*[...] eu comprei a briga, comprei a briga e relatei que já vi pessoas chegarem aqui 21:00, senhoras com criança no colo não poderem passar porque o portão estava fechado, tá? Senhoras com criança no colo, chovendo, não podendo passar ali, tendo que sair daqui e caminhar um longo trajeto para poder chegar ao seu destino. Isso aí no caso é invadir o direito dos outros, é tirar, é roubar, tá? É roubar, vou usar o nome assim, roubar o direito dos outros, tá? Quer dizer, estão pensando neles, mas quem está aqui fora são moradores de lá também. Porque não pagam taxa não podem no caso ter uma chave, não pode ter isso, não pode ter aquilo, porque eles é que estão dominando na situação, completamente errado*³⁸.

A maneira como Dimas expõe a situação do portão fechado, expõe o problema encontrado no deslocamento que alguns tentaram negar. Junto a ele é acrescentado outro: a forçosa mudança nos percursos que as pessoas agora precisam fazer para se deslocar, tendo que driblar os entraves no caminho. A ida à praça, a volta do trabalho ou da escola, na maioria das vezes, conforme o próprio entrevistado afirma, fica mais demorado, a caminhada fica maior. Isso acaba sendo um limitador para muitas pessoas, principalmente para os mais idosos.

Apesar de não serem condomínios, em decorrência da instalação de inúmeras barreiras físicas, as ruas fechadas acabam incorporando a defesa territorial que orienta este tipo de produto habitacional. Dunker (2015), argumenta que o muro estabelece fronteira e aparece como figura da indiferença, da exclusão e da segregação. Neste sentido, o muro pode ser entendido como toda barreira física, que instalada para o afastamento, terá a mesma característica.

A defesa territorial é operada a partir da exclusão daqueles que estão extramuros. Neste sentido, Dunker (2015) observará que:

Não se trata aqui de portões, que restringem e orientam a circulação de pedestres, ou de cercas, que delimitam simbolicamente o pertencimento e a obrigação de cuidado do território, mas de muros de defesa, cujo objetivo militar é impedir a entrada, ocultar a presença de recursos estratégicos e facilitar a observação do inimigo (Dunker, 2015: 51).

Conforme foi observado, os moradores das ruas fechadas tentaram imitar os condomínios fechados. Isso fica mais claro até mesmo nas falas, em como as pessoas compreendem o lugar que vivem após o fechamento.

Neste sentido, o que temos é um local hostil àqueles de fora, com rígidos controles de entrada e saída, que realizam o controle do território. Conforme o depoimento de alguns moradores, essa defesa territorial é necessária para garantir a segurança que deixaram de ter quando a rua era aberta:

*No caso ali, todo carro ali, que entra e que sai, é anotado a placa. Tem essa questão de abrir o portão, não fica mais aberto direto, a pessoa não entra à vontade. Para entrar ela tem que parar ali e dar tipo uma, como fala, uma satisfação de onde está indo, para onde vai, vai falar com quem, na casa de quem [...] se eles tivessem que vir e entrar, sem dar satisfação para ninguém, seria muito mais fácil*³⁹.

Neste lugar, foi possível observar durante os trabalhos de campo, que o controle de entrada e saída é realizado de maneira manual pelo porteiro/vigia. Ele aborda os veículos, não tem adesivo do “residencial” fixado no vidro do para-brisa e de entregadores (seja em moto, caminhão ou carro), anotando o nome da pessoa, o modelo do veículo, placa, hora de entrada (caso informem a rua, o número da casa e o nome do morador que realizou o pedido a ser

³⁸ Entrevista com Dimas (66 anos), realizada em 27 de julho de 2022 no bairro de Bangu.

³⁹ Entrevista com Taíza (37 anos), realizada em 20 de agosto de 2022 no bairro de Bangu

entregue) e posterior saída⁴⁰. Aos catadores de materiais para reciclagem e pessoas em condição de rua, a passagem só é permitida nos portões onde não há controle (quando estes estão abertos), permanecendo a vigilância (por meio de câmeras de segurança), que também é realizada por moradores adimplentes com a taxa condominial instituída, e pelo próprio porteiro/vigia que, quando acionado, avisa que eles não podem permanecer por ali.

Operada a partir da lógica de defesa territorial, temos também a construção do medo do “outro”. Adiantando algumas questões, esse “outro” caracteriza o diferente, o desconhecido, aquele que está para além dos portões, como, por exemplo, moradores de favela, catadores, pessoas em situação de rua, prostitutas, travestis, enfim, todos os que não são moradores daquele local se enquadram na categoria do “outro” e passam a ser vistos como perigosos, que podem futuramente trazer algum risco. Discutiremos esse medo com mais detalhes no próximo capítulo. A seguir, falaremos a respeito da segregação socioespacial.

2.4.2. Sobre a fragmentação da vida cotidiana

Consideramos nesta pesquisa, que a instalação de barreiras físicas nas ruas, além de seccionar espaços e territórios formando novas fronteiras urbanas, também são responsáveis por fragmentar o modo como os habitantes podem experimentar e viver a cidade.

A respeito da fragmentação, Sposito e Sposito (2020), argumentam que o uso do termo é polissêmico, ao qual, se atribuem diversos conteúdos para tratar processos contemporâneos. Um exemplo desses conteúdos, é o que estamos discutindo nesta pesquisa, sobre o processo de fechamento de ruas.

Souza (2008), o termo fragmentação tem relação com a palavra fragmento, sendo assim, partes de um todo que não apresentam mais conexão. Segundo o autor, esse processo é um pouco mais complexo do que o de segregação, que, conforme ele aponta, só ocorre de duas formas: induzida (socioespacial) ou voluntária (autossegregação).

Tratando sobre município do Rio de Janeiro em seu estudo, Souza (2008), indica a existência de uma fragmentação do tecido sociopolítico-espacial, destacando que a fragmentação parte de uma perspectiva espacial. Ainda segundo o autor:

Além do mais, é especificamente (socio)política, conquanto não tenha a ver, em princípio, com qualquer mudança da malha territorial legal/oficial, visto que a disseminação de “territorialidades excludentes” envolve, diretamente, a própria sociedade civil (Souza, 2008: 58).

Segundo Souza (2008), a fragmentação não deve ser entendida como uma nova forma do processo de segregação, apesar de ela estar articulada ao processo de fragmentação. No caso trazido pelo autor, a respeito de favelas territorializadas por traficantes que atuam no varejo de drogas, ele afirma que não se tratam de partes sem conexões umas com as outras. Entretanto, reconhecendo a formação do que ele designa de enclaves territoriais, que se acrescentam a processos de segregação e também de outros fenômenos como a privatização do espaço urbano (que ele aponta ser uma espécie de “privatização branca” de logradouros públicos), é possível perceber que as interações espaciais diminuem, tendendo ao desaparecimento ou se tornando mais seletivas.

É neste sentido, o da redução das interações espaciais, seja entre pessoas ou das pessoas com a morfologia urbana, que argumento pela fragmentação da vida cotidiana, que foi possível verificar a partir de alguns relatos de moradores e das observações realizadas. Um dos relatos podemos ver abaixo, através da contribuição trazida por Bento:

Ó rapaz, de todos... de todos os lugares do bairro aqui, que está fechado, eu vejo indo e vindo de noite e de dia, direto, aberto [...] só essa entrada [...] dos portões [...] que

⁴⁰ Em uma conversa informal com um dos porteiros/vigias, fui informado que esse controle é para o próprio “condomínio”, realizado para garantir mais segurança aos moradores. Sobre o destino das anotações, ele disse não saber para onde vão depois que o síndico (presidente da associação formada pelos moradores) recolhe.

*dez horas da noite fecha e abre sete da manhã. Tá errado! Se meus netos, se meus sobrinhos, os filhos dos meus sobrinhos desse lado aqui quiserem ficar dentro da praça dez e meia, onze horas, vai correr o risco de passar na Água Branca, entendeu... e pode acontecer alguma coisa porque eles vão ter que andar vinte minutos numa coisa que eles podem passar com cinco minutos para o outro lado, entendeu?*⁴¹

No trecho trazido acima, o morador manifestava o seu descontentamento com o fato de terem estipulado horário de entrada e de saída na praça mas próxima de sua casa. O horário mencionado corresponde ao determinado pelos moradores para o fechamento dos portões. Conforme podemos ver, o fechamento (respeitando ou não algum período), é responsável não só por evitar o acesso, a permanência e a circulação de pessoas ele também exclui também do convívio social os moradores da mesma área. São vizinhos que muitas vezes frequentam os mesmos espaços destinados ao comércio, que os filhos e netos frequentam ou frequentaram as mesmas instituições. Mas, neste caso, algumas crianças são impedidas de desfrutarem do único lazer que podem ter gratuitamente, que é brincar aproveitando os equipamentos públicos que deveriam estar disponíveis. O relato de Bento é semelhante ao trazido por Dimas:

*Hoje no caso esses caras chegaram e se adornaram, hoje no caso as crianças não podem ir na praça para brincar, tá? Porque chega um determinado horário que eles fecham o portão e ninguém pode passar. No caso eles estão tirando os meus direitos, meus direitos são meus e de mais ninguém. Assim como os seus direitos e o dos outros*⁴².

Comentando sobre como o fechamento de ruas subtrai o direito de ir e vir, Dimas também demonstra a face excludente do mesmo. Seja pelo medo do outro, por insegurança ou pela existência de milícias (que discutiremos em breve), esse processo traz, além de descontinuidades no tecido urbano, impedimentos ao gozo e a fruição da vida urbana.

⁴¹ Entrevista com Bento, realizada em 5 de agosto de 2022 no bairro de Bangu.

⁴² Entrevista com Dimas, realizada em 22 de julho de 2022 no bairro de Bangu.

CAPÍTULO III

A CIDADE COMO ARMADILHA: REPRESENTAÇÕES DE SEGURANÇA E VIOLÊNCIA NO ESPAÇO URBANO MILITARIZADO

No capítulo anterior, problematizamos o fechamento de ruas buscando realizar uma análise crítica do cotidiano. Neste capítulo, seguiremos mobilizando esta categoria para o desvendamento da vida cotidiana, discutindo as ruas fechadas a partir da teoria da representação, buscando correlacionar com a temática da segurança e da violência, presente observações realizadas nos trabalhos de campo.

3.1. A TEORIA DA REPRESENTAÇÃO: NOTAS SOBRE MEDO, SEGURANÇA E VIOLÊNCIA

Ao tratar da teoria da representação, Lefebvre (1983 [1980]), apresentando a semântica do termo, discorre sobre seis diferentes significados de representação, a saber: científica, política, “mundana”, comercial, estética e filosófica. Segundo o autor, a significação filosófica de representação é a mais ampla e a mais importante, sendo a que dá a chave para o entendimento das demais. De acordo com ele, a representação invade o pensamento filosófico desde Kant, sem ser claramente definida e ainda conforme ele diz:

Para a filosofia moderna, a representação não é nem a verdade nem o erro, nem a presença nem a ausência, nem a observação nem a produção, mas algo no meio. Os filósofos se propuseram transcender a representação pelo conhecimento ou bem, pelo contrário, mostrar que o conhecimento não pode realizar essa operação; o qual limita o conhecimento, as representações e a sua crítica (Lefebvre, 1983: 15, tradução nossa)⁴³.

Conforme indicam Lutfi, Sochaczewski e Jahnel (1996), na teoria da representação, presença e ausência não se excluem, sendo uma mediada pela outra. E de acordo com as autoras,

O estudo das representações destina-se a entender o processo pelo qual a força do representado se esvai, suplantada por ser representante por meio da representação, e como essa representação distancia-se do *vivido* e se multiplica, manipulando o *vivido*. As representações interpretam e, ao mesmo tempo, interferem na prática social, fazem parte da vida e dela só se distinguem pela análise (Lutfi, Sochaczewski e Jahnel. 1996: 89).

Por qual motivo é necessário um breve estudo da representação nesta etapa da pesquisa? Isso ocorre justamente pelas representações do vivido que puderam ser apreendidas a partir do contato com os entrevistados durante os trabalhos de campo.

Conforme dissemos em outros momentos, há uma percepção, entre a maioria dos moradores, que houve melhora na questão da segurança após a instalação de portões nas ruas do bairro. Essa melhora seria, segundo eles, facilmente verificada pela falta de ocorrência de crimes ou de uma drástica redução. Podemos ver isso a partir de algumas respostas obtidas durante as entrevistas, conforme esta, bastante detalhada:

A diferença eu posso te garantir se não foi de 100% é muito próximo de 100%, muito próximo. Eu não sei de assaltos que houve depois o fechamento, eu não tenho conhecimento. Eu tive um ligeiro conhecimento [...] logo no início próximo da (estrada) da Água Branca. Eu acho que alguma, houve algum assaltozinho [...] porque é muito próximo [...] parece que teve. Mas aqui, conforme era, eu não tive conhecimento de alguém que perdeu o celular, que foi assaltado. Porque a característica principal do... o bandido na verdade ele tem juízo, e ele tem medo

⁴³ Para la filosofía moderna, la representación no es ni la verdad ni el error, ni la presencia ni la ausencia, ni la observación ni la producción, sino algo intermedio. Los filósofos se propusieron transcender la representación por el conocimiento o bien, por el contrario, mostrar que el conocimiento no puede realizar esa operación; lo cual limita el conocimiento a las representaciones y a su crítica (Lefebvre, 1983: 15).

*também. Ele quer segurança e a segurança do bandido não está só na sua arma de fogo, no revólver. A segurança dele está no veículo, ele quer ter certeza que vai poder roubar e fugir. Só que, só tem... e a principal arma dele é o veículo que pode ser uma moto ou um automóvel. Só que, por onde ele entra com a moto ou com automóvel ele tem que sair, tá entendendo? Então ele tem medo de roubar aqui dentro e na hora que estiver saindo levar um tiro nas costas mesmo ele estando de moto, tá entendendo? E antes era tranquilo: ele tinha três... era uma entrada e três saídas ou vice e versa, tá entendendo? Então ele tinha várias formas de fugir de moto ou de carro. Agora se ele quiser roubar, ele tem que vir pelo mesmo lugar, pelo mesmo lugar que ele entra ele tem que sair. E isso foi o principal motivo... tanto é que o fechamento foi visando isso aí, e nunca... e nunca restringir o ir e vir das pessoas. Nós restringimos a arma do bandido que é o veículo, a principal. [...]*⁴⁴.

É possível perceber, a partir da fala apresentada anteriormente, o que temos apontado sobre a percepção de alguns moradores sobre a melhoria na segurança, algumas vezes superdimensionada. Para outros moradores, as grades foram também responsáveis por dotar a rua de um tipo de distinção, onde, não mais se enxerga um simples logradouro público, mas sim um condomínio.

A partir desses pontos, podemos notar diferentes representações para a mesma abordagem que estamos estudando. Entretanto, neste momento, esta seção será dedicada para a questão específica da segurança e da violência enquanto fenômenos que se manifestam no ambiente urbanos e como as pessoas os enxergam a partir de suas experiências vividas.

Conforme apontam Lutfi, Sochaczewski e Jahnel, “*a própria representação tem uma história, um modo de ser [...]*” (LUTFI, SOCHACZEWSKI e JAHNEL, 1996: 94). As autoras lembram, segundo Lefebvre, que as condições de vida das pessoas não podem ser deixadas de lado e que as representações se dirigem a todos. De acordo com elas:

Representam a imagem que um grupo, povo ou classe mostra, tanto para os outros como para si mesmo. Assim sendo, a representação, como produto de um determinado processo social, está referida à problemática da dominação e da exploração. Os dominantes, através da representação, podem, *sem mentir*, passar uma imagem que perpetua a dominação (LUTFI, SOCHACZEWSKI e JAHNEL, 1996: 94).

Neste sentido, pela recorrência, uma representação que chamou a atenção durante o contato como os moradores de ruas fechadas, foi a respeito da segurança. Sem dados, os moradores realizam tais afirmações a partir de suas vivências no cotidiano. Não é possível, da nossa parte, afirmar ou dizer, nem que sim nem que não, sobre a melhora, piora ou manutenção do estágio de deficiência da segurança no bairro. Não sem dados que possam nos permitir argumentar o contrário. Entretanto, tentaremos argumentar, a partir da discussão de alguns indicadores de criminalidade do Estado do Rio de Janeiro, a respeito desta percepção do aumento de segurança relatada pelos moradores. No momento seguiremos discutindo a representação, a seguir, sobre o medo.

3.1.1. Considerações sobre a representação do medo

Conforme indica Novaes (2007), o medo é um sentimento natural que se origina a partir da tomada de consciência de um perigo. De acordo com o autor, os medos podem ter origem tanto na imaginação quanto nas crenças, sendo essas duas origens, o que dão sentido e corpo ao próprio medo.

Para Novaes, a sociedade convive com duas formas de medo, a saber: uma, conforme argumenta o autor, está ligada à tradição e envolve a existência de deuses onipresentes e oniscientes, que apesar de invisíveis, dirigem a vida de muitas pessoas, fazendo manter vivos velhos dogmas teológicos e metafísicos que levam várias pessoas a viver com prudência.

⁴⁴ Entrevista com Manoel (68 anos), realizada no bairro de Bangu em 2 de agosto de 2022.

Segundo ele, essa primeira forma de medo, caracteriza os medos absolutos, manifestados muitas vezes em silêncio, de maneira íntima de cada pessoa.

A segunda forma de medo, de acordo com o autor, é caracterizada pelo que ele chama de pequenos medos. Em oposição à forma de medo ligada à tradição, estes nem sempre são manifestados em silêncio e segredo, sendo facilmente identificáveis, como por exemplo: o medo de balas “perdidas”, de acidentes nucleares, do terrorismo, e também, o medo do outro.

Ainda que nenhum entrevistado nesta pesquisa tenha falado abertamente sobre temer algo ou ter medo de alguém, foi possível identificar diferentes medos em diversos relatos. De maneira quase unânime, o principal medo identificado nos diálogos com os moradores, foi o de ter algum bem de consumo roubado, de forma específica, ser assaltado e perder o aparelho celular.

Os diferentes relatos de assaltos serviram para descrever um bairro entendido como muito violento pelos moradores, mas, que antes da instalação de portões, era “pior” em razão muitas ruas serem “rotas de fuga” (pela facilidade de acesso às vias de trânsito rápido) e também locais de frequentes assaltos.

O receio de ser vítima de assalto, é, conforme podemos ver a partir do entendimento de Novaes (2007), um medo de fácil identificação. Entretanto, para além do assalto, que apenas se materializa a partir da ocorrência dos crimes de furto ou roubo, o medo do outro também foi identificado. Este último, sem a ocorrência de crime que a figura do “outro” possa ter cometido, mas partindo do pressuposto que ele é perigoso e poderá vir a cometer algum delito.

Segundo o autor, o medo do outro é algo consciente. Apesar desta consciência, no caso desta pesquisa, ele só aparece com nitidez a partir da análise atenciosa de alguns diálogos. Em primeiro lugar, aqui, o “outro”, pode ser visto como todo e qualquer indivíduo que está para além dos limites dos portões. Dessa forma, qualquer não-morador, passa a ser temido a partir de uma lógica operada de maneira bastante binária: entre pessoas que vivem dentro e as que vivem fora dos portões. Os que vivem dentro podem circular nos limites do local fechado; os que vivem fora não são bem-vindos nos espaços fechados. Foi possível notar isso, com mais clareza, no seguinte diálogo:

Maitê: Fora que no começo deram a chave para um monte de gente. Até gente da Selvinha pra poder passar por aqui para ir para a Avenida Brasil...

Ofélia: Todo mundo tinha chave...

Maitê: Aí teve que mudar a chave, depois teve que botar cadeado para poder encerrar esse negócio. Porque estava entrando gente aqui que não era daqui⁴⁵.

O diálogo acima, realizado com duas pessoas na primeira entrevista desta pesquisa, ocorreu em um contexto onde as entrevistadas estavam inicialmente respondendo sobre a manutenção dos portões em caso de avaria ou depredação. Sem maiores intervenções, chegamos neste ponto, que requer uma explicação um pouco mais detalhada.

Mesmo sem estar escrito, é possível compreender que o fechamento deste local acabou se tornando um entrave para a circulação de pessoas, que tentaram contornar a situação a partir da cópia de chaves dos portões, inclusive moradores da Selvinha, que é uma pequena favela localizada em Bangu. Para encerrar o “problema” da cópia de chaves, que não existiria se nada estivesse fechado, instalaram correntes e cadeado no lugar da fechadura, proibindo a distribuição de cópias para as pessoas não residentes. Neste caso, o medo revela um desejo de afastar o outro bem específico: o morador da favela. Em outros diálogos isso também foi recorrente, como podemos ver a seguir:

Nós estamos, Saulo, cercado por essas regiões, né. Só você citar, anotar aí as comunidades... as comunidades Vila Aliança, Vila Vintém, Batan, Selvinha, né... você está cercado por essas áreas, né. O próprio Jardim Bangu, Catiri estão... e detalhe Ponto Chic, Jardim Bangu tá tudo fechado as ruas. Então, como eu falei, a

⁴⁵ Entrevista com Ofélia (58 anos) e Maitê (55 anos), realizada no bairro de Bangu em 21 de junho de 2022.

gente não pode resolver o problema todo. A gente tentou resolver parte do problema da nossa vida que é aqui. Você vai na praça, a praça é lotada hoje, a praça tem, vai ter aula de capoeira... teve um vereador aqui, época de eleição... é equipamento da terceira idade, tal... então, a gente está tipo assim progredindo. Tem a professora de educação física que tá dando aula pras pessoas aqui, entendeu. Então, a gente conseguiu melhorar o nosso ambiente, o que poderia ser dessa forma sem as ruas fechadas se nós tivéssemos segurança⁴⁶.

Na conversa acima, o entrevistado havia sido questionado por mim se achava alguma área no bairro ou mesmo em outras partes no município, que fossem inseguras ou perigosas. Todos as pessoas que colaboraram com esta pesquisa foram perguntadas sobre isso e quase todos citaram favelas como os locais inseguros e perigosos. Podemos ver isso, mais uma vez, nesta longa argumentação:

Ah... nosso bairro aqui... depois do fechamento aqui na rua, conforme te falei ficou muito melhor. Agora no Rio de Janeiro em si, o bairro de Bangu é conforme todos os outros bairros, da maioria do Rio de Janeiro, cercado por comunidades, né. Que tem esse nome comunidade, mas eu continuo chamando de favela, tá. Eu não sei porque abandonaram o nome favela e falam comunidade. Comunidade na minha opinião é onde tem pessoas comuns. Aqui na rua é uma comunidade, na rua... na praça é uma comunidade, na (Avenida) Vieira Souto é uma comunidade... onde tem gente, pessoas comuns, é uma comunidade. Mas... trocaram... botaram o nome comunidade exclusivamente para as pessoas da favela. Não sei por que, nunca pesquisei sobre isso. Eu prefiro chamar de favela... favela denota coisa sem ordem, cada um pra si, tá entendendo. Favela é isso, agora, comunidade não. Comunidades são ruas, que tem casas, tá entendendo. Lá também... a favela é uma comunidade. Mas as ruas que tem casas e pagam impostos também são comunidades... não sei por que. Então, o bairro de Bangu é cercado por... vou botar favela... não vou botar comunidade. Favelas como Vila Aliança, Vila Vintém, e outras mais por aí, tá entendendo... Vila Kennedy... inclusive, é... comunidades que foram feitas pelo governo, como Vila Kennedy, que eram bairros projetado por engenheiros na prancheta e o governo deixou virar comunidade. O Conjunto Dom Hélder Câmara, que é de Padre Miguel, foi o maior conjunto habitacional da América Latina, virou uma favela que chamam de comunidade. É uma favela... porque quando não tem ordem, não tem lei, é favela. O que caracteriza uma favela é isso: a falta de desrespeito à lei...⁴⁷.

A razão de fazer esse questionamento sobre áreas perigosas tinha por objetivo verificar junto aos moradores, principalmente aqueles que tiveram participação nos fechamentos, se enxergavam as principais vias e avenidas do bairro (como por exemplo: Avenida Brasil, Avenida Santa Cruz, Avenida Ministro Ary Franco, Estrada da Água Branca, Estrada do Engenho, dentre outras) como locais perigosos. Entretanto, a recorrente enumeração de favelas próximas (Batan, Catiri, Vila Vintém), conjuntos habitacionais (caso do Dom Jaime Câmara, mas também a Vila Aliança) e da Vila Kennedy, que desde 2017 é um bairro oficial do município do Rio de Janeiro, revelaram que além do medo do outro, há também uma questão de estigma dos sujeitos e estigmatização territorial.

A respeito do estigma, Goffman (2004 [1963]), menciona três tipos diferentes, a saber:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (Goffman, 2004: 7).

⁴⁶ Entrevista com Fabrício (58 anos), realizada no bairro de Bangu em 4 de agosto de 2022.

⁴⁷ Entrevista com Manoel (68 anos), realizada no bairro de Bangu em 2 de agosto de 2022.

Wacquant (2006), argumenta que dos três grandes tipos de estigma estudados por Goffman, o estigma territorial se parece com o terceiro, pois, segundo ele:

[...] visto que «pode ser transmitido por via da linhagem e [que ele] contamina de igual modo todos os membros da família». Mas, contrariamente a estas últimas, pode ser facilmente dissimulado e atenuado (ou até, anulado) pela mobilidade geográfica (Wacquant, 2006: 28).

O autor, apresentando uma realidade dos países desenvolvidos, aponta para a existência de aglomerações, setores, concentrações residenciais de habitação social que são conhecidos como infernos urbanos. E conforme diz o autor:

Alguns até adquirem o estatuto de sinónimo nacional de todos os males e perigos que doravante afligem a cidade dualizada: são exemplos desse estatuto Les Minguettes e La Courneuve ou a cité du Mirail no caso da França; South Central Los Angeles, o Bronx e o grande conjunto de Cabrini Green em Chicago no caso dos Estados Unidos; Duisburg-Marxloh e Berlin-Neukölln no caso da Alemanha; os bairros de Bijlmer e Westelijke Tuinsteden, em Amesterdão, no caso dos Países Baixos (Wacquant, 2006: 28).

De acordo com Wacquant, independente desses lugares estarem ou não deteriorados, serem ou não serem perigosos, pouco tem importância, pois, conforme ele diz, a crença preconceituosa de que as coisas são desta maneira, basta para “*engendrar consequências socialmente nocivas*” (WACQUANT, 2006: 29).

O fato de o autor apresentar uma realidade tratando especificamente de países que não estão na periferia no capital, não torna inválida a análise do estigma territorial. Conforme trouxemos anteriormente, conjuntos habitacionais, favelas e até bairros são vistos da mesma forma, seja por pessoas da mesma classe, de classes diferentes, pela imprensa, dentre outros, como áreas perigosas, com a mesma característica de inferno urbano dos países desenvolvidos.

A seguir, continuaremos o capítulo, trazendo os dados oficiais da segurança pública, colocando em tensão a perspectiva dos moradores, tão repetida tanto aqui quanto por eles nas entrevistas e conversar informais, de que houve uma melhoria significativa a partir do fechamento das ruas. Antecipadamente, fica o aviso, que não há nenhuma desconfiança ou pretensão de desvelar algo escondido, que talvez os números possam revelar, mas a sincera vontade de discutir se, através dos dados disponíveis, essa perspectiva também pode ser verificada.

3.2. SOBRE OS INDICADORES DE CRIMINALIDADE

Será apresentado neste item alguns indicadores de criminalidade do município do Rio de Janeiro. Pela constante repetição desde o primeiro capítulo, não é nenhum segredo que a segurança pública é um assunto transversal a esta pesquisa, não sendo possível encerrá-la sem uma discussão, por menor que seja.

Quando um morador afirma que a segurança melhorou muito após o cercamento da rua que mora, parece não haver tanta margem para uma argumentação contrária. Nesse ponto, surge uma limitação: como questionar a experiência daquela pessoa, que tem uma percepção do seu entorno diferente de quem não vive ali? Apesar de reconhecer a existência de uma limitação, indicando que não existe muito espaço para questionamento, investigar a perspectiva dos entrevistados com os indicadores da segurança pública parece interessante por trazer uma visão mais macro do bairro.

Em julho de 2021, solicitei à Secretaria de Estado de Polícia Civil (SEPOL), via lei de acesso à informação, dados consolidados da 34ª delegacia de polícia (Bangu), sobre ocorrência de alguns tipos penais (furto e roubo a transeunte, furto de roubo de automóvel, furto e roubo de residência, furto e roubo de estabelecimento comercial, ameaça e homicídio doloso, dentre outros) registrados na unidade policial entre os anos de 2016 a 2020. Os pedidos realizados foram atendidos, enviados em planilhas de Excel protegidas por senha, que aparentemente

tinham prazo de validade e de visualização. Algum tempo depois, mesmo salvos, tanto no Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC.RJ), quanto em disco rígido, os arquivos ficaram corrompidos, fazendo com que o seu uso não fosse possível.

Após nova solicitação, esta, em 2022, os dados foram enviados, porém, incompletos. Então, a ideia de produzir e utilizar os dados, por esse meio, teve que ser abandonada e passei a analisar os dados disponibilizados no sítio eletrônico do Instituto de Segurança Pública (ISP), que devem nos ajudar a realizar esta discussão. O ISP, criado por lei estadual (Lei n.º 3329, de 29 de dezembro de 1999), é uma autarquia do estado do Rio de Janeiro, que tem como atribuição, dentre outras, assegurar, executar, gerenciar e administrar, através das polícias civil e militar, a segurança pública desta unidade da federação.

Os dados produzidos pelo ISP têm origem nos registros de ocorrência realizados nas delegacias legais e também em informações complementares dos diversos batalhões da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). A autarquia conta com uma divisão territorial própria, disponibilizando as informações de maneira territorializada e regionalizada a partir de três tipos de base de segurança, respectivamente da menor a maior escala: Circunscrições Integradas de Segurança Pública (CISP), Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP).

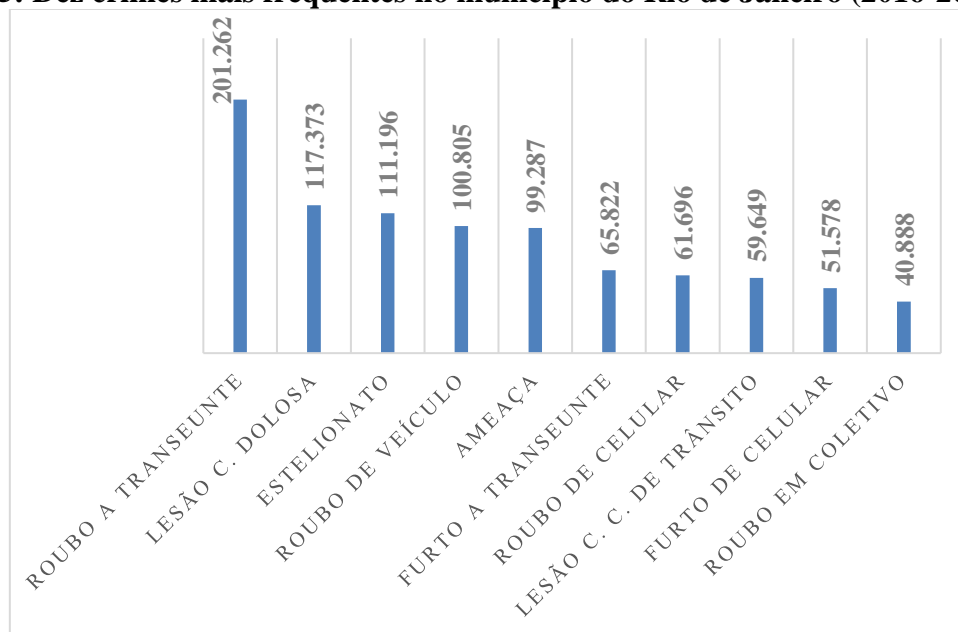
A utilização dos dados produzidos pelo ISP, corresponderá, sempre que for possível, ao período de janeiro de 2011 a dezembro de 2020. Nesta etapa, acredito que não seja necessário trazer para a discussão de indicadores de criminalidade tantos tipos penais conforme inicialmente planejado. Porém, para não parecer arbitrário, os dados utilizados estarão tanto delimitados pelos crimes mais temidos e relatados com mais recorrência pelos moradores entrevistados, quanto pelos de maior ocorrência segundo os indicadores oficiais.

Durante as entrevistas, os crimes contra o patrimônio, se mostraram como as maiores preocupações daqueles que disseram que o fechamento da rua promoveu mais segurança. Adotando uma análise por área, se nos atentarmos aos dados oficiais, no período de 2016 a 2020⁴⁸, poderemos ver que os dez delitos⁴⁹ mais frequentes no município do Rio de Janeiro foram (gráfico 5): roubo a transeunte, lesão corporal dolosa, estelionato, roubo de veículo, ameaça, furto a transeunte, roubo de aparelho celular, lesão corporal culposa de trânsito, furto de celular e roubo em coletivo.

⁴⁸ Apesar de o Instituto de Segurança Pública ter uma ampla base de dados sobre a segurança pública no estado, existem algumas limitações, ao menos para o desenvolvimento desta pesquisa. O sítio eletrônico do portal ISPDados, permite o acesso a diversos indicadores de criminalidade. Entretanto, só apresenta dados a partir do ano de 2016 sobre os crimes mais registrados nas delegacias legais. Dessa forma, o período descrito está sendo utilizado por ser o que temos disponível no momento para o monitoramento desta e de outras regiões que apresentaremos a seguir.

⁴⁹ Por uma questão de visualização, tentando reduzir a quantidade de poluição visual, optei pelos dez primeiros delitos que aparecem (retirando a recuperação de veículos por não considerar um crime) nos gráficos 5, 6 e 7.

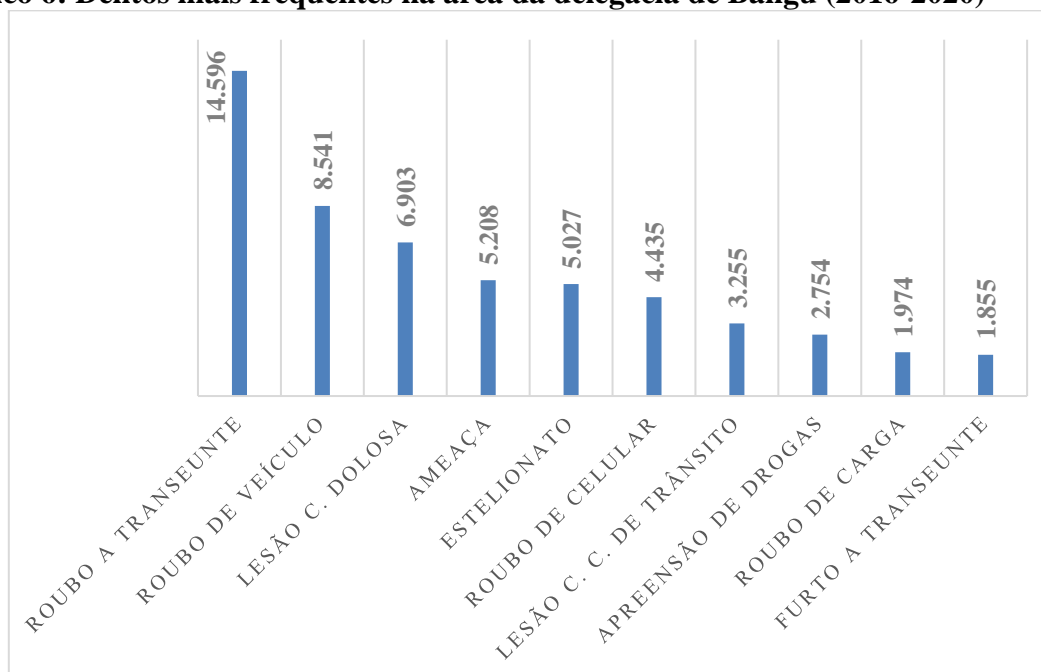
Gráfico 5: Dez crimes mais frequentes no município do Rio de Janeiro (2016-2020)



Fonte: Portal ISPDados - Instituto de Segurança Pública (2023). Dados organizados pelo autor.

No mesmo período de 2016 a 2020, a 34ª delegacia de polícia, que atende os bairros de Bangu, Gericinó, Padre Miguel, Senador Camará e Vila Kennedy, apresentou, com maior frequência, o registro dos seguintes delitos (gráfico 6): roubo a transeunte, roubo de veículo, lesão corporal dolosa, ameaça, estelionato, roubo de aparelho celular, lesão corporal culposa de trânsito, apreensão de drogas, roubo de carga e furto a transeunte.

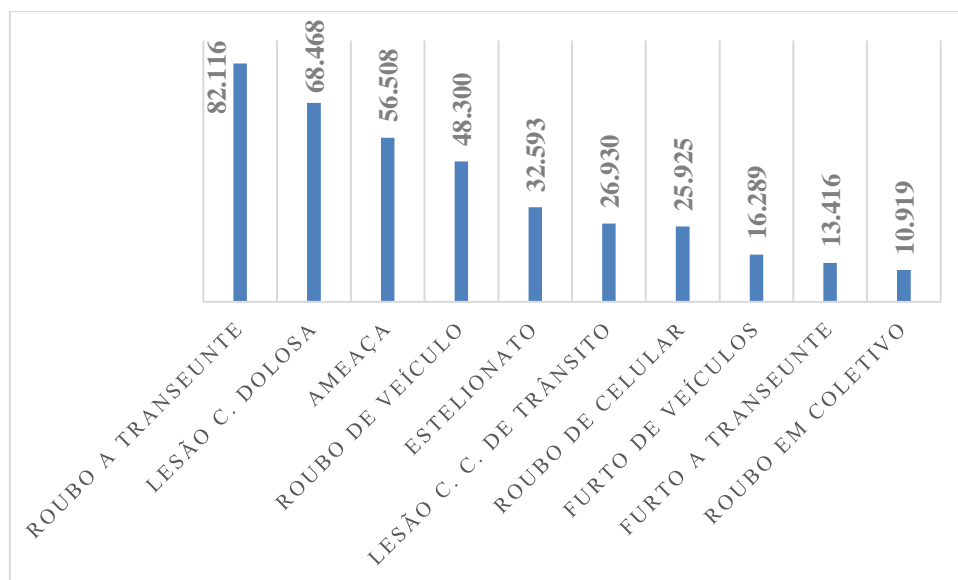
Gráfico 6: Delitos mais frequentes na área da delegacia de Bangu (2016-2020)



Fonte: Portal ISPDados - Instituto de Segurança Pública (2023). Dados organizados pelo autor.

Se ampliarmos a nossa análise para uma escala regional um pouco maior, poderemos ver que no Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro (OMRJ)⁵⁰, neste mesmo período, os crimes mais frequentes foram (gráfico 7): roubo a transeunte, lesão corporal dolosa, ameaça, roubo de veículo, estelionato, lesão corporal culposa de trânsito, roubo de aparelho celular, furto de veículos, furto a transeunte e roubo em coletivo.

Gráfico 7: Dez delitos mais frequentes no Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro (2016-2020)



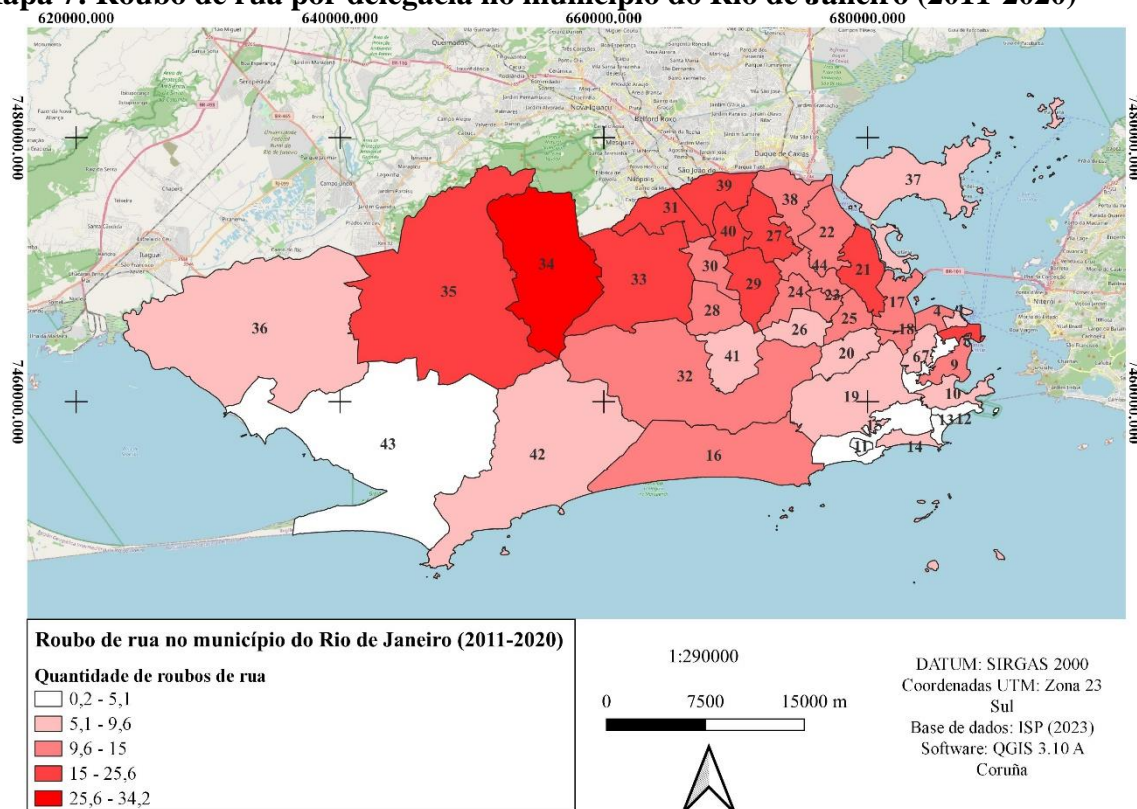
Fonte: Portal ISPDados - Instituto de Segurança Pública (2023). Dados organizados pelo autor.

A partir de rápida análise dos gráficos 5, 6 e 7, apresentados linhas atrás, podemos perceber, através dos dados oficiais, a existência de um padrão de ocorrência de crimes, seja em escala municipal, reduzindo para uma escala menor de um conjunto de bairros atendido por uma mesma delegacia distrital (34ª DP, Bangu) ou ampliando a escala para uma sub-região, conforme apresentado através dos indicadores de criminalidade do OMRJ. Dessa forma, é possível ver que existem poucas diferenças entre as três escalas utilizadas anteriormente, sendo os crimes contra o patrimônio, aqueles que apresentam o maior quantitativo entre os dez delitos com mais ocorrências. Sobre os crimes contra a vida, chama a atenção a recorrência das infrações de ameaça e lesão corporal dolosa.

Retornando o foco para o bairro de Bangu, vemos que a apreensão de drogas e o roubo de carga figuram entre os delitos com mais ocorrência na 34ª delegacia de polícia. Porém, dos dez delitos que apresentamos no gráfico 3, somente os roubos a transeunte, e de aparelho celular foram apontados pelos entrevistados como os mais temidos problemas de segurança. E a respeito desses crimes, podemos ver a seguir (mapa 7), que no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2020, a delegacia do bairro de Bangu, liderou o número de registro desses delitos.

⁵⁰ Conforme indica SILVA (2020), o OMRJ é uma proposta de (sub-)regionalização que compreende um conjunto de municípios (na totalidade de seus territórios ou parte deles) localizados no interior da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Na proposta de (sub-)regionalização apresentada pelo autor, fazem parte a totalidade do território dos municípios de Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Queimados e Japeri, além de parte dos territórios dos municípios de Nova Iguaçu (partes periféricas deste município) e Rio de Janeiro Área de Planejamento 5).

Mapa 7: Roubo de rua por delegacia no município do Rio de Janeiro (2011-2020)



Legenda: Cada número representa a delimitação territorial das respectivas delegacias distritais presentes no município do Rio de Janeiro.

Fonte: Portal ISPDados - Instituto de Segurança Pública (2023). Mapa elaborado pelo autor com o uso de software livre em abril de 2023.

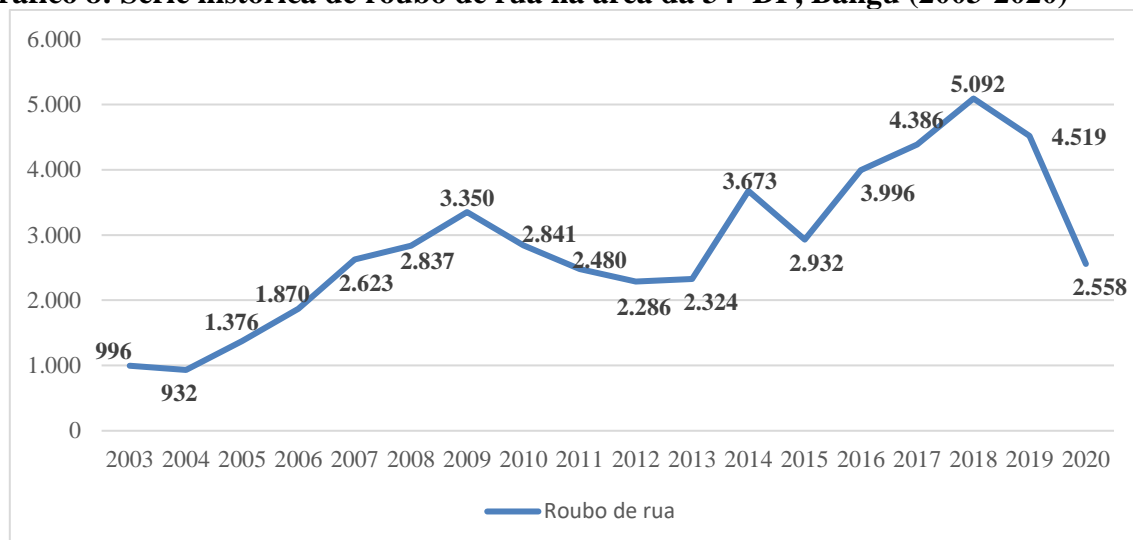
No mapa 7, apresentamos um indicador estratégico de criminalidade do ISP, o roubo de rua. Este indicador agrega as ocorrências de roubo a transeunte, roubo de celular e roubo em coletivo. Pela tonalidade de vermelho escolhida para a representação, é possível perceber que as delegacias da Zona Norte e Zona Oeste tiveram a maior quantidade de registros. A 34ª DP (Bangu) foi a delegacia que liderou o número de ocorrências do período no município, com mais de trinta e quatro mil. Se cada infração fosse apresentada separadamente, esta mesma delegacia ainda lideraria em roubo a transeunte (com 26.173 ocorrências) e roubo de celular (com 5.668 ocorrências). No período de 2011 a 2020, a delegacia de Bangu foi a sexta no município do Rio de Janeiro que mais registrou roubo em coletivo, com 2.405 ocorrências.

Apesar de não terem sido alvos de preocupação pelos entrevistados, obviamente que os crimes contra a vida não deixam de ocorrer. Dentre os delitos com mais ocorrência (desde a escala do bairro, da região política ou do município), vimos que lesão corporal dolosa e ameaça apareceram nos gráficos 5, 6 e 7. Não há liderança da 34ª delegacia nesses crimes, mas ela está entre as primeiras que mais registram essas ocorrências no período, sendo respectivamente: a terceira (com 16.828 registros) de lesão corporal culposa, atrás da 35ª Campo Grande e 32ª Taquara; a quarta (com 13.637 registros) de ameaça, ficando atrás da 35ª Campo Grande, 32ª Taquara e 36ª Santa Cruz (sendo esta última, a quarta que mais registrou lesão corporal culposa no mesmo período); incluindo homicídio doloso, a delegacia de Bangu foi segunda (com 1.018 registros), atrás da 36ª Santa Cruz, que apresentou 1.036 ocorrências.

Os dados oficiais indicam o que os moradores sentem sobre Bangu ser um bairro inseguro. Entretanto, eles não são capazes de mostrar sobre a efetividade do fechamento de ruas para reduzir essa insegurança. Se observarmos, por exemplo, o indicador roubo de rua a partir

dos dados da 34ª delegacia de polícia (gráfico 8), vamos ver que os crimes continuaram acontecendo a despeito de ruas estarem sendo fechadas.

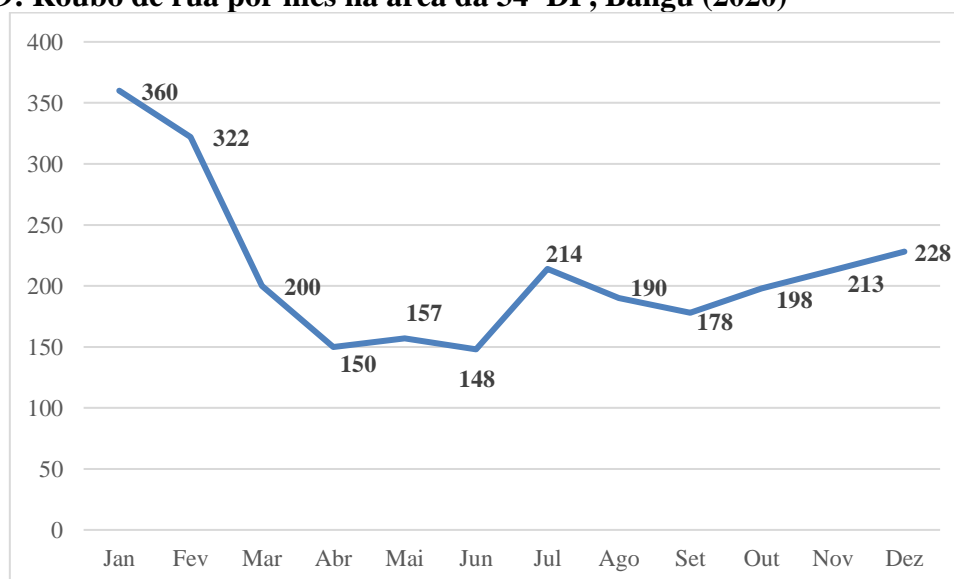
Gráfico 8: Série histórica de roubo de rua na área da 34ª DP, Bangu (2003-2020)



Fonte: Portal ISPDados - Instituto de Segurança Pública (2023). Dados organizados pelo autor.

É possível acompanhar na série histórica de roubo de rua (gráfico 8) da delegacia de Bangu, que apesar das exceções ocorridas entre alguns períodos, o aumento nas notificações dos crimes se fez mais nítido, principalmente entre 2003 a 2010 e com mais destaque no elevado aumento entre 2015 e 2018. O ano de 2019 começa a apresentar leve queda, que pode ser resultado de subnotificação ou algum tipo de efeito colateral da “política” de segurança do então governador Wilson Witzel, que previa a execução sumária de criminosos. O ano de 2020 representa a maior queda de roubo a transeunte na década, provavelmente, em decorrência da redução de pessoas na rua em razão da pandemia, que podemos verificar (gráfico 9) a partir dos registros realizados ao longo do ano.

Gráfico 9: Roubo de rua por mês na área da 34ª DP, Bangu (2020)



Fonte: Portal ISPDados - Instituto de Segurança Pública (2023). Dados organizados pelo autor.

No gráfico 9, podemos ver uma queda brusca entre os meses de janeiro e junho. Conforme dito pouco acima, crédito isso à pandemia de COVID-19, novo Coronavírus (*Coronavirus Disease*), que teve os primeiros casos confirmados no Brasil em fevereiro de 2020. Neste sentido, mesmo com tentativas descentralizadas de adoção de um isolamento social, a redução de circulação de pessoas nas ruas, pode ter contribuído para essa queda. Entretanto, conforme mencionado anteriormente, não podemos descartar as subnotificações. A Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ) conta com um serviço de Registro de Ocorrência (RO) *online*, onde o próprio cidadão, quando vítima, é responsável pela comunicação, tendo que comparecer posteriormente à unidade policial para validar as informações declaradas de maneira remota (imagem 5).

Imagem 5: Realizando um RO na 34ª DP, Bangu

<https://delegaciaonline.pcivil.rj.gov.br/>

Comunicação de Ocorrência:

TODAS AS OCORRÊNCIAS SERÃO COMUNICADAS REMOTAMENTE (ONLINE).

EXCETO:

MORTE, ROUBO A BANCO, SEQUESTRO, ROUBO/FURTO DE VEÍCULOS, SOLICITAÇÃO DE MEDIDA PROTETIVA E SOLICITAÇÃO DE PERÍCIA EM LOCAL PRESERVADO.

OBS: AO REALIZAR O RO PELO CELULAR, FAZER COM O MESMO NA HORIZONTAL.

DELEGACIA ONLINE!!!

Fonte: 34ª Delegacia de Polícia, Bangu (março, 2023).

Esse serviço de comunicação de ocorrências pela *internet*, lançado pela PCERJ em 2014, que teve uma atualização em 2016 tornando possível que o RO fosse feito por celular⁵¹, foi criado para dar mais opções para as pessoas que foram vítimas de algum tipo de crime. Apesar da existência do serviço, ele não substitui a visita à delegacia, tendo em vista que é necessário, o posterior comparecimento na unidade policial escolhida para validação dos dados informados online. Tendo a acreditar que isso colabora ainda mais com a subnotificação, ainda mais em situações onde há a recusa do registro de ocorrência presencial⁵². Além disso, há

⁵¹ Agência Brasil (EBC): Boletim de ocorrência no Rio de Janeiro pode ser feito agora pelo celular: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-08/boletim-de-ocorrencia-no-rio-de-janeiro-pode-ser-feito-pelo-celular#:~:text=Desde%202014%2C%20est%C3%A1%20dispon%C3%ADvel%20no,\(Dedic\)%20da%20Pol%C3%ADcia%20Civil.](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-08/boletim-de-ocorrencia-no-rio-de-janeiro-pode-ser-feito-pelo-celular#:~:text=Desde%202014%2C%20est%C3%A1%20dispon%C3%ADvel%20no,(Dedic)%20da%20Pol%C3%ADcia%20Civil.)

⁵² Em conversas informais com dois entrevistados, obtive o relato da desistência do registro de ocorrência após tentativa presencial na sede da 34ª Delegacia de Polícia. A desistência, segundo eles, deveu-se ao fato de bem subtraído não ter tanto valor, sendo melhor evitar passar pela burocracia de comunicar a ocorrência pela *internet* e depois ter que ir até a delegacia para formalizar a queixa. A imagem 5 é um pequeno papel que recebi durante a visita a essa delegacia na tentativa de comunicar um crime (roubo de celular) do qual fui vítima no mês de março deste ano. Lá, ao receber o papel, fui informado por um dos policiais que todos os registros desse tipo de crime são realizados apenas online, como se não houvesse mais atendimento presencial nas unidades policiais para determinados crimes. Então, realizei o registro de ocorrência de maneira remota e depois compareci a outra delegacia (40ª DP, Honório Gurgel) para validar o que havia relatado na denúncia. Na delegacia de Honório Gurgel, fui informado que poderia ter ido diretamente, caso quisesse ter feito a queixa presencialmente.

também as pessoas que são vítimas, e que por diferentes motivos, simplesmente não buscam ou não têm tempo para prestar queixa.

3.3. A CIDADE COMO ARMADILHA: MILITARIZAÇÃO DA VIDA COTIDIANA, FECHAMENTOS E MILÍCIAS

No livro *Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles*, Mike Davis (1993) apresenta uma discussão a respeito da militarização na cidade de Los Angeles. O autor relata que foi possível perceber, dentre outras coisas, um aumento significativo de placas com avisos ameaçadores de resposta armada em pequenas florestas, no fato de bairros mais ricos passarem a se isolar através da construção de muros, contratação de polícia privada e instalação de modernos equipamentos de segurança. Conforme aponta o autor, esse é o retrato, do que ele chama de Los Angeles pós-liberal.

O que Davis apresenta neste texto para o início da discussão de militarização em Los Angeles é bastante semelhante com o que aconteceu em muitas cidades brasileiras, a partir da emergência de loteamentos fechados e condomínios horizontais. Podemos ver isso, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, conforme indicamos no primeiro capítulo sobre a Barra da Tijuca, que, ainda na década de 1980, passou a contar com equipamentos de segurança, contratação de guardas privados e controlando o acesso dos loteamentos residenciais fechados no bairro. No atual caso de militarização que estudamos em Bangu, excetuando as placas ameaçadoras em florestas relatadas na Los Angeles de Davis, todo o resto pode ser visto por aqui.

Conforme trouxemos, a partir de diferentes relatos de moradores, foi possível perceber que o medo do crime, do outro, a violência e a busca por segurança são as principais justificativas para a instalação de aparatos de segurança em ruas residenciais. Os dados apresentados no item anterior corroboram com a questão específica da segurança. O problema, é que a adoção de portões e grades demonstraram ser menos efetivos que a pandemia de COVID-19.

Apesar de se mostrarem pouco efetivos, pelo menos nos casos demonstrados no item anterior, os fechamentos de ruas não deixaram de acontecer, sob o pretexto da segurança. Podemos entender isso como uma espécie de surto por segurança, gerado pelo sentimento de insegurança. Em um local concebido e vendido por incorporadores imobiliários, mais do que o imóvel, o consumidor está comprando (a mercadoria) “segurança”. Porém, aqueles que não adquiriram a “segurança” prometida através de um loteamento ou condomínio, aposta através do fechamento de rua, que criou um mercado de segurança. Segundo Davis, “*a provisão de um mercado de “segurança” gera sua própria demanda paranoica*” (DAVIS, 1993: 206). De acordo com o autor,

a “segurança” se torna um bem posicional que se define por um nível de renda que permite o acesso a “serviços de proteção” privados, e torna o cliente membro de um enclave residencial rígido ou subúrbio restrito (Davis, 1993: 206).

É possível identificar, em Bangu, um processo de securização urbana, que conforme estamos relatando desde o início, pode ser caracterizada pela rápida instalação de diferentes aparatos de segurança nas ruas. Segundo Melgaço (2010), a securização é uma resposta apressada aos problemas causados pelo medo, que acaba tendo atuação mais efetiva no plano psicológico do que propriamente na redução dos riscos. Segundo este autor, ela segue um modelo de militarização do espaço urbano representada por formas urbanas que lembram verdadeiras paisagens de guerra.

Graham (2016) argumenta que a militarização da vida urbana está sendo intensificada a partir de novas ideologias militares de guerra permanente. Segundo ele, “*as transformações relacionadas ao novo urbanismo militar apenas ampliam e revivem a militarização urbana, a securitização, o pensamento maniqueísta e a instigação do medo [...]*” (GRAHAM, 2016: 121).

É necessário alertar que este autor se debruça nesse estudo, a respeito dos países que não estão na periferia do capitalismo. Porém, é possível, sem muito prejuízo à compreensão, estabelecer correlação entre a instalação de aparatos de segurança em ambientes urbanos com o novo urbanismo militar. Inclusive, podemos observar pelo menos duas características que nos permitem esta correlação: a vigilância e o controle, conforme veremos a seguir.

A partir do momento que ocorre a adoção de aparatos de segurança tecnológicos, que vão desde o uso de arame farpado, cancelas, cerca elétrica ou concertinas em grades; além dos portões eletrônicos, passando por guaritas e câmeras de monitoramento (imagem 6), podemos facilmente verificar que esse surto de “segurança” é uma das características, senão a principal, dessa militarização da vida cotidiana que vem no junto ao processo de fechamento de ruas. Entretanto, para além do surto de “segurança”, algo não tão facilmente identificável compõe a trama desta pesquisa, que é a questão das milícias e o fechamento de ruas. Esse é um tema que abordaremos a seguir.

Imagem 6: Sorria, você está sendo vigiado



Legenda: placas afixadas em ruas fechadas no bairro de Bangu informando o monitoramento por câmeras de segurança.

Fonte: Arquivo pessoal (2023).

Graham (2016), destaca algumas tendências⁵³, sobre o que ele define de “novo urbanismo militar”, para mostrar as diferenças da intensa militarização das cidades no contexto da Guerra Fria ou de uma guerra total. Das tendências apresentadas pelo autor, o monitoramento é a segunda, onde, segundo ele:

[...] é a maneira sem precedentes pela qual o novo urbanismo militar funde e mistura os usos civis e militares das tecnologias de controle, monitoramento, comunicação, simulação e mira. Não é exatamente uma surpresa, considerando que, por um lado, tecnologias de controle cujo objetivo original era o uso militar se tornaram

⁵³ Ao todo são sete tendências: 1. Soldados rurais, guerras urbanas; 2. Monitoramento: cidadão-consumidor-soldado; 3. Câmera como arma: espetáculos de violência urbana; 4. Surto de segurança; 5. Colonizando o urbanismo transnacional; 6. Cosmopolitismo e “pátria”; 7. Novos espaços estatais de violência.

fundamentais para praticamente todos os atos da vida e do consumo urbanos em cidades industriais desenvolvidas, e que, por outro, modificações comerciais dessas tecnologias estão sendo amplamente reapropriadas pelos militares (Graham, 2016: 124).

Conforme o autor aponta, esses sistemas de controle eletrônico “*se tornam as novas arquiteturas estratégicas da vida cidadina*” (GRAHAM, 2016: 125). Para ele, esses sistemas de monitoramento suplantam, mas sem substituir, as antigas arquiteturas dos espaços disciplinares (como casas de repouso, fábricas, instituições de saúde e ensino, fábricas, presídios, etc) aos quais o filósofo Michel Foucault voltou atenção em sua trajetória intelectual⁵⁴.

Deleuze (1992), anunciando uma crise generalizada nos espaços disciplinares (e na sociedade disciplinar), informa que os mesmos estão acabados, restando apenas esperar a instalação de um outro modelo de sociedade, ao qual ele chama de sociedade de controle. Em referência a texto, Graham diz que o Deleuze atestou que os sistemas de monitoramento e controle são orientados por uma noção de vigilância onipresente, oposto ao modelo do panóptico, operado presencialmente por um ser humano.

3.3.1. Sobre as milícias e o fechamento de ruas

Se por um lado a justificativa da maioria dos moradores para o fechamento de ruas muitas vezes é repetitivo e se encerra nos problemas relativos à segurança, por outro, existe quem discorde dessa justificativa, indicando haver uma intencionalidade obscura por trás da emergência de tantas ruas fechadas, onde, conforme algumas interpretações, o ato de fechar ruas é “coisa de milícia”.

Inicialmente, é importante informar que, antes mesmo de eu ter matrícula ativa neste curso de mestrado acadêmico, o principal grupo de mídia do país, noticiava no telejornal local que é transmitido para a Capital e Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) em 23/10/2020, que em Bangu, milicianos estavam fechando ruas com grades e extorquindo moradores a pretexto de uma suposta taxa de “segurança”. Essa reportagem, em vídeo, ainda está no ar, e pode ser assistida no sítio eletrônico do *G1 – O portal de notícias da Globo*⁵⁵.

Além da matéria jornalística mencionada acima, outra foi realizada no ano de 2022, relatando que ruas fechadas pela milícia na Zona Oeste impedem a liberdade de ir e vir dos moradores. Essa reportagem, igualmente em vídeo, está no ar, e pode ser assistida no sítio e também pode ser assistida no sítio eletrônico do *G1 – O portal de notícias da Globo*⁵⁶.

As duas matérias jornalísticas mencionadas anteriormente tocam em uma das hipóteses iniciais desta pesquisa, de que, se não todas, algumas áreas estão submetidas a algum tipo de organização criminoso que promove o fechamento de ruas para assim ter como auferir ainda mais lucro vendendo “segurança”.

Entretanto, conforme o tempo foi passando, questioneei a validade desta hipótese por um motivo que a princípio, para mim, pareceu fazer sentido: com tantos negócios nos circuitos formais e informais da economia, por qual motivo haveria envolvimento de milicianos com esses fechamentos, levando em consideração a existência de áreas na cidade que não apresentam tantos fechamentos, mas que estão sob o domínio de milicianos? O domínio territorial pode até não estar necessariamente ligado à existência de grades ou portões, mas,

⁵⁴ Para maiores detalhes sobre os espaços disciplinares ver: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1987 [1975].

⁵⁵ G1 – O portal de notícias da Globo: Milicianos fecham ruas com grades irregulares e cobram taxa de R\$40 por segurança em Bangu: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/rj1/video/milicianos-fecham-ruas-com-grades-irregulares-e-cobram-taxa-de-r40-por-seguranca-em-bangu-8964437.ghtml>

⁵⁶ G1 – O portal de notícias da Globo: Ruas fechadas pela milícia na Zona Oeste impedem a liberdade de ir e vir de moradores: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/rj1/video/ruas-fechadas-pela-milicia-na-zona-oeste-impedem-a-liberdade-de-ir-e-vir-de-moradores-10349847.ghtml>

estes e outros engenhos acabam servindo a um propósito defensivo, podendo estar aí a chave para conseguir entender esta questão.

Tendo consciência de que há uma questão milicianiana no radar do processo de fechamento de ruas, não existe motivo para não realizar esta discussão. Até mesmo, pois, conforme indicado no início deste subitem, o fechamento de algumas ruas acabou sendo atribuído a uma ação de milicianos. Dessa forma, tentaremos, a partir de agora, tentar entender como essa questão milicianiana aparece e se desenrola nesta trama.

Apesar de parecer não existir delimitação conceitual totalmente acabada, sobre o que é ou deixa de ser uma milícia, a questão do envolvimento de agentes da área da segurança parece ser algo mais aceito, apesar que, atualmente, é possível ver que os líderes das principais organizações do Rio de Janeiro (ao menos aqueles que estão entre os mais procurados, são presos ou assassinados) não são oriundos de nenhuma força de segurança (sejam forças auxiliares ou mesmo forças armadas) ou integrantes da polícia penal.

E quando digo não haver uma delimitação conceitual totalmente acabada, é também em razão das várias contribuições teóricas e interpretações existentes para as milícias. Alves (2008), por exemplo, aponta que milícia, na verdade, é um nome usado como eufemismo, que suaviza o que elas realmente são: grupos de extermínio. Ainda segundo o autor, elas são formadas por membros do aparato policial, que dentre outras atividades, passam a estabelecer controle territorial.

Mas então, de onde surge o emprego do termo milícia? Greciely Cristina da Costa (2011), em sua tese de doutorado intitulada: *Discursos sobre a milícia: nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos*, diz que no ano de 2006, a palavra milícia passou a circular na imprensa, sendo utilizada para se referir aos policiais e outros agentes de segurança pública que entravam em favelas para combater traficantes varejistas. Mas, segundo a autora, ao invés do estrito cumprimento do dever legal por parte dos agentes públicos de segurança, estes cometiam execuções e também expulsavam aqueles que não haviam sido mortos. Segundo a autora, os policiais visavam:

a instauração de uma espécie de domínio do espaço. Depois do combate, a milícia passava a controlar ilegalmente as relações comerciais e sociais dessas áreas, a partir da imposição de um dispositivo normativo regido pelo discurso, até então dito moral, de enfrentamento da criminalidade e de manutenção da ordem, da paz e da segurança (Costa, 2011: 2).

Logo nos primeiros anos de emprego do termo milícia para designar policiais e outros agentes da segurança pública que faziam parte de uma organização caracterizada pela venda do produto “segurança” e também pelo cometimento de crimes, Zaluar e Conceição (2007) consideraram um exagero e uma distorção a generalização de formas de segurança privada com ocorrência em áreas pobres serem entendidas como milícia, quando muitas vezes não existia sequer o caráter paramilitar com a composição de militares e ex-militares.

Sobre essa relação de pessoas ligadas à área de segurança, seja em atividade ou inatividade, o que imaginar quando um grupo de pessoas com treinamento militar ou com longa carreira nas forças auxiliares, tomam a iniciativa de realizar o fechamento de uma rua, argumentando que é necessário por uma questão de segurança, posteriormente, instituindo taxas condominiais onde não é condomínio? Conforme o entendimento de um dos entrevistados, é algo que parece estar na ponta da língua, mas que não é tão fácil de apontar:

[...] Isso aí é tudo jogada política, somente jogada política. São pessoas que as vezes botam uma divisa, botam uma estrela no ombro, acham que no caso é senhor de uma situação. Como no caso aí dentro tem militares, tá? São militares. São pessoas do corpo de bombeiros... não quero falar besteira, porque eu vou acabar falando besteira aqui... eles querem criar uma milícia aqui, querem criar isso, tá? Isso aí é bandidagem, é bandido, são bandidos. Conforme eu já falei, eles querem criar uma milícia, coisa de bandido aqui dentro. Como no caso de um cara do Desipe [policial penal] aqui dentro que veio dizendo que não me conhecia. Claro que não me conhece,

*eu moro aqui há [suprimido] anos. Mas eu que não conheço ele, para mim não é nada. O cara chegou aqui ontem e já quer ditar ordem? Chegou aqui ontem e quer ditar ordens? Ele que vá ditar ordem no terreiro dele, meu querido*⁵⁷.

O caso relatado acima, sobre uma área residencial⁵⁸ que foi cercada nos últimos anos no bairro de Bangu, revela que, para alguns moradores, o ato de fechar ruas é na verdade, coisa de milícia. Após a entrevista, perguntei a Dimas, se ele poderia dizer o nome das pessoas que ele disse serem responsáveis pela milícia do local. Por ser um morador de anos, ele conhece muitos moradores da região. Ao escutar a pergunta, ele tergiversou, e disse saber apenas o nome de um, que segundo ele, na região, é conhecido pelos serviços prestados para a segurança pessoal do falecido bicheiro Castor de Andrade⁵⁹. Os demais, seriam homens da reserva remunerada das forças armadas, das forças auxiliares, guardas municipais aposentados e agentes penitenciários. Todos eles, com pouco tempo de residência fixada na região.

Em outro caso ocorrido no bairro, desta vez, no sub-bairro de Jardim Bangu, uma moradora disse não saber ao certo o motivo que sua rua foi fechada, mas suspeitava ter relação com a ação de grupos milicianos rivais:

*[...] eu moro em uma área de milícia. Moro bem na divisão do... entre um lado e outro ali do Catiri como o Jardim Bangu. E o Catiri, eu não sei..., mas pelo que eu entendi, o Catiri tem, digamos assim, é uma questão que alguns mandam e o Jardim Bangu é outros que mandam. Então, o que chegou até a mim, foi que eles fecharam por conta disso, dessa segurança maior. Então eu acredito que seja por isso*⁶⁰.

Os locais mencionados por Paula, Catiri e Jardim Bangu, são informados por muitos moradores como área de milícia. São partes ao norte bairro de Bangu, localizados junto ao lado par da Avenida Brasil, no sentido Santa Cruz. Inclusive, o sub-bairro Catiri tem sido palco de uma disputa territorial⁶¹ desde o assassinato, em novembro de 2022⁶², de Marquinho Catiri, então chefe da milícia que atua no local.

⁵⁷ Entrevista com Dimas (66 anos), realizada no bairro de Bangu em 22 de julho de 2022.

⁵⁸ Localizada entre a Estrada da Água Branca e a Avenida Brasil. Não haverá identificação da área para preservar os entrevistados.

⁵⁹ Castor de Andrade Gonçalves e Silva (1926-1997), vulgo Castor de Andrade, foi um conhecido contraventor brasileiro, mecenas do clube de futebol Bangu Atlético Clube, do Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel e um dos fundadores da LIESA, a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro. A exploração da atividade econômica ilegal através do jogo do bicho – uma loteria criada em 1892 pelo barão João Batista Viana Drummond – a ampliação territorial, profissionalização e a diversificação deste lucrativo negócio durante o século XX, aliado aos sucessos pontuais obtidos na esteira do mecenato realizado tanto na agremiação esportiva (Bangu A.C) quanto na carnavalesca (Mocidade), trouxe prestígio e relevância social para ele, que já era tido como uma figura carismática e paternalista em Bangu. O mecenato no futebol e carnaval, projetou nacionalmente, na maioria das vezes de forma positiva, a imagem de um bicheiro perigoso como se fosse um simples e bem-sucedido empresário que herdou um negócio familiar. Aliás, por ser ilegal, jogo do bicho, crime, violência e milícia são indissociáveis. Para mais detalhes sobre este assunto e seus desdobramentos, ver em: ALENCAR, Bruno Holanda Moura. *Castor de Andrade e o jogo do bicho: um ensaio sobre a violência urbana na cidade do Rio de Janeiro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017; ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro. Editora Consequência, 2020. 2ª edição; JUPIARA, Aloy; OTÁVIO, Chico. *Os porões da contravenção: Jogo do bicho e Ditadura Militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015; LEI da selva – a história do jogo do bicho. Direção: Pedro Asbeg. Rio de Janeiro: Canal Brasil, 2022 (série/documentário).

⁶⁰ Entrevista com Paula (31 anos), realizada no bairro do Maracanã em 15 de setembro de 2022.

⁶¹ G1 – O portal de notícias da Globo: Dono de bar morre em troca de tiros entre milicianos, em Bangu, Zona Oeste: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/rj1/video/dono-de-bar-morre-em-troca-de-tiros-entre-milicianos-em-bangu-na-zona-oeste-11188742.ghtml>

⁶² G1 – O portal de notícias da Globo: Morre Marquinho Catiri, apontado como chefe de milícia no Rio: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/11/19/morre-marquinho-catiri.ghtml>

Durante a tentativa de produção de dados quantitativos sobre as ruas fechadas no município, em uma das visitas realizadas à sede administrativa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, fui atendido por uma moradora de Bangu. Conversando sobre as dificuldades na obtenção de dados de maneira online, ela foi bastante contundente nas palavras sobre obter os dados presencialmente, além da situação do Jardim Bangu com as milícias:

Lá no Jardim Bangu, onde eu moro, hoje está tudo fechado. Por que fechar mesmo sem autorização? Você quer os dados de ruas autorizadas, mas muitas ruas não têm autorização da Prefeitura e não tem como fiscalizar isso. Então, acho que você não vai conseguir esses dados. Lá, nós fechamos para evitar que a milícia do Catiri tome conta e nos obrigue a pagar para eles⁶³.

O pagamento de taxas foi um assunto levado em todas as entrevistas realizadas. Entretanto, ele apareceu primeiro na conversa informal apresentada acima, cerca de cinco meses antes da primeira entrevista. Foi possível perceber que, assim como há a associação de locais fechados por pessoas com um histórico de serviços prestados a forças de segurança, também existe associação de milícias com a cobrança de variadas taxas. Cano e Loot (2008), em sua proposta de definição de milícia a partir de cinco eixos, apresenta no terceiro, um indício para a cobrança de taxas por esses grupos criminosos:

1. O controle de um território e da população que nele habita por parte de um grupo armado irregular;
2. O caráter em alguma medida coativo desse controle dos moradores do território;
3. O ânimo de lucro individual como motivação principal dos integrantes desses grupos;
4. Um discurso de legitimação referido à proteção dos habitantes e à instauração de uma ordem que, como toda ordem, garante certos direitos e exclui outros, mas permite gerar regras e expectativas de normatização da conduta;
5. A participação ativa e reconhecida de agentes do estado como integrantes dos grupos (Cano e Loot, 2008: 59).

Ainda que não seja possível provar o lucro individual de alguém, ou de algum grupo, é de se suspeitar a instituição de taxas de “condomínio” onde, definitivamente, não é condomínio. Além disso, há também locais que só foram fechados sem a existência de cobrança qualquer tipo de valores, o que confunde a cabeça de alguns entrevistados:

E uma coisa que a gente sempre se questiona é que lá é uma área de milícia, mas eu nunca recebi, não pago nada. Então é uma coisa que eu também não posso afirmar cem por cento, porque eu não sei. É o que falam. Eles cobram somente aos lojistas e nos outros, nas outras... porque tem o Bangu 1, Bangu 2, Bangu 3, Bangu 4. Acho que só cobram no primeiro e no segundo, nos outros, não. Também não sei dizer o porquê⁶⁴.

É possível ver, no trecho da entrevista trazido acima, que há uma divisão de Bangu em quatro, respectivamente, Bangu 1, Bangu 2, Bangu 3 e Bangu 4. É preciso informar que não se trata do complexo penitenciário de Gericinó, onde, além do nome oficial das respectivas unidades prisionais, cada presídio tem um nome popular que o liga ao antigo bairro. Aqui, trata-se de algumas subdivisões do sub-bairro Jardim Bangu, onde cada número corresponde a um loteamento. E assim como acontece com no complexo penitenciário, cada Bangu, do Jardim Bangu, tem um nome oficial: Bangu 1: Jornalista João Saldanha; Bangu 2: Édson Fernandes; Bangu 3: Roque Barbosa; Bangu 4: Ayrton Senna. Muitas vezes esses nomes são esquecidos ou mesmo não são conhecidos.

Retornando à questão da cobrança de taxas, conforme dissemos, isso acaba gerando confusão para alguns moradores. Muitos associam a existência de milícias a uma cobrança

⁶³ Conversa informal com Bianca, servidora do município do Rio de Janeiro e moradora de Bangu. Anotação do trabalho de campo realizado em 10/02/2022.

⁶⁴ Entrevista com Paula (31 anos), realizada no bairro do Maracanã em 15 de setembro de 2022.

exclusiva de valores de uma forma ostensiva e violenta. Entretanto, conforme aponta Cano (2008), a favela de Rio das Pedras, um dos modelos para o estudo de milícias no município do Rio de Janeiro, também não contava com a cobrança de taxa alguma, realizada diretamente ao morador. O autor ainda alerta que este modelo, verificado por ele na época da pesquisa (hoje, segundo informações de veículos de imprensa, já existe cobrança de inúmeras taxas aos moradores⁶⁵), provavelmente só se sustenta em locais com alta lucratividade.

Sobre esta pesquisa, foi possível perceber em alguns locais fechados em Bangu, que, quando não há extorsão direta porta a porta do morador, conforme a entrevistada relatou não sofrer no Jardim Bangu (apesar de reconhecer que é uma área de milícia), ela ocorre na extorsão dos comerciantes⁶⁶ e através do consumo de serviços oferecidos por esses grupos de maneira exclusiva, como a venda de água e gás, além dos serviços de internet e “gatonet”, além do transporte público de passageiros em linha de serviço complementar.

A respeito do transporte público de passageiros, cabe um esclarecimento: o bairro de Bangu conta apenas duas linhas internas de ônibus, respectivamente: 812 (Bangu X Carobinha) e 819 (Bangu X Jardim Bangu). Ao invés de atuar como um complemento da linha 819, as vans concorrem diretamente no oferecimento do serviço. Enquanto o intervalo das vans não é superior a cinco minutos, a linha de ônibus, que de acordo com os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Transportes (protocolo RIO-25863437-5), atende com no máximo dois ônibus entre as 8 e 23 horas (e nem sempre opera aos finais de semana e feriados), supera facilmente os trinta minutos em dias úteis.

Nesta situação específica do transporte de passageiros entre o sub-bairro Jardim Bangu e centro comercial de Bangu, é possível perceber que muitas vans de outras linhas, que contam com o validador eletrônico, e permitem o pagamento da tarifa com o sistema de bilhetagem eletrônica, são deslocadas de suas rotas originais para realizar o mesmo trajeto da linha de ônibus 819. Uma das linhas deslocadas, que é exclusiva de kombis ou vans, é a 5.03 Batan X Buraco do Faim, que, conforme verificamos, não realiza o trajeto determinado pela Secretaria Municipal de Transportes⁶⁷. Além das vans com validador, existem outras que o pagamento da tarifa só pode ser realizado em dinheiro.

Conforme apontado no decorrer deste subitem, é possível perceber que, as milícias, se apresentam neste contexto como um aprofundamento da crise urbana no movimento de reprodução do espaço urbano. Como vemos, suas articulações superam a simples relação de controle de uma ou mesmo de um conjunto de ruas, mas, operando tanto na escala reduzida da vizinhança, quanto em uma escala maior, resultando assim, na colonização da vida cotidiana do bairro.

⁶⁵ O Globo: Rio das Pedras avança, e milícia mais antiga da cidade já cobra estacionamento e taxa de bica: <https://oglobo.globo.com/rio/rio-das-pedras-avanca-milicia-mais-antiga-da-cidade-ja-cobra-estacionamento-taxa-de-bica-23186205>

⁶⁶ O Jardim Bangu conta com um comércio bastante aquecido e diversificado (com academias de ginástica, depósito de bebidas, igrejas neopentecostais, lojas de roupas, óticas, restaurantes, supermercados, dentre outros) localizado ao longo das ruas Araquém e Roque Barbosa, as duas vias principais da região. Acaba sendo uma opção para os moradores que não podem ou não querem se deslocar até centro de Bangu, que fica a cerca de cinco quilômetros.

⁶⁷ Essa é uma linha do Serviço de Transporte de Passageiros Complementar do Município do Rio de Janeiro (STPC), criada conforme o estabelecido no Decreto Municipal nº 42.114, de 10 de agosto de 2016. O dispositivo legal que instituiu a linha apresenta um trajeto que liga a favela do Batan (em Realengo) ao Buraco do Faim, uma passagem de nível da linha férrea que cruza o bairro de Bangu. É localizado próximo à delegacia do bairro, entre a rua Coronel Tamarindo e Avenida Santa Cruz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando nesta etapa, é importante apresentar algumas considerações antes de dar este trabalho por ora finalizado.

Acredito ter sido possível, através do percurso realizado nesta pesquisa, desde a origem do bairro de Bangu e a produção do seu espaço social, ver que a questão específica do fechamento das ruas, traz consigo diversas problemáticas relacionadas ao urbano, conforme que buscamos discutir no decorrer do texto, sem a pretensão de esgotá-los.

Verificamos, logo no início, que a existência daquilo que tratamos como dispositivos legais (as leis e os decretos), pouco importa quando existe a decisão de se fechar uma rua, bastando apenas o desejo das pessoas mobilizadas para este ato. Da mesma maneira, acredito que ficou bastante claro que esse tema não recebe atenção da prefeitura nem mesmo através da secretaria responsável, que demonstrou, através das respostas às solicitações de acesso à informação, desconhecimento até mesmo sobre ruas fechadas com a devida autorização deles. Além dessas questões, dar o nome ao que as coisas realmente são, importa para evitar confusões. Sendo assim, tratar rua como condomínio não seria correto nesta pesquisa, e por este motivo, as ruas residenciais foram o foco, tendo sido apresentado três tipologias com o intuito de facilitar o entendimento.

Mobilizar o cotidiano enquanto categoria de análise proporcionou dar conta da riqueza dos detalhes trazidos pelas entrevistas, trabalhos de campo e da própria contradição da vida cotidiana. Conforme vimos, para a maioria dos entrevistados, o medo, o crime e a insegurança, caminham juntos nessa trama. A partir de seus relatos, foi possível entender junto aos três primeiros, o estigma territorial, a vigilância e o controle fazem companhia. Dessa maneira, a militarização do espaço e da vida cotidiana, para além dos engenhos que fecham ruas, são também verificáveis tanto pelas relações sociais e nas formas de controle do espaço, conforme demonstrado no decorrer do texto.

A questão da violência, que para a maioria dos entrevistados foi resumida na subtração de patrimônio através de grave ameaça, não parece ter no fechamento de ruas a resposta para a redução de crimes. Conforme analisado no período que trouxemos neste estudo, por mais que ruas fossem sistematicamente fechadas ao longo da década, os registros de ocorrência não sofreram redução e nem deixaram de ser comunicados. Ainda que exista a alegação subjetiva de melhora específica na rua, podemos inferir que, os roubos só mudaram de endereço a partir de cada de fechamento, mas permanecendo alto no período em questão na área territorial da delegacia que atende o bairro.

Sobre as milícias, conforme alertado já na introdução, apareceram de maneira tímida, com muito cuidado e tergiversação, conforme indicado ao longo do texto. Ainda que não possamos indicar que todo esse processo de fechamento de ruas no bairro se deu pela ação de milicianos, existem casos, conforme vimos, onde podemos dizer que ocorreu por esse motivo.

É motivo de destaque a perspectiva compartilhada pelos moradores, que indicaram, a partir de suas análises, que o fechamento de determinadas ruas seria “coisa de milícia”. O ato de fechar uma rua não torna ninguém integrante de milícia. Mas, quando um grupo de pessoas desconhecidas e com algum tipo de vínculo com os setores de segurança (ou diretamente com o crime organizado) decide pelos demais que a instalação de portões, acompanhada da criação de taxas para pagamento, — e assédio aos que não concordam como o pagamento — é a solução para um problema que é coletivo (o problema da segurança), é impossível não fazer esta associação.

Conforme demonstramos, é possível entender que, de certa maneira, a hipótese inicial do possível envolvimento de milícias se confirmou a partir de uma escala muito reduzida (da vizinhança) e de uma forma que talvez não obedeça algum tipo de hierarquia, aparentando inexistir diálogo entre os diferentes grupos (tarefa de investigação para outro estudo, talvez); e

também em uma escala maior (a do próprio bairro através de sub-bairros em conflito), que apresentam, dentre outras coisas, relação direta com a própria circulação intra-bairro, conforme indicado sobre a situação do transporte público na região.

Diante do que expusemos aqui e ao longo do texto, é possível entender que, o que tratamos de processo de fechamento de ruas, que ocorre tanto pela de *privatização* quanto pela militarização do espaço urbano, e se enquadram nos processos de produção/reprodução do espaço e do cotidiano, conforme tentamos demonstrar a partir das escolhas feitas para o desenvolvimento desta pesquisa. Excessos e equívocos fazem parte do percurso, mas espero que não tenham comprometido a compreensão desta contribuição teórica, realizada com bastante zelo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Bruno Holanda Moura. *Castor de Andrade e o jogo do bicho: um ensaio sobre a violência urbana na cidade do Rio de Janeiro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

ALVES, José Cláudio Souza. *Milícias: Mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro*. In: Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Laboratório de Violência (LAV-UERJ) /Justiça Global /Fundação Heinrich Böll, 2008.

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro*. Editora Consequência, 2020. 2ª edição;

BLAKELY, Edward James; SNYDER, Mary Gail. *Fortress America: Gated Communities in the United States*. Washington, D.C: Brookings Institution Press, 1997.

BRASIL. Decreto 3.151, de 9 de dezembro de 1882. Concede favores a Americo de Castro e às empresas que se organizarem com o fim de construir edifícios para habitação de operários e classes pobres, na cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes. Coleção Leis do Império do Brasil de 1882. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883

BRASIL. Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de dezembro de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16766.htm>. Acesso em: 12 de março de 2022.

BRASIL. Lei 13.465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm>. Acesso em: 12 de março de 2022.

CANO, Ignacio; LOOT, Carolina. *Seis por meia dúzia: Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas 'milícias' no Rio de Janeiro*. In: Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Laboratório de Violência (LAV-UERJ) /Justiça Global /Fundação Heinrich Böll, 2008.

CHAUÍ, Marilena. *Um retrato sem retoques da classe média brasileira*; Pau Brasil – Publicação bimestral sobre ecologia e cultura, nº 9, ano II, nov/dez/1985.

CHAUÍ, Marilena. *Uma nova classe trabalhadora brasileira*. In: SADER, Emir (org). Lula e Dilma: dez anos de governos pós neoliberais no Brasil. Rio de Janeiro: FLACSO, 2013. E-book.

CHAUÍ, Marilena. *A nova classe trabalhadora brasileira e ascensão do conservadorismo*. In: JINKINGS, Ivana; KIM, Doria; CLETO, Murilo (orgs). In: Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. E-book.

COSTA, Greciely Cristina da. *Discursos sobre a milícia: nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos*. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016. Ebook.

DAVIS, Mike. *Cidade de Quartzos: escavando o futuro em Los Angeles*. Tradução de Renato Aguiar. 1ª edição. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

DELEUZE, Gilles. *Postscript on the societies of control*. In: The MIT Press, vol. 59, p. 3-7, 1992.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. 1ª edição. São Paulo, 2015. E-book.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858/1945*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FIX, Mariana de Azevedo Barreto. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário do Brasil*. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

GÓES, Eda Maria; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 2004.

GOMES, Paulo César Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica na cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HELLER, Agnes. *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1987.

JUPIARA, Aloy; OTÁVIO, Chico. *Os porões da contravenção: Jogo do bicho e Ditadura Militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015.

LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne I : introduction*. Paris : L'Arche Editeur, 1958.

LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne III : de la modernité au modernisme. Por une métaphilosophie du quotidien*. Paris : L'Arche Editeur, 1981.

LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia. Contribucion a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 1ª reimpressão.

LEFEBVRE, Henri. *Capítulo IV - Psicologia das classes sociais*; GEOUSP - Espaço e Tempo, nº 17, p. 21-41, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro editora, 2011. 3ª reimpressão.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LUTFI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKI, Suzanna; JAHNEL, Teresa Cabral. *As representações e o possível*. In: MARTINS, José de Souza (et. al.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. 4ª reimpressão.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MELGAÇO, Lucas de Melo. *Securização urbana: da psicosfera do medo à tecnosfera da segurança*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2010

NOVAES, Adauto. *Políticas do medo*. In: NOVAES, Adauto (org.) *Ensaio sobre o medo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. *Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade*. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. *Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano do Rio de Janeiro*; Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, vol. X, nº 218 (51), 1 de agosto de 2006.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. *A trajetória de um subúrbio industrial chamado Bangu*; In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (Orgs.). *150 anos de subúrbio carioca*; Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2010.

PEDROSA, Manoela. *Transmissão de terras e direitos de propriedade desiguais nas freguesias de Irajá e Campo Grande (Rio de Janeiro, 1740-1856)*; Revista de História DH – FFLCH – USP, [S.L], n. 160, pp. 323-326, 2009.

REVISTA DE ENGENHARIA. Noticiário: Companhia Progresso Industrial do Brasil. Disponível em hemoreteca digital da Biblioteca Nacional: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709743&Pesq=%22Fazenda%20Bangu%22&pagfis=3139>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2022.

RIO DE JANEIRO (MUNICÍPIO). Lei 1.511, de 18 de dezembro de 1989. Permite a construção de portão ou portaria nos conjuntos habitacionais. Diário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1989. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/c5e78996b82f9e0303257960005fd9c93/143e32f10bb029dc032576ac00738a65?OpenDocument&Start=1&ExpandView&ExpandSection=-5>>. Acesso em: 03 de maio de 2022.

RIO DE JANEIRO (MUNICÍPIO). Lei 6.206, de 21 de junho de 2017. Dispõe sobre o fechamento ao tráfego de veículos estranhos aos moradores de vilas, ruas sem saída e travessas com características de rua sem saída. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 22 de junho de 2017. Disponível em: <<https://doweb.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 09 de março de 2022

RIO DE JANEIRO (MUNICÍPIO). Decreto 7914, de 3 de agosto de 1988. Estabelece condições de uso e ocupação do solo para a 50ª. Unidade Espacial de Planejamento (UEP), que corresponde aos bairros de Bangu, Padre Miguel e Senador Camará, e dá outras providências.

Arquivo Geral do Rio de Janeiro – Decretos Municipais. Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/decretosmunicipais/>>. Acesso em: 08 de março de 2022.

RIO DE JANEIRO (MUNICÍPIO). Decreto 14.618, de 8 de março de 1996. Dispõe sobre a instalação a título precário de, guaritas e traves basculantes em logradouros públicos. Arquivo Geral do Rio de Janeiro – Decretos Municipais. Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/decretosmunicipais/>>. Acesso em: 03 de maio de 2022.

RIO DE JANEIRO (MUNICÍPIO). Decreto 14.703, de 10 de abril de 1996. Altera a redação do Decreto nº 14.618, de 8 de março de 1996. Arquivo Geral do Rio de Janeiro – Decretos Municipais. Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/decretosmunicipais/>>. Acesso em: 03 de maio de 2022.

RIO DE JANEIRO (MUNICÍPIO). Decreto 23.084, de 01 de junho de 2003. Dispõe sobre a licença para colocação de grades e obstruções em áreas públicas. Arquivo Geral do Rio de Janeiro – Decretos Municipais. Disponível em: <<http://wpro.rio.rj.gov.br/decretosmunicipais/>>. Acesso em: 10 de março de 2022.

RIO DE JANEIRO (MUNICÍPIO). Decreto 43.038, de 18 de abril de 2017. Dispõe sobre a instalação de guaritas, inclusive em áreas particulares, traves basculantes, grades, portões ou similares em logradouros públicos e dá outras providências. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 19 de abril de 2017. Disponível em: <<https://doweb.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 10 de março de 2022

SÁNCHEZ, Natalia Padilha. *A invenção da Barra da Tijuca: a anticidade carioca*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2009.

SANTOS, Kairo da Silva; CARVALHO, Raquel Conceição; SARDELLA, AMANDA Biondino; GRAÇA, Alan José Salomão; MENEZES, Paulo Marcio Leal de. *Evolução da paisagem da cidade do Rio de Janeiro, uma visão cartográfica: aspectos socioespaciais das freguesias a partir do século XIX*. Petrópolis: Anais do V Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, p. 5-12, 2013.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu: a fábrica e o bairro. Um estudo histórico (1889-1930)*. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989.

SILVA, Marcio Rufino. *Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro: debates sobre limites, fronteiras e territórios de uma região*. In: Espaço e Economia [online] – Revista Brasileira de Geografia Econômica. vol. 9, n. 19, p. 1-46, 2020.

SILVA, Rita de Cássia Ribeiro da. *Senhores e possuidores: a construção da propriedade da terra na freguesia de Irajá (Rio de Janeiro, Século XIX)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013.

SILVA, Paulo Vitor Braga da; NETO, Benevenuto Rovere. *Fazenda Bangu: a joia do sertão carioca*. Rio de Janeiro: Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos, 2020.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

SCHMID, Christian. *A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional*; GEOUSP - Espaço e Tempo, vol. 16, nº 3, p. 89-109, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Fragmentação socioespacial*; Mercator – Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará, vol. 19, 2020.

TELLES, Vera da Silva. *Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade*. In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

TREBISTCH, Michel. *Preface*. In: LEFEBVRE, Henri. *Critique everyday life*. Londres: Verso, 2014.

WACQUANT, Loic. *A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada*. Sociologia. Departamento de Sociologia – Faculdade de Letras/UP, vol.XI, Porto, 2006.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel S. *Favelas sob o Controle das Milícias no Rio de Janeiro: que paz?* São Paulo em Perspectiva, vol. 21, n. 2, p. 89-101, 2007.

APÊNDICES

Apêndice A: Transcrição da entrevista realizada com Ofélia e Maitê

Primeira entrevista

Local: Bangu, Rio de Janeiro - RJ

Data: 21/07/2022

Hora: 17:00 às 18:00

Saulo: Qual é a idade de vocês, por favor?

Ofélia: 58 anos.

Maitê: 55 anos.

Saulo: Qual é a ocupação de vocês?

Ofélia: Eu sou auxiliar de escritório.

Maitê: Eu tenho uma microempresa.

Saulo: Vocês se recordam da data (ano ou ano aproximado) que este local foi fechado?

Ofélia: Tem uns quatro anos, não foi? Uns quatro anos atrás.

Maitê: É, 2018. Foi até que ele botou no... que ele colocou até no grupo aqui que tem.

Saulo: Tem um grupo de WhatsApp?

Ofélia: Tem.

Maitê: Tem um grupo daqui.

Saulo: Vocês lembram do período que antecedeu o fechamento do local? No geral, como era a vida antes de fechar?

Ofélia: Sim... Era uma vida assim mais tensa do que a gente vive hoje, né?! Porque mesmo fechado a gente vive com tensão. Mas a gente tinha... era motos pra lá e pra cá, correndo pra lá e pra cá. Era gente com corpo, jogando corpo de gente morta na rua, na esquina...

Maitê: É... era complicado...

Ofélia: Era complicado.

Maitê: Era assalto, a gente não podia nem ficar pelo portão nem na praça.

Ofélia: Assalto em frente de casa... é confuso. Ninguém podia ficar com o celular na mão por aqui, já era. Minha filha mesmo foi roubada, levaram o celular dela na esquina saindo do condomínio...

Maitê: Saindo do condomínio.

Ofélia: Mesmo já fechado, quando ela saiu foi roubada.

Saulo: Mesmo depois do fechamento ela foi roubada?

Ofélia: Lá fora.

Maitê: É, saiu do condomínio e foi assaltada.

Saulo: A partir do que vocês relataram até agora, qual foi o motivo, ou quais foram os principais motivos, para a decisão de fechar as ruas daqui?

Ofélia: Segurança mesmo. Segurança.

Maitê: No começo eu não aprovava porque eu tenho uma loja, aí eu falei “os meus clientes não vão entrar”. Fiquei muito preocupada. No começo nós nem ajudamos nos portões. Mas agora sim eu pago a mensalidade todo mês porque melhorou.

Ofélia: Mas aí a gente viu que os nossos clientes já chegam aqui com mais tranquilidade. Antes de fechar eles colocavam o carro lá no portão e era aquela tensão, um corre-corre, não podia esperar...

Maitê: A gente falava pra trancar o carro

Ofélia: A gente mesmo falava para não deixar criança dentro do carro porque estavam levando o carro com a criança dentro e tudo. Agora graças a Deus tá tudo na maior tranquilidade.

Saulo: Vocês conseguem notar alguma diferença entre o período anterior e posterior ao fechamento?

Ofélia: Sim... temos, temos notado que melhorou bastante. As crianças, por exemplo, não poderiam estar a uma hora dessa brincando, jogando bola. Nem você poderia estar aqui com o celular antes de fechar.

Saulo: Então melhorou nesse aspecto da segurança?

Ofélia: Mais segurança...

Maitê: 100% de segurança.

Ofélia: Mais segurança.

Saulo: Sabem dizer se o fechamento foi uma demanda coletiva ou de apenas um grupo de pessoas?

Ofélia: Foi um desejo da maioria.

Maitê: 80%, né?!

Ofélia: 80% concordou, mas...

Maitê: Mas tem muitos que não concordam.

Ofélia: É muitos não concordam. Mas acaba que como agora como tudo vence a maioria, venceu a maioria. Por exemplo, daquela rua pra lá, tem várias pessoas que não concordam.

Maitê: Não pagam e não concordam.

Ofélia: Que não paga e não concorda.

Maitê: Entendeu?

Saulo: Entendi. Então tem quem não concorde?

Ofélia: Sim, tem o pessoal daquela rua, tem mais outro lá na frente também que não concorda. A minha prima também, que concorda, mas não paga.

Maitê: Aí é por isso que a mensalidade é alta. É R\$ 120.

Ofélia: É R\$ 120.

Maitê: Porque tem poucas. Se todo mundo desse e pagasse, ia melhorar, ia diminuir. Mas como tem que pagar porteiro, manutenção das coisas, aí fica complicado.

Saulo: Qual é a percepção sobre a Cidade do Rio de Janeiro e especificamente a região onde vocês moram no bairro de Bangu a respeito das questões relativas à segurança?

Ofélia: No geral se for ver o Rio de Janeiro a segurança é zero. Eu acho, segurança zero. Porque você, tanto é que você vê a gente está aqui dentro com segurança, a gente saiu ali e não tem mais segurança nenhuma. Até aqui por ter fechado mesmo...

Maitê: Até aqui dentro mesmo, mas os portões ficam abertos, né?!

Ofélia: Até aqui dentro a segurança não é 100%

Maitê: Tem muita gente que entra aqui e é meio esquisito

Ofélia: É, não é 100% seguro, mas melhorou bastante. Mas o Rio de Janeiro para mim a segurança é zero.

Saulo: Vocês acham que existem áreas inseguras ou perigosas aqui na região?

Ofélia: Sim.

Maitê: A gente está envolvido por um monte de favela.

Ofélia: Está cercado por um monte de comunidade, né?! Vira e mexe tem tiroteio ali na Selvinha (favela), na rua I (conjunto habitacional Dom Jaime Câmara). É complicado, a gente tem que ficar sempre alerta.

Saulo: E vocês evitam essas áreas?

Ofélia: Sim, eu não vou na Selvinha, não entro na Vila Kennedy, Vila Aliança, eu não vou nesses lugares. Podendo evitar eu evito. Não tenho o que fazer lá nesses lugares.

Saulo: Sentem-se mais ou menos seguras após o fechamento? A que você atribui o aumento da segurança?

Ofélia: Sim

Maitê: Sim

Ofélia: Vou te dizer que não é 100%. Mas uns 80% a gente tem de segurança sim.

Saulo: E a que vocês atribuem o aumento da segurança?

Maitê: É porque a gente fica mais tranquila, entendeu? Em relação até trabalhar, em relação até para ficar aqui, fica mais tranquila.

Ofélia: É porque agora a gente não tem mais aquele fluxo de moto, de carro, porque como onde a gente mora tem saída para uma via expressa, é rota de fuga.

Maitê: E como era, né. Porque só passava moto aqui.

Saulo: Vocês sabem como foi o processo de instalação das grades/portões? Ocorreu através de algum financiamento privado coletivo (vaquinha)?

Ofélia: Teve que fazer uma vaquinha porque cada um teve que dar um valor. Eles fizeram um orçamento de quanto ficaria os portões e daí eles fizeram pela quantidade de casas porque acho que dentro desse fechamento aqui tem cerca de 120 casas contando com a da rua [SUPRIMIDO]. Só que a rua [SUPRIMIDO] logo no início não participou do nosso, ela foi depois porque fechou individual, aí depois que ela resolveu entrar porque a gente ia colocar um portão da rua [SUPRIMIDO] pra lá, quer dizer, a rua [SUPRIMIDO] ia ficar separada da gente. Aí eles não concordaram e resolveram participar também.

Maitê: E ajudar.

Saulo: Vocês sabem dizer se houve abertura de processo junto à prefeitura para obter a autorização para instalação das grades/portões?

Ofélia: Sim.

Maitê: Teve.

Ofélia: Tem abertura de processo para abrir e abertura de processo de denúncia para fechar. O seu Jorge lá do final da rua... tem processo, tem vários processos, eles estão respondendo processo por causa disso...

Saulo: Sério? Quem está respondendo processo?

Maitê: O seu Jucilei

Ofélia: Sim... Eles... o senhor Jorge e o senhor Jucilei. É por causa disso, o senhor do final da rua que não concorda e dá esse problema. Mas ele já tem, ele já tem já a documentação, já tá para fechamento na prefeitura, eles têm tudo, tá tudo documentado direitinho...

Saulo: Então foi autorizado?

Ofélia: Sim, foi autorizado. Eles já montaram, tem uma associação dentro, tem uma associação aqui dentro do condomínio, que não é nem condomínio, é residencial, não tem nome de condomínio. Porque tipo assim, se fosse realmente um condomínio, eu acho que não poderia entrar COMLURB aqui dentro, não ia poder entrar se fosse condomínio. Aí teria que ter uma caçamba lá fora, aí todo mundo vai ter que levar o lixo pra lá... aí não, aí colocou residencial que aí a COMLURB já entra.

Saulo: Então aqui não faz mais parte da antiga associação de moradores?

Ofélia: Tem a outra e tem a nossa associação, é parte da antiga.

Maitê: A antiga ainda continua, né?!

Ofélia: Continua a antiga... quer dizer, é uma associação dentro da associação. É igual ao que eles iam fazer também ali naquela rua, eles iam abrir uma. Porque logo no início foi chamado o pessoal também da [SUPRIMIDO] também para participar com a gente aqui, só que ninguém concordou. Se tivessem chamado teria um portão lá na frente também, tudo fechado igual aqui. Só que eles não concordaram, aí eles estavam pensando em fazer outra associação...

Maitê: Para aquela parte lá...

Saulo: Como é feita a manutenção do local? Vocês disseram que tem pessoas que não concordam, como fica se alguém resolve quebrar o portão?

Ofélia: Já fizeram...

Maitê: Já fizeram no portão de lá, meteram o martelo, quebraram.

Ofélia: O daqui também já arreventaram várias vezes o cadeado, já arrancaram pedaço... aí a gente vai lá e conserta...

Maitê: Eles vão lá e consertam...

Ofélia: É aquele negócio, né... enxugando gelo, né... ali então, logo no início era cola, jogavam Super Bonder dentro do negócio...

Maitê: Dentro do buraco da chave. Terrível...

Ofélia: Era terrível... Logo no início. Até que agora deu uma amenizada porque acho que as pessoas estão se conscientizando que foi bom. E a maioria das pessoas que infelizmente não colaboram são as pessoas que tem mais crianças que brincam na praça.

Maitê: Fora que no começo deram a chave para um monte de gente. Até gente da Selvinha pra poder passar por aqui para ir para a Avenida Brasil...

Ofélia: Todo mundo tinha chave...

Maitê: Aí teve que mudar a chave, depois teve que botar cadeado para poder encerrar esse negócio. Porque estava entrando gente aqui que não era daqui.

Saulo: Vocês comentaram sobre o pagamento de uma taxa de R\$ 120. Ela é obrigatória?

Ofélia: Não... ele não pode ter uma obrigação... não é um condomínio que se você não pagar você perde a sua casa. Não é isso. Quer dizer, você paga porque você tem consciência que está sendo bom para você. Como tem muita gente que acha que, que não paga...

Maitê: Que não paga, entendeu?! Que não gosta do cara que está administrando. Ah, eu não vou com a cara dele então não vou pagar. É desse jeito aqui também, tem gente desse jeito aqui.

Ofélia: Mas usufruiu de tudo na praça, do local, da segurança, mas não quer colaborar com isso. Aí quer dizer, fica sobrecarregado para algumas pessoas que aceitam. Bom que a maioria que está aceitando, só que fosse todo mundo ficaria menor o valor para todo mundo, né?! Ia ser dividido para todo mundo.

Maitê: Essa semana mesmo ele botou no grupo que tem que endireitar o motor do portão ali da frente. É R\$ 1.220, ele botou para ver se as pessoas, cada um dá o que pode. Entendeu?!

Ofélia: Ele pode pedir uma cota extra para poder pagar a manutenção, porque o motor é caro, vai ter que mudar não sei o quê, tem que chamar ferreiro, tem que chamar um monte de coisa. É assim. A gente tinha zelador, o rapaz para varrer isso aqui. Uma vez na semana, né?!

Maitê: É

Ofélia: Só que agora como não tem verba para pagar ele sempre, e também por essas condições, essa época não dá para ficar varrendo. Aí de vez em quando, só de vez em quando, ele vem para varrer, mas não é sempre. Aí cada uma que varra o seu pedaço.

Saulo: Viver em uma área fechada trouxe algum impacto para o seu cotidiano?

Ofélia: Sim... tipo assim... a gente acaba que fica preso, ao invés, a gente que é o bandido, ne?! A gente se torna o bandido porque a gente fica preso...

Maitê: A gente fica preso e eles que ficam soltos por aí

Ofélia: Eles ficam soltos por aí. A gente não tem liberdade de sair porque eles estão lá fora pronto para pegar a gente, é desse jeito. Mas isso tá aí geral, qualquer lugar, todo lugar tá assim. E fica aquela sensação de que poderia estar tudo aberto, tudo tranquilo...

Maitê: Ah, quero sair por ali, quero sair por lá...

Ofélia: Mas só tem uma saída, não pode liberar para tudo que é lado. Tem muitos aqui que querem fechar o portão de pedestres, fechar 24 horas

Maitê: O portão de pedestres... esquece que ali tem uma escola

Ofélia: Entendeu?! Tem muita gente que é a favor de fechar todos os portões. A gente já não é a favor porque não é justo de tirar o direito de ir e vir das pessoas, entendeu?!

Maitê: Quem quiser morar num condomínio fechado, que já é um condomínio, aí vai. Que já é tudo fechado.

Ofélia: Porque aqui não é assim. Você tem saída, você tem escola, você tem ponto de ônibus, tem a Brasil que passa ônibus, que é tudo, né... como é que vai ser?

Maitê: Tem o povo de trás que vem por aqui para ir no mercado, vem aqui, aí como é que fica eles?

Ofélia: Vai ter que todo mundo dar a volta? Por exemplo, eu quero sair e não posso. Vou ter que ir por aqui, dar a volta para, quero ir para a Brasil, tenho que passar pela [SUPRIMIDO], que depois que fechou ficou pior ainda de assalto, correr o risco, podendo você só sair ali e rapidinho você está no ponto. Mas, infelizmente a gente tem que se prender um pouco por causa dos bandidos, né... mudar um pouco o nosso cotidiano de vida.

Saulo: Vocês conseguem dizer pontos positivos e negativos desde que aqui se tornou um lugar fechado?

Ofélia: Sim...

Maitê: Por exemplo, a minha loja, caiu um pouco a venda. Porque passava carro pra caramba aqui e parava. Aí agora só vem aqueles clientes mesmo que conhecem e um fala para o outro, entendeu?! Não tem assim cliente novo que passou aqui, vai entrar aqui e nem sabe que tem a loja, entendeu?! No começo eu fiquei muito chateada, mas agora está melhorando as coisas.

Saulo: E os pontos positivos?

Ofélia: Que você tem mais liberdade de ficar...

Maitê: Mais segurança...

Ofélia: Mais segurança de ficar aqui dentro, mais tranquilidade. Os clientes, por exemplo, vêm aqui com mais tranquilidade. Não precisa ser naquela correria e a gente não fica naquela tensão de ter que atender rápido para não ficar parado por muito tempo. Não tem mais isso.

Apêndice B: Transcrição da entrevista realizada com Dimas

Segunda entrevista

Local: Bangu, Rio de Janeiro - RJ

Data: 22/07/2022

Hora: 12:00 e 13:20

Saulo: Qual é a sua idade, por favor?

Dimas: 66 anos.

Saulo: Qual é a sua ocupação?

Dimas: Sou aposentado.

Saulo: Se o senhor puder responder, qual é a sua renda aproximada?

Dimas: Um salário mínimo.

Saulo: O senhor se opõe à prática de fechar ruas? Por quais motivos?

Dimas: Com certeza. Principalmente por tirar o direito de ir e vir de cada um.

Saulo: Esse é o principal motivo que faz o senhor se opor?

Dimas: Sim. É tirar o direito de cada um.

Saulo: Você se recorda do período que antecedeu o fechamento do local? Como era antes?

Dimas: Sim, me recordo. Eu sou um ex-diretor da associação de moradores, que foi onde nós lutamos muito por esse local. Muitas conquistas que tem aqui no bairro, principalmente nesse logradouro foi conquista da associação de moradores, onde na ocasião eu passei por três gestões. Dentro dessas conquistas nós temos principalmente a praça, que um falso condomínio de adornou. Hoje ninguém mais tem direito a nada aqui, porque eles fecham rua, fecham tudo, fecham os portões e não deixam que ninguém ultrapasse. Então eu sou muito contra esse tipo de coisa aí.

Saulo: O senhor foi diretor da associação de moradores durante quais períodos?

Dimas: Foi no período de 1987 para cá.

Saulo: Para o senhor, qual foi o motivo (ou quais foram os principais motivos) para que seus vizinhos resolvessem fechar as ruas daqui?

Dimas: Falsa segurança. Que segurança tem aí dentro? Falsa segurança. Cismaram de criar um condomínio onde não existe. Que fere todos os artigos do código civil, fere os artigos do código civil. Principalmente o artigo 19.

Saulo: O senhor foi consultado sobre a proposta de fechar a rua? Caso tenha sido, como foi essa abordagem e como se posicionou?

Dimas: Eu não deixei fechar. Chegaram aqui para eu assinar um abaixo-assinado. Eu não assino abaixo-assinado, principalmente se for para prejudicar alguém. Quando eu soube que ia fechar, eu procurei a região administrativa a fim de saber o que estava acontecendo e me falaram que tinha um abaixo-assinado para fechar a rua. Desde o momento em que eu não assinei, não existe unanimidade nesse caso aí. Não é unânime, então já não pode ser fechado, já não pode ser fechado. Fora da unanimidade não pode ser fechado. Aí o administrador lá na ocasião falou que ia ser fechado, eu falei com ele que ia procurar o Ministério Público como foi procurado, eu procurei o Ministério Público e o Ministério Público me orientou para que eu procurasse também a secretaria de urbanismo. Procurei a secretaria de urbanismo, falei qual o motivo da minha visita e lá fiz uma carta onde eu relatei tudo o que estava acontecendo. Eles no caso pegaram no computador, localizaram a rua e viram que ela inicia na Estrada da Água Branca e

dá continuidade na Avenida Brasil, ela não pode ser fechada porque se trata de uma via arterial onde no caso ela favorece o fluxo de veículos. Assim como a rua Eurico Sales e a rua Araquém, eles viram no computador que não podem ser fechadas e estão fechadas. Aí no caso eu entrei com um processo no Ministério Público e entrei com um processo na secretaria de urbanismo para que essa rua não fosse fechada, como não foi fechada e não vai ser fechada. Pelo que eu sei, as outras ruas foram fechadas à moda Bangu, foram fechadas no peito e com ajuda política. Infelizmente aqui dentro existe um curral eleitoral do Jairinho, do Coronel Jairo e outros que tentam se adornar da situação. Então por jogada política, totalmente errada, fecharam isso aí. Jogada política.

Saulo: Então teve ajuda de políticos locais?

Dimas: É... eles no caso chegaram e mandaram fechar que estava tudo certo. Mas não está não, essa rua está com os dias contados para cair o portão.

Saulo: Então tem processo?

Dimas: Tem, tem processo. Tem processo e esse processo no caso já foi transitado, julgado e já mandaram tirar. Tem multa diária, tem até multa diária aí. Então eles estão fazendo vista grossa pra coisa, mas está com os dias contados. Não tem nada legalizado aí, nada. Todos os processos que eles entraram foram indeferidos. Está tudo irregular.

Saulo: Essas ruas fechadas trouxeram algum impacto (positivo ou negativo) para o seu cotidiano?

Dimas: O impacto que teve aqui é que aumentou muito o fluxo de veículos. Aqui no caso passam todos os tipos de veículos, sejam particulares ou oficiais. Todos eles passam aqui, porque se tornou o único acesso. Pra mim, eu gosto de ver o povo, eu gosto de ver o direito de cada um, entendeu? Então eu me sinto orgulhoso, me sinto orgulhoso de ser líder desse não fechar da rua. Eu fui um líder nessa situação aí, tanto que tem muita gente aqui na rua que não fala comigo, foram criados comigo e hoje não falam comigo. Porque eles acham que eu fui a pedra no caminho deles, e sou. Fui a pedra e sou. Porque se amanhã ou depois começarem a colocar um portão ali eu vou lá coloco o meu peito e não vai botar. Não vai colocar. Eu sou muito persistente naquilo que eu quero. Então se eu quero o seu bem, eu vou lutar pelo seu bem. Então eu estou lutando pelo bem de uma comunidade, estou lutando pelo bem comum. Nesse ponto eu sou comunista, tá? Viso o bem comum, porque eu vejo o comunista nesse sentido: viso o bem comum, tá? Seja lá quem for. Não me interessa se é um cidadão de bem que está passando, se é um pedinte, se é um vagabundo... não me interessa a vida dele, me interessa que ele tem direitos e esses direitos tem que ser respeitados, tá? As pessoas que fecharam ali e tentam fechar aqui estão se lixando para isso, estão olhando para si próprios. Como cansei de ver ambulância parada com a sirene ligada ali e não poder passar porque o portão está fechado sem ter ninguém para abrir. Mas a igreja católica pode passar, a igreja católica pode passar. Porque no caso não pode passar a ambulância? Não pode passar a viatura da polícia? E já houve evasão de vagabundo usando o portão de pedestres lá pra dentro e a viatura não conseguiu passar porque o portão estava fechado.

Saulo: Sente-se mais ou menos seguro após o fechamento?

Dimas: Para mim é incomum, para mim é normal. No caso se tivéssemos que contar com segurança, seria uma segurança pública e não fechamento. Porque se o vagabundo tiver que entrar, ele vai entrar, vai assaltar, podendo fazer famílias reféns com facilidade. E sem o risco de encontrar uma viatura da polícia porque está tudo fechado.

Saulo: Quando tentaram fechar a rua e o senhor se posicionou contrariamente, tentaram impor junto algum tipo de pagamento de taxa de condomínio?

Dimas: Não. Essa taxa é ilegal, não existe legalidade nisso e eu tenho certeza que 80% das pessoas não pagam, e com justa razão. Porque no caso eles querem ser donos de uma situação que não são. Essa taxa de condomínio foi criada por eles, é uma criação aleatória e não tem razão. Então se amanhã ou depois alguém tentar fechar aqui e colocar taxa, eu vou para a justiça e provo que aqui não é condomínio coisa nenhuma e não pago. Como muitos ali não pagam com justa razão.

Saulo: O senhor comentou sobre a participação de políticos locais no fechamento dessas ruas. Sabe dizer se em algum momento houve de processo junto à prefeitura ou tentativa de legalização dos portões instalados nas ruas da sua vizinhança?

Dimas: Não houve, não pode. Isso aí é tudo jogada política, somente jogada política. São pessoas que as vezes botam uma divisa, botam uma estrela no ombro, acham que no caso é senhor de uma situação. Como no caso aí dentro tem militares, tá? São militares. São pessoas do corpo de bombeiros... não quero falar besteira, porque eu vou acabar falando besteira aqui... eles querem criar uma milícia aqui, querem criar isso, tá? Isso aí é bandidagem, é bandido, são bandidos. Conforme eu já falei, eles querem criar uma milícia, coisa de bandido aqui dentro. Como no caso de um cara do Desipe aqui dentro que veio dizendo que não me conhecia. Claro que não me conhece, eu moro aqui há 66 anos. Mas eu que não conheço ele, para mim não é nada. O cara chegou aqui ontem e já quer ditar ordem? Chegou aqui ontem e quer ditar ordens? Ele que vá ditar ordem no terreiro dele, meu querido. Aqui não. Nesse caso se eu estou falando alguma coisa aqui dentro, principalmente com relação à praça eu tenho motivos para falar e tenho respaldo para falar a respeito disso porque eu fui diretor de associação de moradores e lutei por isso aqui. Hoje no caso esses caras chegaram e se adornaram, hoje no caso as crianças não podem ir na praça para brincar, tá? Porque chega um determinado horário que eles fecham o portão e ninguém pode passar. No caso eles estão tirando os meus direitos, meus direitos são meus e de mais ninguém. Assim como os seus direitos e o dos outros. Por isso que eu gosto de ser correto com os meus negócios e com as minhas coisas.

Saulo: O senhor comentou que veio um servidor do Desipe falar com o senhor. Como foi essa situação? Foi algum tipo de ameaça?

Dimas: Sim, sim... eu comentei que no caso ele veio aqui no dia que chegou a intimação para pagar a multa diária que foi estabelecida. Nesse dia ele apareceu aqui, também o militar, o bombeiro e começaram a falar um montão de gracinhas ali. E dentro das gracinhas que eles estavam falando eu comprei a briga, comprei a briga e relatei que já vi pessoas chegarem aqui 21:00, senhoras com criança no colo não poderem passar porque o portão estava fechado, tá? Senhoras com criança no colo, chovendo, não podendo passar ali, tendo que sair daqui e caminhar um longo trajeto para poder chegar ao seu destino. Isso aí no caso é invadir o direito dos outros, é tirar, é roubar, tá? É roubar, vou usar o nome assim, roubar o direito dos outros, tá? Quer dizer, estão pensando neles, mas quem está aqui fora são moradores de lá também. Porque não pagam taxa não podem no caso ter uma chave, não pode ter isso, não pode ter aquilo, porque eles é que estão dominando na situação, completamente errado. Estão se calçando em quê? Em deputado? Em vereador que está preso, tá? Então nesse ponto quem é que está errado: sou eu ou eles? Isso aí tem que retirar, tirar essas barreiras. Mas não é só as daqui não, é tirar barreira de tudo quanto é lugar, tá? De tudo quanto é lugar. E acabar com essa questão de poderio, um poderio que não existe. Um poder fajuto.

Saulo: Esse poder que o senhor fala seria algo instituído por essas pessoas para controle do local?

Dimas: Por eles mesmos. Qual é a lei que dá direito para eles decidir? Não existe lei... É uma questão de um poder por uma questão apenas por ser militar, que no caso nem todo mundo é militar ou policial.

Saulo: Diante disso que o senhor está falando, você acredita que esse local foi fechado a partir de uma decisão coletiva ou por imposição dessas pessoas?

Dimas: Não acho que houve unanimidade, foi decisão de uma minoria. Conforme eu falei anteriormente, se fosse unânime, se todo mundo concordasse que tinha que ser fechado isso aí, teriam que consultar quem passa ali também. Porque ali no caso também passam senhoras levando crianças no colégio, ida e volta do colégio. Tem uma praça que é um logradouro público. Não é logradouro de morador de um condomínio que não existe, tá? É um logradouro público. Teria que ser consultado nesse sentido, tá? E não eles se adornarem de uma situação. Eles são donos de quê ali? São donos de nada.

Saulo: Qual é a sua percepção sobre a Cidade do Rio de Janeiro e especificamente da região onde você mora no bairro de Bangu a respeito das questões relativas à segurança?

Dimas: Olha nesse ponto eu sou muito taxativo. A nossa segurança pública está muito aquém. E isso eu culpo, eu culpo sim, uma câmara de vereadores, uma câmara de deputados, a própria secretaria de segurança pública, um estado omissos... nós temos um estado completamente omissos, venal, venal... então, a nossa segurança pública é venal. Infelizmente nós temos uma segurança pública insegura. Hoje, com toda a sinceridade, eu tenho mais receio... como cidadão de bem não devo nada a ninguém... eu tenho mais receio de ser abordado na rua por uma viatura da polícia na rua do que por um bandido.

Saulo: Aproveitando que o senhor comentou que nós temos uma segurança pública insegura, você acredita que o bairro é inseguro?

Dimas: A nível Brasil. Porque eu não conheço somente o Rio de Janeiro. Sou morador do Rio de Janeiro. Conheço bem Fortaleza, conheço bem Belém do Pará e a insegurança é a mesma. Nós temos não temos segurança a nível Brasil. A segurança que nós temos aqui é de viver inseguro. Porque você não pode contar com A, B ou C. Infelizmente aqueles que tem uma condição melhorzinha de dizer que está seguro é porque tem uma segurança própria.

Saulo: O senhor acredita que a insegurança seja um motivo que justifique o fechamento de ruas?

Dimas: Não, não acredito.

Apêndice C: Transcrição da entrevista realizada com Manoel

Terceira entrevista

Local: Bangu, Rio de Janeiro - RJ

Data: 02/08/2022

Hora: 09:00 às 12:00

Saulo: Qual é a sua idade, por favor?

Manoel: 68 anos, 68 anos.

Saulo: O senhor mora a quanto tempo neste local?

Manoel: Peraí que eu vou pensar para te responder isso aí... é... vamos botar aí três... 2019... três anos. Porém eu já tinha o apartamento aqui, eu nunca saí totalmente daqui. Sempre estive presente em função dos meus familiares morarem aqui e eu já ter esse imóvel que foi feito por mim.

Saulo: Qual é a sua ocupação?

Manoel: Sou aposentado. Antes trabalhava na indústria como projetista e técnico de edificações.

Saulo: Você se recorda da data (ano ou ano aproximado) que este local foi fechado?

Manoel: Em 2017. Lá também foi por aí, em 2017.

Saulo: Você lembra do período que antecedeu o fechamento do local? No geral, como era a vida antes de fechar?

Manoel: Era um período de um bairro totalmente com o acesso irrestrito a pessoas estranhas e graças a isso tinha muita incidência de assaltos. Sendo que especificamente nesta rua por ser muito próximo da Avenida Brasil, além dos assaltos... além dos assaltos tinha também prostitutas saindo da Avenida Brasil e vindo para a rua. Elas ficavam circulando aqui, ficavam os carros rondando a rua, olhando para as donas de casas e para as filhas dos moradores julgando que também fossem prostitutas... a rua estava muito ligada à Avenida Brasil, então o principal motivo foram os assaltos, a insegurança. E esse foi um segundo motivo também, tá entendendo? Muito fluxo de prostitutas andando por aqui e a gente como é um bairro residencial familiar, isso incomodava também.

Saulo: Então o motivo secundário seria a prostituição no local?

Manoel: É... a prostituição não... fluxo de (pessoas)... fluxo de prostitutas vindo da Avenida Brasil. Não tinha prostituição, mas elas circulavam e se misturavam e a gente não gostava porque confundia as coisas. Quer dizer, donas de casa eram confundidas com prostitutas. Um cara passava de carro olhando, procurando prostitutas, via uma dona de casa, via a tua filha e ficava achando que também... porque não tem placa, né. É tudo mulher. Bandido vem procurar mulher fica olhando para tudo quanto é mulher. Então ele sabe que por aqui as prostitutas estão, ficava aqui os carros passando, olhando até as professoras inclusive... as mães das crianças, entendeu? E eu que moro aqui muito próximo, isso incomodava. Pô, os caras ficavam aqui rondando aí, olhando as professoras, as mães dos alunos, pras donas de casa... essa era uma situação secundária. Mas a principal foi realmente assaltos, ninguém podia ficar tranquilo com o celular. Passava uma moto o cara já dava um passo atrás: *será que ele vai para pegar o meu celular?* Era assim, o nível é esse

Saulo: Então o principal motivo está relacionado com a segurança e assaltos, e o motivo secundário foi por conta do fluxo de prostitutas e da clientela?

Manoel: Isso, exatamente. Pessoas que vinham atrás de prostitutas, de moradores e tirando a intranquilidade de modo geral.

Saulo: Consegue notar alguma diferença entre o período anterior e posterior ao fechamento da sua rua?

Manoel: A diferença eu posso te garantir se não foi de 100% é muito próximo de 100%, muito próximo. Eu não sei de assaltos que houve depois o fechamento, eu não tenho conhecimento. Eu tive um ligeiro conhecimento... logo no início próximo da (estrada) da Água Branca. Eu acho que alguma, houve algum assaltozinho... porque é muito próximo ... parece que teve. Mas aqui, conforme era, eu não tive conhecimento de alguém que perdeu o celular, que foi assaltado. Porque a característica principal do... o bandido na verdade ele tem juízo, e ele tem medo também. Ele quer segurança e a segurança do bandido não está só na sua arma de fogo, no revólver. A segurança dele está no veículo, ele quer ter certeza que vai poder roubar e fugir. Só que, só tem... e a principal arma dele é o veículo que pode ser uma moto ou um automóvel. Só que, por onde ele entra com a moto ou com automóvel ele tem que sair, tá entendendo? Então ele tem medo de roubar aqui dentro e na hora que estiver saindo levar um tiro nas costas mesmo ele estando de moto, tá entendendo? E antes era tranquilo: ele tinha três... era uma entrada e três saídas ou vice e versa, tá entendendo? Então ele tinha várias formas de fugir de moto ou de carro. Agora se ele quiser roubar, ele tem que vir pelo mesmo lugar, pelo mesmo lugar que ele entra ele tem que sair. E isso foi o principal motivo... tanto é que o fechamento foi visando isso aí, e nunca... e nunca restringir o ir e vir das pessoas. Nós restringimos a arma do bandido que é o veículo, a principal. O revólver não é a principal arma, porque revólver as vezes pode ser de brinquedo, muitos bandidos roubam com arma de brinquedo. A segurança deles está na moto, a moto não pode ser de brinquedo e nem tampouco o automóvel, tá entendendo? Tanto é que não tem portão, não tem portão de pedestres, é tudo aberto. Qualquer pessoa entra 24 horas por dia e nós entendemos que não existe bandido só noturno, não existe bandido noturno. Aliás, existe mais bandido diurno do que noturno, os assaltos são feitos mais durante o dia do que de noite. Então, pra quê portão? Pra fechar de noite? E de dia, não vai ficar aberto? Então, pra mim, é uma bobagem ter portão. Então fica sem portão, não tem portão. Tem sim um labirinto, vulgarmente conhecido como curral. É um labirinto onde o pedestre passa, porém a moto e muito menos o carro não conseguem passar, tá entendendo? Então o bairro é aberto, nós não restringimos o ir e vir das pessoas. As pessoas são livres 24 horas para entrar e sair do bairro. Não existe portão para pessoas, existe bloqueio para a arma do bandido que é o veículo, tá entendendo? Ali naquele outro condo... ali naquele outro fechamento... aquilo ali não é condomínio... é de seis horas da manhã às dez... ali abre às 6 horas da manhã e às 10 horas da noite fecha, porque eles entendem que o maior perigo está de noite. Eu não vejo o bandido procurar um celular às duas horas da manhã no meio da rua. Tem pouca gente com o celular dando mole às duas, três horas da manhã. E inclusive o bandido também, ele vem no horário que tem gente na rua. E no horário que tem gente na rua está aberto. Ali é igualzinho aqui. Qualquer pessoa entra li, prostituta pode passar por ali, bandido passa por ali... então na minha opinião eles estão equivocados... insegurança à noite... inclusive eu sei que já teve roubo de carro ali. O porteiro abriu o portão para o ladrão entrar e roubaram um carro ali dentro. O porteiro veio de moto, seguindo um carro, um carro novo, e chegou ali pegou o carro da pessoa e o porteiro abriu o portão para ele sair. Abriu para entrar e abriu para sair. Então, que dizer, não existe o que eu te falei... ali... ali a gente... eles quiseram se separar, não era separado, não éramos separados. Nós éramos todos de uma associação devidamente registrada no governo, [SUPRIMIDO], é uma associação, e lá fazia parte. E eles, por interesses deles, eles se separaram e não quiseram nem dar uma consideração, inclusive moradores da época que foi fundada a associação fizeram isso, tá entendendo? Tem muitos moradores que não é dessa época, mas tem moradores que é dessa época, mas não quiseram saber, eles *ah, problema da [SUPRIMIDO], não é...*, mas a [SUPRIMIDO] era. A praça fazia parte da [SUPRIMIDO], associação dos

moradores, a praça fazia parte da [SUPRIMIDO], sempre fez. Tanto é que essa praça ela não existia, existia o terreno e ela foi feita por iniciativa da [SUPRIMIDO], tem aqui fotos aqui da época da inauguração da praça, então ela sempre foi ligada ao Jardim Araquém, tá entendendo? Agora... o ser humano tem uma dose de egoísmo, de comodismo, é o famoso *ah, farinha pouca, meu pirão primeiro. Vou cuidar do meu lado e não quero nem saber*. Eu acho errado isso porque a gente está em uma época de se derrubar muro, e não de se fazer muro. O muro de Berlim foi derrubado em 1988, então tá numa época de se derrubar muro, não construir muros. E eles fizeram uma muralha, só que é de ferro, é grade, então é de separação. Não está na época de se separar, de se desunir. Nós éramos unidos e eles promoveram a desunião com interesses próprios, tá entendendo? Pouco ligaram. E eu acho isso uma bobagem, porque conforme te falei, se o bandido passar aqui ele pode entrar ali. É área de livre acesso, e o bandido, o maior interesse dele é durante o dia, na minha opinião, né? A noite é tudo deserto, tem pouca gente no meio da rua dando mole. E aquela história de bandido invadir casas é coisa do passado, tá entendendo? O bandido hoje em dia, ele é bandido porque não quer ter trabalho, então ele quer o mais fácil. Então é mais fácil ele apontar um revólver e roubar, do que ele se arriscar pulando muro, levar mordida de cachorro, então isso é coisa do tempo de antigamente. Hoje em dia no tempo moderno o cara simplesmente rende a pessoa, rende a vítima e faz os assaltos, tá entendendo? Então esse negócio de dizer que o bandido é noturno... antigamente sim, hoje em dia não mais, eu acredito nisso. Principalmente na área urbana. No interior pode até ser, né? Mas aqui...

Saulo: Não houve proposta de fechamento conjunto entre as pessoas que decidiram fechar as ruas deste local? Tanto essa como as demais recentemente fechadas?

Manoel: Essa discussão nunca houve ... nunca houve. Eles simplesmente tomaram a decisão lá e simplesmente ignoraram a rua [SUPRIMIDO]. A rua [SUPRIMIDO] não faz parte, o que faz parte são só as ruas próximas à praça. São quatro ruas: a rua [SUPRIMIDO] mesmo, que é bem do lado da praça, a rua [SUPRIMIDO], a rua [SUPRIMIDO] e a rua [SUPRIMIDO]. Quatro ruas: a rua [SUPRIMIDO], a rua [SUPRIMIDO] que começa lá no mercado e vai até a Avenida Brasil, a rua [SUPRIMIDO] e a rua [SUPRIMIDO] são apenas quatro ... eles entenderam a rua [SUPRIMIDO], seria a quinta rua ... não faz parte. Também tem a rua [SUPRIMIDO], que também fazia parte da [SUPRIMIDO], ainda faz e eles simplesmente se separaram, eram seis ruas, basicamente seis ruas, tá entendendo? Na verdade, tem também a rua do colégio Gutenberg, acho que [SUPRIMIDO], mas como a rua do colégio Gutenberg já é uma rua por si só separada, não é ligada, tá entendendo ... a gente nunca ..., mas ela, pelo estatuto da [SUPRIMIDO] fazia parte também. Até aquela outra rua [SUPRIMIDO] também é da [SUPRIMIDO] também. Então, tudo isso foi contemplado, pela [SUPRIMIDO], tá entendendo? Mas eles simplesmente ficaram no seu núcleo ali, não quiseram saber de ninguém, não consultou ninguém, não deu nenhuma satisfação, tinha gente dessa época da [SUPRIMIDO], tinha gente nova, muita gente nova que não é da época da [SUPRIMIDO], na praça [SUPRIMIDO] tem gente nova mas tem gente antiga também, que poderia ter procurado saber, *pô, isso aqui é uma praça, foi a [SUPRIMIDO] que fez essa praça. Por que que agora a gente vai renegar a associação de moradores?* Na verdade Saulo, existe um ditado que fala assim ó: há males que vem para bem. É um ditado popular, mas tem um ditado que se aplica aqui nesse caso que eu vou falar... há bem que vem pro mal. A sede da [SUPRIMIDO] ia ser na praça [SUPRIMIDO], porém, na época, em frente à casa do presidente da [SUPRIMIDO] tinha um terreno. E ele era muito esperto, um cara negro chamado Nego, o nome dele ... ele era muito esperto, muito ativo, procurou... ele tinha muito conhecimento com as autoridades na época, com a prefeitura e ele procurou saber de quem era o terreno e conseguiu descobrir que era do governo. E ele conversou com o governo e o governo cedeu o terreno para a [SUPRIMIDO]. Só que essa rua que ele mora é muito separada, acho que é a rua [SUPRIMIDO]... essa rua ela é muito separada pela própria configuração dela, começa na

Estrada da Água Branca e termina na Avenida Brasil e não tem muita ligação com a gente, tá entendendo... então muita gente nem sabia onde era a sede da [SUPRIMIDO] e foi feita uma sede própria. Na época todo mundo gostou e achou que foi um bem que veio pro mal..., mas, hoje em dia, a gente vê que foi... aliás, foi... é... foi um mal que veio para o bem, há males que vem para o bem, né? Então na época a gente achou que foi bom... mas na época a gente... foi um bem que veio pro mal porque se fosse feita a sede na praça [SUPRIMIDO] conforme foi a primeira proposta, ia ser uma coisinha pequena, uma salinha com banheirinho só, não é um prédio. Só uma salinha com banheirinho, era essa proposta, tá entendendo? Aí quem quisesse ir no banheiro rapidinho tinha um banheirinho, até para as pessoas que estivessem trabalhando na associação, e uma salinha só, coisa pequena. Porém, apareceu esse terreno, e então não foi feita. Então ele simplesmente... tem gente que nem sabe, nem nunc passou perto da sede da [SUPRIMIDO], porque ela realmente ficou muito escondida, tá entendendo? Esse foi um detalhe que propiciou essa desunião, tá entendendo... se a sede fosse na praça não teria essa desunião. Então na época, se fossem pessoas com uma certa consciência de coletividade, de irmandade e de patriotismo, iam conversar com todo mundo, tá entendendo? Ia conversar... não... vamo fazer, tal. Mas o fato de... da associação não ser mais aqui... e outra coisa também: os líderes que fundaram essa associação morreram, e os novos, não vou dizer líderes, são apenas pessoas que ocuparam o cargo e não tem o espírito de liderança, mas que porém tem o meu respeito porque eles aceitaram colocar o nome para ocupar o cargo. Eles não são tão qualificados como líder, mas botaram os nomes deles lá, aceitaram serem... estarem lá na direção da associação. Eles não são atuantes, mas também não merecem críticas porque ninguém quer, ninguém quer. As pessoas não gostam de se expor, as pessoas gostam muito de ficar com a sua zona de conforto e não querem se expor, pra não ter problema, tá entendendo? Aí acontece esse individualismo das pessoas, e é isso que acontece, tá entendendo? Isso aí caracteriza a falta de consciência cívica das pessoas, tá entendendo? É... eu penso que... que depois da democratização... antes da redemocratização do país, ou seja, antes de 1989, existia um forte apelo popular por democracia porque se considerava ditadura, tá entendendo? O último ditador foi em 1985, o presidente João Figueiredo. Mas depois entrou um cara que não era general, não era nada, mas ele não foi eleito pelo povo, foi eleito indiretamente pelo colégio eleitoral. Não era um cara ungido pelo voto popular, então o pessoal considerou que a ditadura não tinha acabado. A democracia realmente só se instalou quando teve eleições diretas, em 1989, depois de vinte e nove anos sem eleições. A penúltima eleição havia sido em 1960, ficou vinte e nove anos sem o povo brasileiro votar para presidente. Então teoricamente, a democracia veio de fato em 1989. Só que, o povo ficou, meio que... esqueceu esse lance, essa luta... e o povo, na minha opinião particular, não foi democracia, foi uma anarquia. E não foi uma liberdade, foi uma libertinagem, na minha opinião, tá entendendo? Então esse é o legado de vinte e um anos de ditadura e cinco anos de um presidente que não foi eleito. Você sabia que a democracia antes era tão perfeita, na minha opinião, tão melhor, que você votava no presidente e também votava no vice? Depois, agora não... agora a democracia está pior porque o vice-presidente não é eleito, tá entendendo? E se o presidente morre você vai ter um presidente que não foi eleito pelo povo, conforme você teve um Itamar Franco que não foi eleito e um José Sarney que não foram eleitos pelo povo... e também o Michel Temer. O Michel Temer quase não consegue ser deputado, quase que não consegue ser deputado... o Itamar Franco antes de ser presidente se candidatou ao governo de Minas Gerais e não passou, não conseguiu. Olha só... o cara não conseguiu ser governador de Minas e foi ser presidente do Brasil. É um paradoxo, tá entendendo. É um paradoxo... Então, para mim, a democracia antes era melhor porque você votava no presidente e votava no vice..., mas, são coisas da política. Então o povo brasileiro está assim enojado da política, antes havia uma esperança... *eu quero democracia, eu quero acabar com a ditadura e tal...* conseguimos a democracia, mas não foi democracia, foi anarquia. Para mim é uma anarquia isso aqui. Para mim não há liberdade, há libertinagem.

Inclusive tu vê por aí o que está acontecendo, os valores aí, então o povo tá meio lerdo, esse sentimento de irmandade a ponto de uma associação se desfazer já acabou. É cada um pra si, individualismo. O povo está experimentando muito uma dose individualismo. São poucas as pessoas que ainda querem lutar pelo bem comum, pela coletividade, tá entendendo? E no geral do povo, existe claro os líderes, os políticos, né, que lutam ainda..., mas no geral do povo, não tem isso. É cada um olhando para o seu próprio umbigo, para sua zona de conforto, eu quero saber de mim e da minha família, mas se ele não cuidar, um familiar dele pode ser vítima e ele mesmo pode ser vítima do sistema, aí, né. Basta ele botar o pé na rua e acontecer alguma coisa, tá entendendo. O ideal seria esse. Muita gente foi contra... ah, sou contra, sou contra... pô cara... teve uma pessoa aqui que falou comigo: *eu sou contra fechamento!* Cara, tem que ser igual os Estados Unidos? Aqui não é os Estados Unidos! Nos Estados Unidos as casas não têm muros, você não se preocupa com segurança? Então está entrando em contradição, pra quê esse muro aí na tua casa? Qual é o objetivo desse muro... se você acha que tem que ser tudo aberto? Por que você fez um muro na sua casa? Por que tu não fez igual nos Estados Unidos e deixou sua casa sem muro? Aí ele ficou quieto e sem argumento. Quer dizer, ele é contra o fechamento das ruas, e é contra inclusive aos quebra-molas... quebra-molas... tudo... teve um cidadão que falou isso pra mim. *Mas aí tem que ser igual nos Estados Unidos, mas você botou muro na sua casa. Qual é o objetivo de você fazer muro na sua casa? Por que um portão? Pra quê passar chave no portão? Deixa logo aberta, pô...*, mas ele não... ele tranca a casa, fecha o portão... ele quer segurança. E por que não quer segurança de grade e portão, tá entendendo? Ele quer que seja igual os Estados Unidos, mas não é pô! Pode ser que daqui a muitos anos seja igual os Estados Unidos, mas não é..., mas aí, o que fazer? Tentar convencer uma pessoa que já não é nenhuma criança? Não... aí é melhor tu largar e dizer: *pai, perdoa, ele não sabe o que diz* (risos).

Saulo: O senhor falou sobre a associação de moradores e sobre coletividade. Aproveitando esse assunto eu pergunto: o fechamento foi uma demanda coletiva ou de apenas um grupo de pessoas? Como ocorreu?

Manoel: As pessoas, por serem vítimas de assalto estavam todas incomodadas. Várias pessoas aqui perderam celular, vários moradores perderam celular, automóvel... uma época foi feito levantamento e várias pessoas apresentaram BO com ocorrências, roubaram carro no dia tal... vários moradores tiveram carro roubado aqui dentro, fora celular e assalto à mão armada, né... então as pessoas se sentiram inseguras. O principal motivo foi esse, tá entendendo? Então, quando foi observado que ali eles, ali na praça [SUPRIMIDO] eles se separaram e começaram a fechar, a fazer o fechamento deles, tá entendendo... é... eu particularmente, eu particularmente... poxa, eles não querem saber de conversa com a gente... então, disseram que a rua [SUPRIMIDO] era via de acesso, não podia ser fechada. Mas a rua [SUPRIMIDO] não é via de acesso porque não passa ônibus e nem tampouco van, tá entendendo? Não pode ser via de acesso. A rua [SUPRIMIDO] é igualzinha a rua [SUPRIMIDO], a rua [SUPRIMIDO], tá entendendo? É rua residencial. É claro que muita gente usa a rua [SUPRIMIDO] pra cortar o caminho ... o cara que vem da Avenida Brasil para pegar a Água Branca pegava a rua [SUPRIMIDO], mas não é uma rua fundamental para o acesso, o acesso principal são aquelas ruas que passam ônibus, aquela rua lateral da Avenida Brasil que é Avenida Brasil também que é de paralelepípedo, a rua Doutora Maria Estrela que é a rua do canal, a Estrada da Canela Preta ... essas são ruas de acesso, que jamais podem ser fechadas. Passa ônibus, impossível ser fechada. Mas a rua [SUPRIMIDO] não, tá entendendo? Então pode ser fechada sim, igualzinho a [SUPRIMIDO], igualzinho ali na [SUPRIMIDO], pode ser fechada sim. Aí eu, particularmente, comecei um movimento para orientar as pessoas e fomos na décima sétima região (administrativa)... primeiro procurei a associação. Porque o bairro tem uma associação... e eles renegaram a associação. Mas nós da [SUPRIMIDO] não renegamos, fomos lá e conversamos com... é, é... eu redigi um texto explicando a situação, se quiser está aqui para você ler... para o presidente da décima sétima região administrativa ... não é presidente, é

diretor, né... dá décima sétima região administrativa, o nome dele na época era Adilson se não me engano... Adilson Ribeiro de Lima. Então, foi redigido um texto contando a história do problema. Então ele orientou que fizesse um abaixo-assinado. Foi feito o abaixo-assinado, todos os moradores é ... solicitaram e endossaram esse pedido, que o diretor da décima sétima região administrativa encaminhou para a CET-Rio, que é com a CET-Rio, Companhia de Engenharia de Tráfegos ou fechamento de ruas... e ficamos no aguardo, com o ofício encaminhado pela décima sétima região administrativa, a região administrativa do bairro, 17ª R.A, na rua Silva Cardoso... ela encaminhou esse ofício à CET-Rio solicitando o fechamento da rua [SUPRIMIDO], os acessos da rua [SUPRIMIDO] que vem da Avenida Brasil, esse era o nosso objetivo. E ficou na internet, eu fiquei acompanhando e eles não respondiam, eles não responderam. A CET-Rio não deu uma resposta positiva e nem negativa, eles simplesmente ficou o tempo todo... só que nesse período houve um assalto à lanchonete da Srª Ellen, e esse assalto ali traumatizou muito os moradores, foi muito tiro, foram quatro bandidos trocando tiros, um tiroteio que duro até algum tempo e eu soube que houve até morte de um dos bandidos. E um outro morador reagiu ao assalto e foi baleado, ficou no hospital e o povo ficou muito traumatizado. Então cara, esquece a CET-Rio, vamos fazer o que todo mundo tá fazendo, fechar por conta própria, conforme na praça [SUPRIMIDO] fizeram isso por não terem autorização, nem no Ponto Chic, em lugar nenhum. A CET-RIO não dá autorização para ninguém. Porque a CET-Rio, rua pública do governo, não pode ser fechada. Porém, ela não tem argumento para mandar abrir, porque se ela manda abrir ela está contra os moradores e a favor da bandidagem. Claramente a favor dos bandidos, tá entendendo? Pra quê abrir? Nenhum morador, ninguém tá pedindo para abrir. Só quem se interessa que fique aberto é o bandido. Então a CET-Rio não pode ser contra os moradores e a favor da bandidagem, que o grande interesse de ficar tudo aberto é da bandidagem, tá entendendo... então, a CET-Rio nunca incomodou ninguém, nunca teve nenhum motivo para a CET-Rio mandar abrir, tá entendendo? Porque... já pensou ela manda abrir, vem um bandido e mata um morador porque está aberto... aí o pessoal; *tá vendo... antes estava fechado e o bandido não entrava, agora que o senhor mandou abrir vai devolver a vida do morador?* Nenhuma pessoa em sã consciência assina pedido de abertura das ruas... o cara tem noção, não pode... então é isso que acontece, então está nesse pé. A CET-Rio não manda, não tem autorização, ela não tem consciência de mandar abrir. Não tem argumento. Se ela mandar abrir é por ser a favor de bandido, tá entendendo? É isso que está acontecendo. Então fica assim... a gente está... na minha opinião melhorou... você perguntou se teve melhoria e na minha opinião melhorou quase 100%, muito próximo dos cem por cento melhorou. Criança brinca na rua a qualquer hora, a rua não é totalmente fechada porque é uma rua do governo, conforme a praça [SUPRIMIDO] não é totalmente fechada, eles têm um sonho de ser condomínio. Mas coisa do governo não pode virar condomínio, é público. Mas por lá ser uma situação um pouco diferenciada, a rua [SUPRIMIDO] tem uma escola pública que é de grande fluxo de pessoas, mas lá também tem igrejas, tem comércio e tem a praça pública que é de acesso a qualquer cidadão. Inclusive pessoas desconhecidas, principalmente pessoas desconhecidas. Então a situação da praça [SUPRIMIDO] é igualzinho a da [SUPRIMIDO]. A da [SUPRIMIDO] é um pouquinho diferente por ter uma escola, não tem uma praça, mas tem uma escola. A escola é de acesso ao público? Inclusive gente estranha! Mas a praça [SUPRIMIDO] também é de acesso ao público, inclusive gente estranha. Então a situação é igual, não vejo diferença, sendo que nós, particularmente não fizemos portão para pedestres. Aqui os três portões não têm portão de pedestres, tem portão para carro e moto, o objetivo foi coibir. O pedestre não tem portão, é 24 horas aberto. Só não pode vir moto e carro... é isso aí.

Saulo: Como foi o processo de instalação das grades/portões? Ocorreu através de algum financiamento privado coletivo (vaquinha)?

Manoel: Foi uma arrecadação entre os moradores. Uns deram mais, outros deram menos, uns não deram nada, mas isso faz parte, cê tá entendendo? Até em condomínio as vezes acontece

isso. Tem morador que não paga, tá entendendo. Então aqui, muitos deram dinheiro, outros não deram, tá entendendo. Mas isso é normal... isso é normal acontecer. Então graças a essa cotização foi comprado o material, e alguns poucos moradores trabalharam, poucos... pouquíssimos moradores trabalharam... deram sua mão de obra. Quase... muitos poucos moradores trabalhou.

Saulo: Qual é a sua percepção sobre a Cidade do Rio de Janeiro e especificamente sobre o bairro de Bangu a respeito das questões relativas à segurança?

Manoel: Ah... nosso bairro aqui... depois do fechamento aqui na rua, conforme te falei ficou muito melhor. Agora no Rio de Janeiro em si, o bairro de Bangu é conforme todos os outros bairros, da maioria do Rio de Janeiro, cercado por comunidades, né. Que tem esse nome comunidade, mas eu continuo chamando de favela, tá. Eu não sei porque abandonaram o nome favela e falam comunidade. Comunidade na minha opinião é onde tem pessoas comuns. Aqui na rua [SUPRIMIDO] é uma comunidade, na rua... na praça [SUPRIMIDO] é uma comunidade, na (avenida) Vieira Souto é uma comunidade... onde tem gente, pessoas comuns, é uma comunidade. Mas... trocaram... botaram o nome comunidade exclusivamente para as pessoas da favela. Não sei por que, nunca pesquisei sobre isso. Eu prefiro chamar de favela... favela denota coisa sem ordem, cada um pra si, tá entendendo. Favela é isso, agora, comunidade não. Comunidades são ruas, que tem casas, tá entendendo. Lá também... a favela é uma comunidade. Mas as ruas que tem casas e pagam impostos também são comunidades... não sei por que. Então, o bairro de Bangu é cercado por... vou botar favela... não vou botar comunidade. Favelas como Vila Aliança, Vila Vintém, e outras mais por aí, tá entendendo... Vila Kennedy... inclusive, é... comunidades que foram feitas pelo governo, como Vila Kennedy, que eram bairros projetado por engenheiros na prancheta e o governo deixou virar comunidade. O Conjunto Dom Hélder Câmara [Câmara], que é de Padre Miguel, foi o maior conjunto habitacional da América Latina, virou uma favela que chamam de comunidade. É uma favela... porque quando não tem ordem, não tem lei, é favela. O que caracteriza uma favela é isso: a falta de desrespeito à lei. Por exemplo... cara faz a casa do jeito que ele quiser... por exemplo... eu lembro que esse conjunto (Dom Jaime Câmara) aí foi construído em mil novecentos e sessenta e OITO, o conjunto Dom Hélder Câmara. Existia o conjunto antigo do IAPC [IAPI] de Padre Miguel, e existia os terrenos vazios em Padre Miguel, era só campo de futebol. Em 1968 o governo militar promoveu esse conjunto habitacional. Só que ele não colocou associação, conforme nos prédios particulares fazem... condomínios. Ele erroneamente fez as casas e entregou, tá entendendo. É a mesma coisa que o cara botar filho no mundo, não cuidar, não der educação. Então ele não botou... deixou as pessoas fazer as obras... porque o ser humano gosta de fazer obra pra melhorar. Mas as vezes ele tá fazendo uma obra errada. Então tem prédio que descaracterizou a fachada porque o cara fez puxadinho e já tem outro prédio na frente, tá entendendo. Tem prédios que o cara fez tendinha para vender bebida, fez lojinha, fez até oficina de carro no apartamento térreo, eu já vi. Isso pra mim é uma desordem, tá entendo. E na minha opinião o culpado dessa desordem é o governo. Se ele construiu, ele botava diretrizes e nomeava uma associação. Qualquer obra tem que ser autorizada... porque quando tu compra um apartamento em um prédio particular, tu não pode fazer obra. Pode fazer uma coisinha discreta assim, interna... mas tu não pode fazer obra no seu apartamento, principalmente externamente... e ali pode, e por quê? Porque o governo é que nem um pai que bota filho e não toma conta da criança. Então, na minha opinião, essa desordem, do conjunto habitacional aqui, de Padre Miguel, o conjunto Dom Hélder Câmara ela está em desordem graças ao governo, não é das pessoas... não é das pessoas... as pessoas são como crianças, né ... vão fazendo e vira uma terra sem lei. Não só aqui como em outros... isso é a característica do Rio de Janeiro, tá entendendo. Todos os conjuntos habitacionais feito pelo governo... e a Vila Kennedy também... no caso da Vila Kennedy não é prédio, é casa, né... conforme a Cidade de Deus... aliás, a Cidade de Deus foi feita na mesma época que a Vila Kennedy por um governador chamado Carlos Lacerda, tá entendendo? Para acabar com as

favelas ele fez um montão de casinhas, mas não botou ordem e aí virou favela também. Ele acabou com as favelas em certos lugares, mas criou outras favelas. A ideia não era criar favelas, mas ele tinha que tá presente, tá entendendo. Botava... a primeira coisa... fazia um prédio... *olha qualquer coisa... qualquer coisa tem que dar obediência a essa associação aqui...*, mas, ele não fez isso, tá entendendo. Então na minha opinião não é o povo o culpado. O culpado é os dirigentes da nação.

Saulo: Você disse que a segurança melhorou após a instalação dos portões. Acredita ainda ser possível perceber áreas inseguras ou perigosas no bairro ou em outros lugares da cidade?

Manoel: Ah... eu evito entrar... é que o pessoal fala comunidade..., mas eu evito entrar nas favelas. Por exemplo: conjunto habitacional de Padre Miguel, eu só vou... passo ali... as vezes eu vou por um caminho mais longo. Porque se eu pegar um caminho mais curto, eu posso estar entrando no meio da comunidade... favela, né? Por exemplo, eu saindo aqui do meu local, se eu quiser ir para Padre Miguel eu não posso pegar a rua... a famosa rua I (rua Arari). Inclusive a rua I está bloqueada com barricadas. *Ah, mas por que as barricadas?* Porque, infelizmente, eu não sei por que o comandante do décimo quarto... a gente sabe o porquê, mas... era simples chegar duas horas da madrugada e tirar as barricadas. Ele chegava com uma tropa de policiais bem armados e arrebentava as barricadas. Por que ele não faz isso? Aí o pessoal... *ah, porque é conivente...* aí é um problema político, que tinha que ter uma força, tá entendendo... então a rua é bloqueada por barricadas e você nem pode ir. E se você entrar, tu vê nitidamente bandidos armados... bandidos armados, tá entendendo? Com armamento, com pistola, com fuzil eu nunca vi mesmo porque eu nem passo. Então evito sim, vou pra um lugar mais longe... eu por exemplo, pego aqui a (estrada) Porto Nacional e vou lá onde tem a clínica da família pra poder ter acesso à Padre Miguel. Não posso pegar uma ruazinha porque vou entrar num território que é dominado por bandidos. Aí eu evito.

Saulo: A respeito da autorização para o fechamento, você havia comentado que fez uma solicitação junto à subprefeitura de Bangu e foi encaminhado para a CET-Rio?

Manoel: É... a décima sétima região administrativa (XVII R.A Bangu) encaminhou o pedido feito pela associação de moradores para a CET-Rio e ficamos aguardando. A CET-Rio não se manifestou e teve esse... esse crime aqui na lanchonete ali da Ellen ... e depois desse crime não esperamos mais a CET-Rio... *não vamos esperar a CET-Rio, vamos fazer o que todo mundo faz, fechar por nossa conta...* então o pessoal falou isso... todo mundo QUIS, eu não fiz nada... aliás eu, particularmente, nunca fiz nada no meu nome, sempre no nome da associação de moradores que é uma associação reconhecida e legalizada pelo governo. Lá na [SUPRIMIDO] eu não sei o que eles fizeram, nunca conversei, nunca conversaram comigo, não quiseram papo com a gente daqui. Eles simplesmente... eles são eles e nós somos nós. Eles literalmente se separaram.

Saulo: Quanto tempo vocês esperaram pelo parecer técnico da prefeitura para iniciar o fechamento da rua?

Manoel: Eu tenho a data aqui... o encaminhamento foi feito aqui... começou tudo... aqui o número de protocolo ó [SUPRIMIDO]... olha a data aqui, tudo começou no dia quinze de março de dois mil e dezessete, foi encaminhado isso à CET-Rio. Agora, não teve resposta... não teve resposta, tá entendendo... não teve resposta e até hoje não responderam nada. Foi feito até desenho aí, tá vendo? Foi feito desenho, várias pessoas assinaram o abaixo-assinado... as pessoas querendo o fechamento da rua, foram os moradores, decisão unânime... unânime dos moradores. Isso aqui é fotos de outros lugares... isso aqui é em Nova Iguaçu, tá entendendo... então, respondendo a sua pergunta: em março (de 2017) foi pedido o fechamento, (a CET-Rio) não se manifestou, e depois desse assalto que eu não me lembro qual foi o mês... deve ter sido em maio por aí... em março... acho que em maio teve esse assalto aí, que deixou os moradores

muito traumatizados porque foram muitos tiros, então falou... *ó, só tem uma solução: fechar. Vamos fechar na marra. Não vamos mais esperar. Então, é pra fechar.* Os moradores fizeram vaquinha, arrecadou-se dinheiro, foi comprado o ferro e uns três ou quatro, cinco moradores no máximo participaram ativamente. Pagou o que podia pagar, mas alguns moradores meteram a mão na massa, na obra para fazer..., mas... poucos, poucos moradores se apresentaram para ajudar e muitos moradores não contribuíram com nada, tá entendendo?

Saulo: A barreira instalada próxima à Avenida Brasil parece ter encurtado a rua. Antes o portão não era mais próximo da esquina? Caso não seja mera impressão, houve algum motivo para que essas grades fossem mudadas de lugar?

Manoel: Quando os portões foram instalados em 2017 existia uma indústria no final da rua, uma fábrica multinacional, se não me engano italiana... era uma fábrica de fogões. E, como a fábrica ficava muito próximo, foi procurada a direção da fábrica... e ela, como o portão ia ser feito ali... o diretor da fábrica pediu para ficar mais pra lá (após o portão da fábrica) porque eles não queriam contato com a Avenida Brasil. A verdade é que o pessoal da rua [SUPRIMIDO] não quer contato com a Avenida Brasil. Porque tudo de ruim vem da Avenida Brasil. Inclusive os funcionários da fábrica eram muito assaltados, tá entendendo. Então nós botamos o portão pra lá (na esquina com a Avenida Brasil). Só que quando chegou em dois mil e vinte, antes da pandemia, em 2020... tem aí, a data aí... essa fábrica se mudou, tá entendendo? E houve a informação que ia fazer um conglomerado de apartamentos... tal... foi uma notícia assim não oficial, né. Porque a fábrica saiu e o dono daquilo lá ia transformar em um conjunto habitacional. Aí..., mas, poxa... os caminhões vão vir pela Avenida Brasil, vai ser uma bagunça danada e não vai conseguir colocar o portão fechado. Então conversou-se e a solução foi trazer o portão para cá... que aí se os caminhões vierem fazer essa obra que diziam que ia ter, eles vão vir pela Avenida Brasil que é o principal acesso. Apesar da fábrica ser na rua [SUPRIMIDO], o principal acesso dela é a Avenida Brasil. Então deixamos o portão para cá, quer dizer, a fábrica tem acesso só pela Avenida Brasil, tá entendendo? E até hoje o tal conjunto habitacional não aconteceu, até hoje a fábrica não foi alugada para mais ninguém, está fechada lá, tem gente tomando conta, né... se não o pessoal invade... e tá tudo tranquilo. O pessoal até gostou porque ficou mais seguro, ficou mais seguro ainda. O portão mais pra cá ficou mais seguro. E, quem tomou a frente disso, que procurou o mapa da associação para mostrar que a associação representa os moradores da rua [SUPRIMIDO]... ela tem um CNPJ ativo, nunca ficou inativo, a [SUPRIMIDO] nunca ficou inativa, sempre ativa... então, essa transferência do portão foi feita por isso aí, tá. A ameaça de uma obra que traria transtornos... imagina caminhões passando aqui na rua... o portão não ia ficar aberto, concorda? Porque o principal acesso é Avenida Brasil. Eles iam abrir o portão e iam procurar fechar? Não! Iam acabar perdendo cadeado e aí ia passar carro outra vez... aí o portão ia quebrar... porque ia abrir e fechar, abrir e fechar... ia quebrar, tá entendendo? Então, trazendo o portão pra cá eles podem fazer a obra que quiserem. Se eles quiserem um dia participar da rua [SUPRIMIDO] para poder ter acesso à (Estrada) Água Branca, é fazer outro portão. Então teriam dois portões: um com acesso à Avenida Brasil e outro com acesso à Água Branca, tá entendendo ... e um portão com cadeado no meio. Aquele portão não é aberto, nunca é aberto. Desde que foi fechado nunca mais é aberto. Porque as pessoas que tem o acesso à Avenida Brasil... só o terceiro portão é que tem... tem uma empresa de caminhões que só pode vir pela Avenida Brasil. Essa empresa é antiga e não pode vir pela Estrada da Água Branca porque os caminhões são altos e arrebenta fio. Por esse motivo eles não podem vir pela Estrada da Água Branca e abriu uma exceção para essa empresa vir pela Avenida Brasil e a responsável por essa empresa é a que tem a chave desse portão, pra poder ter acesso, tá entendendo. Então só exceção para ela. Porque se os caminhões com contêineres vierem pela Água Branca vai arrebentar fio como já aconteceu no passado.

Saulo: O senhor comentou sobre a possibilidade de avaria no portão caso ele ficasse sendo aberto. Dessa forma, eu pergunto: em caso de quebra ou destruição, quem se responsabilizaria pela manutenção das grades instaladas?

Manoel: Como precisa de uma manutenção, conforme está precisando recentemente, pede-se às pessoas, sai de porta em porta pedindo. Mas, das pessoas que se pede, quase ninguém colabora. Acaba que os poucos que colaboram ficam sobrecarregados, são pouquíssimos que colaboram. Outras pessoas não querem... *ah, hoje eu não quero, hoje não tenho, vem amanhã...* quem está à frente de pedir acaba desistindo. E acaba ele botando do próprio bolso. Isso acontece aqui, tá entendendo... então precisa de manutenção, porque tudo precisa de manutenção ... mas aí acontece isso e isso se deve a um certo desgaste. Aqui na verdade não tem uma unidade. Infelizmente aqui a maioria das pessoas não querem conversar muito... querem só ficar na sua zona de conforto e ver o resultado, mas não querem ter a consciência de coletividade salvo raríssimas exceções... raríssimas exceções que tem essa consciência de coletividade e que procura se interessar. A maioria fica na sua zona de conforto, esperando acontecer, porque é uma característica da cultura do povo brasileiro com esse sistema de governo, né.

Saulo: Viver em uma área fechada trouxe algum impacto para o seu cotidiano?

Manoel: O ideal não seria isso... se preocupar com medidas de segurança para crimes, né... uma coisa é você se preocupar com medidas de segurança contra acidentes. Agora você se preocupar com medidas de segurança contra crimes é uma coisa ruim para uma sociedade, tá entendendo... é uma coisa ruim, tá entendendo? A segurança é importante, mas segurança para acidente. Agora segurança para crimes não seria o ideal. O ideal seria uma sociedade onde as pessoas não tivessem esse tipo de preocupação e porque isso é a história do Brasil, né... aí você, se você procurar saber o porquê disso, tu vai ver a política do Brasil, tá entendendo... e aí, tu acaba entrando na história do Brasil, porque o Brasil chegou nesse ponto, tem países que não são assim. Países inclusive da época do Brasil... aí tu vai fazer uma análise histórica... se for na internet tem as respostas. Por que os Estados Unidos que são só oito anos mais velho que o Brasil, ele conseguiu o nível de evolução e o Brasil não? Aí tem a resposta para isso. Tem que ser a história... aí tem que pesquisar ou eu vou estar falando coisa que tem na internet pra se ver. Os professores de história sabem a resposta... porque o exemplo é esse: por que os Estados Unidos, oito anos mais velho de o Brasil... mil quatrocentos e noventa e dois, dia três de outubro foi descoberta a América... e o Brasil vinte e um de abril, né... vinte e dois de abril de mil e quinhentos, diferença de oito anos. Por que o Brasil ficou nesse estágio e a América não? Aí tem a resposta na história. Eu sei a resposta, mas não vou ficar... o objetivo aqui não é dar aula de história, né? (risos)

Saulo: Conforme o senhor sabe, existe outra área fechada a poucos metros daqui. É possível se deparar neste outro local com restrição de acesso, às vezes durante todo o dia, em outras ocasiões no período que compreende das 22:00 às 06:00. Sabe dizer se houve algum tipo de conflito relacionado ao uso da praça pública da região?

Manoel: Conforme você falou, o acesso é livre para as pessoas. Nós aqui da rua [SUPRIMIDO], eu particularmente me preocupei em não fechar para pedestres... não fechar entendeu? Porque eu entendo que o principal objetivo era fechar pra bandidagem. E a bandidagem tem uma arma poderosa que é o veículo... muito mais poderosa que a arma de fogo. Foi o que eu falei: a arma de fogo pode ser de brinquedo, o veículo não pode ser de brinquedo... então o nosso, o meu objetivo particularmente, porque eu fui o mentor dessas ideias, foi fechar para o bandido não entrar, tá entendendo ... e isso não só de dia quanto à noite, tá entendendo... porque eu entendo que o tipo de grade que eles ali fizeram é pra condomínio. Como eu particularmente sei que aquilo nunca poderá ser um condomínio, eu achei bobagem fazer aquelas grades com tantos ferros. Nosso portão, nossos três portões, foram feito rápido. Eles

levaram três anos juntando dinheiro. O que eles levaram três anos nós fizemos em seis meses. Começamos em março e em setembro tava pronto, tá entendendo... por que? Porque os nossos portões foram mais baratos. Mesmo porque eu meti a mão na massa com poucos outros moradores também que ajudaram, mas muito poucos. Mas, lá não... e eles fizeram o portão mais caro, eles contrataram empresas para fazer isso... então saiu caro... e eles também fizeram como se fossem para condomínio. Eu particularmente não visualizei a ideia de condomínio, nunca visualizei. Eu tenho a consciência de que nunca vai poder ser um condomínio... eles não tiveram essa consciência, mas isso é problema deles. Agora o que eu vejo pra lá é gente ficar revoltada... o cara salta lá na Avenida Brasil onze horas da noite, se ele não tiver a chave dali tem que dar uma volta grande. Ou ele vem pela Avenida Brasil mesmo a pé se arriscando ou então também tem que vir pela Estrada da Água Branca. Eu já vi muita gente reclamando disso... e ameaçando que vai quebrar, que vai não sei o quê..., mas isso são pessoas assim que falam de forma individualizada e não tem essa atitude. Graças a Deus isso nunca aconteceu comigo. E as pessoas geralmente não quer, não querem arrumar briga. E as pessoas ficam revoltadas, mas engolem as revoltas delas e acabam dando a volta se arriscando. O cara por exemplo salta na Avenida Brasil, naquela passarela ali em frente ao motel depois de dez horas da noite, ele é obrigado a dar uma volta grande se quiser por exemplo vir aqui para a rua [SUPRIMIDO]. Ou ele vem pela Avenida Brasil que é mais arriscado ou pela Água Branca que também não é tão seguro, tá entendendo... e reclama..., mas antes não. Antes ele já pegava a [SUPRIMIDO]... e eu já vi as pessoas reclamando. Nunca aconteceu isso comigo, porque eu estou aposentado, não aconteceu de eu precisar disso, tá entendendo? E também se eu precisar chegar tarde na Avenida Brasil, como já cheguei, eu simplesmente pego um mototáxi ... eu pego um mototáxi e ele me deixa aqui no portão... o portão não tem chave, o portão não tem chave para pedestres e eu tô seguro. Comigo não tem problema, sempre tem mototáxi ali, entendeu? Mas já vi pessoas reclamando. Reclama, mas não faz nada. *Ah eu vou quebrar...*, mas nunca quebraram. Eu não sei se já quebraram também porque eu não procuro saber, não sei se já quebraram a fechadura, não sei. Se quebraram eu não tenho conhecimento.

Apêndice D: Transcrição da entrevista realizada com Fabrício

Quarta entrevista

Local: Bangu, Rio de Janeiro - RJ

Data: 04/08/2022

Hora: 21:15 às 22:20

Saulo: Qual é a sua idade, por favor?

Fabrício: 58 anos.

Saulo: O senhor mora a quanto tempo neste local?

Fabrício: 58 anos.

Saulo: Qual é a sua ocupação?

Fabrício: Sou policial militar da reserva.

Saulo: Você se recorda da data (ano ou ano aproximado) que este local foi fechado?

Fabrício: Eu acho que tem na faixa de cinco anos que a gente começou com o processo aqui.

Saulo: No caso começou o processo antes de serem instalados os portões?

Fabrício: Sim. Nós fizemos uma pesquisa, foi feito um mapa aéreo do local, foi feita uma petição junto à prefeitura aqui na regional nossa de Bangu, veio um representante de lá, um administrador ... nós queríamos à época abranger a rua [SUPRIMIDO] e a rua [SUPRIMIDO]... então ia ser desta forma. O que está hoje fechado em separado, estaríamos juntos com a (rua) [SUPRIMIDO], essa foi a ideia, tá? Mas o administrador não autorizou o fechamento da rua [SUPRIMIDO] e nem da [SUPRIMIDO] pelo fato de que são ruas que tem movimentos e ligação com a (Estrada da) Água Branca, (Avenida) Brasil, né... mas diferente da [SUPRIMIDO] que também tem a mesma ligação, mas é uma rua mais propriamente residencial. Inclusive na Araquém consta na prefeitura a passagem de ônibus, que tinha uma linha aqui antiga ... a linha 389 (Vila Aliança X Candelária)... lá (na prefeitura) consta ainda que o ônibus passa por aqui... interessante... então por conta disso eles não autorizam. Então a gente começou o processo, esse administrador autorizou ... deu a autorização verbal para que nós fizéssemos o fechamento e isso foi seguindo as petições nas secretarias ... urbanismo, de lazer, ambiental ... salvo engano são cinco secretarias. Essas três eu lembrei o nome, tá ... a última a nos dar a autorização, eu recebi a mensagem agora no WhatsApp, tava lendo enquanto você estava escrevendo, saiu agora no Diário Oficial a autorização. A última secretaria, que era a de urbanismo, autorizou e publicou em D.O, tá ... autorizou agora ... aqui ó ... *é com imensa alegria que comunicamos a todos os moradores da publicação no diário oficial de vinte e oito do seis, mês retrasado, a autorização da prefeitura para fechamento do Residencial Jardim*, entendeu? Então o nosso residencial hoje, segundo a prefeitura à época que a gente pediu ... aí tínhamos a autorização verbal como eu te falei. Depois, o até então prefeito Crivella ele autorizou o fechamento das ruas, eu vi no jornal Extra, tá... ele autorizou o fechamento das ruas no Rio de Janeiro por conta do governo do Estado não estar cumprindo o seu papel de segurança pública, tá... então ele autorizou. Com essa autorização o nosso processo fluiu. O que era até então uma autorização do administrador, é ele assinou... o administrador assinou e a gente deu é... como é que se diz... passos mais largos para a autorização aí você percebe o quanto demorou. Então, dia vinte e oito do seis (28/06/2022) agora nós tivemos a autorização publicada no Diário Oficial, tá.

Saulo: Então esse processo é de 2017?

Fabrício: Mais ou menos isso. Eu posso perguntar inclusive aqui ao nosso presidente da associação... que nós fizemos inclusive uma associação porque a [SUPRIMIDO] há muito tempo não se responsabiliza mais, vamos dizer assim. Eu posso confirmar da associação para te mandar e posso confirmar qualquer coisa que esteja faltando ainda... da data também que a gente deu início e eu informo para você.

Saulo: O senhor lembra do período que antecedeu o fechamento do local? No geral, como era a vida antes de fechar?

Fabrício: É, então... nós estávamos em uma condição que não podíamos mais parar no portão. Nós dois estamos conversando agora, muito bem aqui, se tivesse a minha esposa... batendo papo com churrasco, bolo. Aí, numa hora dessa você taria indo embora... a condição que nós colocávamos era: Saulo, não pare no portão pra conversar. Termine o assunto aqui dentro... quando chegar lá é tchau, entra no carro e vai embora. Era essa a condição que nós estávamos. O colega vinha me panhar aqui de carro para irmos pro quartel por volta das seis e meia da manhã. Um dia, seis e vinte e três mais ou menos, dois camaradas assaltaram seis pessoas aqui na esquina, esse horário. Aí o colega armado... ia ter troca de tiro, aí baleia alguém... mata alguém sem querer ... é aquela história que você já conhece. Aqui na [SUPRIMIDO], um rapaz que já faleceu... a filha dele de treze anos que estava no portão com o celular... parou um cara ou dois de moto, apontaram a arma pra a menina, pegaram o celular da menina ... e o pai saindo para trabalhar. Quer dizer, um cara grandão assim igual você, um negão forte... quer dizer, se ele sai no portão, dependendo da reação dele era alvejado. O nosso vizinho aqui, que é presidente, né, daqui... ele chegando em casa com o carro com compras, compras do mês com a esposa, o cara foi roubou compra, roubou carne, levou tudo... então são coisas que eu lembro. Então era essa a vida que a gente estava levando. A [SUPRIMIDO], a [SUPRIMIDO], como a [SUPRIMIDO], eles dão acesso Água Branca – Brasil, Brasil – Água Branca. Então era oportunismo. Tinha tanto oportunismo como a gente percebia... se nós dois estivéssemos ali no portão conversando, braços cruzados carro na porta, vidro arriado... quer dizer... passava uma pessoa a pé, de bicicleta, daqui a pouco vinha um cara e roubava o carro. Então havia também tipo olheiros, vamos dizer assim, né... *ó, tal rua, tal... entra e pega*. Não era oportunismo só, então era essa a vida. E a gente via que as ruas nossas estavam totalmente vazias, não tinha... você chegava uma hora dessa e não tinha mais ninguém na rua, não tinha mais vida. Nós estávamos presos dentro da nossa casa. Era assim ao que antecedeu o fechamento

Saulo: Além da questão da segurança, o senhor consegue dizer se houve outros motivos para a decisão do fechamento?

Fabrício: Foi só essa, não teve outra... não teve motivação de fecharmos e virarmos um condomínio. Até porque nós não podemos ser condomínio, tá. Aqui pode ser no máximo um residencial, certo? A ideia da associação foi para termos um CNPJ e virarmos uma pessoa jurídica... isso tem mais acesso junto à prefeitura, junto aos órgãos públicos, tá. Essa foi a ideia. Não houve nenhuma motivação tipo *vamos fechar para atrapalhar alguém...* porque muita gente pensou isso... estão nos atrapalhando... não, pelo contrário. Tanto é, como eu te falei, a gente queria abranger a [SUPRIMIDO] e a [SUPRIMIDO]. Eu tive... não se vai poder fazer parte da sua pesquisa... isso trouxe inimizades, isso trouxe discussões... discussões no sentido negativo da palavra.

Saulo: Discussões pessoais?

Fabrício: É ... eu sou cria daqui há cinquenta e oito anos, eu vim pra cá com seis meses. Vizinhos da [SUPRIMIDO] ficaram com raiva de mim porque eu não fui conversar com eles sobre o fechamento. Só que eu entrei à época no grupo que estava dirigindo o fechamento porque eu participei de uma reunião e tinham dois casais aqui da praça que estavam responsáveis. Eles fizeram o mapa aéreo que eu te falei, eles fizeram o abaixo-assinado, eles

estavam tendo enfrentamento com os vizinhos antigos por que eles eram, são vizinhos novos embora estejam anos aqui, mas não tem o mesmo tempo como eu tenho. Então eles tinham mais dificuldade de chegar até as portas pra pedir o abaixo-assinado, para que as pessoas assinassem. Então, eu nessa reunião, eu sugeri *gente, eu fico responsável por essa ponta da praça daqui pra escola...* aí um ficou com a [SUPRIMIDO]... então nós dividimos a responsabilidade de passar o abaixo-assinado, de buscar junto aos vizinhos isso, bem como a taxa que a gente recebe pra poder pagar os porteiros, pagar as câmeras, fazer a manutenção das coisas, né... e assim foi feito. Eu criei, eu tive pessoas que reclamaram... só que, por exemplo, pessoas da [SUPRIMIDO] que negara... *não quero! Não quero que feche a rua.* Como teve aqui na [SUPRIMIDO]. Só que uma minoria não pode ir contra uma maioria... a maioria estava a favor do fechamento devido ao problema de segurança. Único, né. Então nós conseguimos por isso, desta forma aí.

Saulo: Consegue notar alguma diferença entre o período anterior e posterior ao fechamento da sua rua?

Fabrício: Eu vou dizer para você que cem por cento. Hoje, que de cem por cento, de melhoria. Tivemos muito mais dificuldades depois do fechamento com vizinhos do que propriamente com pessoas alheias.

Saulo: Por que com vizinhos?

Fabrício: Porque aqui é um trajeto... ah, eu quero voltar lá trás naquela questão do urbanismo que foi a última secretaria a nos dar autorização... porque uma das quatro secretarias ou não veio aqui, ou deu uma resposta dúbia. Porque foi dado uma resposta ... eu acho que foi a secretaria de meio ambiente, né... foi a última que deu e estaria a favor se não fosse a praça e a escola dentro do fechamento. Só que se você reparar, a escola já estaria fora. Foi pedido para fechar a [SUPRIMIDO]. Uma vez que o administrador não deixou, nós refizemos o pedido retirando a rua [SUPRIMIDO] e a [SUPRIMIDO]. Então quem fez, não fez correto a resposta do meio ambiente, porque a escola não estava dentro. Só que, as esquinas tem portão social, que eles ficam aberto das dez da noite às seis da manhã, com aquiescência e autorização da prefeitura, que é um momento que a gente precisa estar dormindo não tem ninguém pra tomar conta, nós não podemos... não temos condições financeiras de botar porteiro em todas as esquinas, então foi levado isso para a prefeitura e tem conhecimento deles, tá bom? Então melhorou assim cem por cento. Nós conseguimos provar que a escola estava fora, e que tanto para a escola fora do fechamento quanto pra praça, o acesso não é proibido, entende? Não há visão da prefeitura que nós estamos tirando o direito de ir e vir das pessoas porque existe um horário grande para ficar aberto e existe uma portaria principal que você entra e sai a hora que quiser.

Saulo: E por qual motivo tem uma placa de identifique-se ao lado da guarita?

Fabrício: O identifique-se é mais para que o porteiro saiba o que você vai fazer. Se você disser *vou pra praça* ninguém pode te proibir de ir pra praça... não é, nós não temos esse direito, entendeu Saulo? Ali o identifique é só para o porteiro anotar a placa *ah, vai pra praça.* É só para nos dar segurança. A visão é esta. A visão não é te tolhir... a visão não é te envergonhar... a visão não é te impedir de fazer o que você quer. Se nós colocamos... vamos supor... como eu falei eu sou policial, eu sempre... a menina aqui se mostrou contrária por conta do negócio dela. Aí o outro se mostra contrário porque quer passear com o cachorrinho, aí o outro não sei o que... gente, não tem como você dar segurança sem trazer um pouco de constrangimento, vamos dizer assim, de insatisfação... você não tem como fritar um ovo sem quebrar a casca, não tem jeito. A gente vai... eu dava o exemplo da seguinte maneira, Saulo, como eu me sentia: eu era um passarinho solto. Aí tinha que procurar a minha comida, tinha que ter segurança, tinha que vigiar no portão na hora que você estava indo embora, não podia conversar. Eu não tinha... eu

tinha liberdade, porém tinha que vigiar. Hoje eu sou um passarinho dentro de uma gaiola: tenho comida, bebida, tenho segurança, tenho tal... mas eu não posso fazer como eu quero. Não posso pegar o meu carro e virar aqui na esquina da [SUPRIMIDO] para a Água Branca. Eu tenho que me deslocar até a portaria da [SUPRIMIDO] e sair. Eu tenho que esperar aquele transtorno as vezes de carro ali do mercado, eu tenho que esperar alguém entrar e sair, o que eu tinha mais facilidade, mais rapidez com a [SUPRIMIDO] e Água Branca, entrou e vou embora. Acessar a Brasil, ia aqui pra trás da minha casa e ia embora. Mas, para mim particularmente, assim está melhor de viver saio na Água Branca, saio à direita, à esquerda, Bangu, Realengo, Água Branca... aí pego a [SUPRIMIDO], ou pego lá na rotatória da Cancela e vou pra Brasil e sigo a minha vida. Mas o meu carro se quiser dorme ali. Hoje a gente tem esse tipo de conforto, posso dizer assim.

Saulo: O senhor comentou que alguns vizinhos não concordaram com o fechamento. Consegue dizer como foi a adesão das pessoas? Foi uma proposta exclusiva do grupo de moradores mais novos?

Fabício: Foi uma decisão da grande maioria independente de idade. Eu posso te dizer aqui na rua onde eu moro, duas famílias foram totalmente contra e o restante totalmente a favor. Como eu disse pra você a grande minoria que foi contra... a grande minoria. Nós tivemos quase cem por cento de adesão, quase cem por cento. Houve sim, Saulo, divergências do tipo *ah, eu quero que o portão social fique fechado vinte e quatro horas só com os moradores com chave*. Tudo bem, você é livre para dar a sua opinião, você deu sua opinião. Mas aí a prefeitura colocou as determinações dela, entende... não pode fechar vinte e quatro horas, os moradores tem que ter chave porque o horário que está fechado os moradores entram e saem pelo portão social, tem que ter uma portaria com porteiro vinte e quatro horas pra que as pessoas de fora possam entrar e sair livremente, entendeu... então teve pessoas que no portão ali, portaria principal, não queria porteiro mas queria controle remoto e aí fugiu à regra da prefeitura e a gente foi tendo esse tipo de resistência, digamos assim, passiva. Cada um dando sua opinião *ah eu queria assim; eu preferia assado; eu quero que o caminhão de lixo...* o caminhão de lixo entrava aqui por esse portão e derrubou o portão. Foi na hora de abrir, abriram com força e saiu do trilho. O pessoal da COMLURB na hora de abrir o portão, abriu com força, o portão saiu do trilho e caiu. Quer dizer, se tivesse um carro, uma criança próxima, ia se machucar. Não seria culpa do residencial, foi um acidente realmente. Aí o que acontece, o responsável tirou a chave do caminhão. Dá mais trabalho? Dá..., mas tudo em prol da segurança que o Estado não cumpre.

Saulo: Qual é a percepção do senhor sobre a Cidade do Rio de Janeiro e especificamente sobre o bairro de Bangu a respeito das questões relativas à segurança?

Fabício: Como policial, Saulo, eu vou me abster de dar uma opinião. Por quê? Porque dependendo de onde esse documento vá parar, o que acontece, se alguém entender que eu descumpri o regulamento eu posso ser responsabilizado, né ... agora como cidadão... como cidadão, Saulo, eu me sinto vulnerável. Um vizinho ou dois aqui, dois mais propriamente, dois, falaram: *pô, quê que adianta a gente fechar aqui? Quando a gente sair do portão, pra fora, a gente vai estar vulnerável do mesmo jeito* Aí a resposta foi: *nós não podemos fechar o Rio de Janeiro, cercar o Rio de Janeiro. Que a gente vai cercar o Rio de Janeiro e os bandidos vão tá dentro do mesmo jeito, né*. Porque, polícia militar, civil, federal, rodoviária, exército, marinha, aeronáutica, eles fazem esse fechamento e não conseguem resolver. Falei assim pra ele: *oh pelo menos enquanto a gente estiver dentro da nossa gaiola vai minimizar bastante*. Eles foram convencidos, entendeu? Porque você pegar hoje e pagar cento e vinte reais, você dividir por trinta dá quatro reais por dia. E a gente vai aqui no estacionamento do Bangu Shopping, fiquei lá meia hora que foi é doze reais, entende... e algo que não deveria, você faz compras e deveria ser liberado. Acho que tem até uma lei, uma regra, alguma coisa assim que eu não consegui isso até hoje... mas existe! Você vai colocar isso em prática no shopping, eles

te fazem esperar. Porque precisa ter a liberação da administração do shopping ... eu já vi isso acontecer, o pessoal ficou lá horas porque fez valer uma lei. Então nosso Estado, mais propriamente dito, a gente se sente vulnerável, a gente se sente negligenciado, constrangido, por quê? Você vai numa delegacia, após ter sofrido um roubo, um assalto... se você estivesse com um relógio ou cordão de ouro, a pessoa vai falar: *mas você deu mole ... você tá andando às quatro, cinco horas da manhã na rua tá dando mole*. Mas na hora do IPTU chegar, do IPVA chegar, na hora dos impostos chegarem, você cumpre com os seus compromissos, né. Não sei se vai valer aí para você alguma coisa, mas parece que teve isenção de IPVA dos dez últimos anos... então eu me senti como? Roubado! Porque eu paguei dez anos de IPVA, corro atrás pra pagar, divido, boto gás pra baratear, tá tudo bem... você vai dizer: *tá, você cumpriu com a sua obrigação. Você pegou estrada federal, estadual e ninguém te parou. Se te parasse estaria dentro...* cara, e se não parasse, né? Então, eu não posso conversar no meu portão? Nós estamos passando, Saulo, por algo que um professor meu de biologia em mil novecentos e oitenta e três, no curso de técnico de enfermagem, falou: *daqui há alguns anos nos vamos estar cercados iguais animais na jaula e os bandidos do lado de fora*. E já está acontecendo. Nós hoje precisamos nos cercar pra nos proteger e eles estão andando livres. Você não pode andar... você não pode dar mole, você não pode dar o dito mole na Água Branca. Porque eles não podem mais entrar, estão tendo oportunismo onde? Nas vias principais. Você está andando lá, parou para atender o celular o cara para e fala: *me dá*. É isso. Então, eu me sinto inseguro, constrangido, me sinto envergonhado por conta de tudo que a gente está passando.

Saulo: E dessa forma, o senhor considera, que existam áreas inseguras ou perigosas para além das vias principais do bairro? Percebe o mesmo em outras partes da cidade?

Fabrício: Nós estamos, Saulo, cercado por essas regiões, né. Só você citar, anotar aí as comunidades... as comunidades Vila Aliança, Vila Vintém, Batan, Selvinha, né... você está cercado por essas áreas, né. O próprio Jardim Bangu, Catiri estão... e detalhe Ponto Chic, Jardim Bangu tá tudo fechado as ruas. Então, como eu falei, a gente não pode resolver o problema todo. A gente tentou resolver parte do problema da nossa vida que é aqui. Você vai na praça, a praça é lotada hoje, a praça tem, vai ter aula de capoeira... teve um vereador aqui, época de eleição... é equipamento da terceira idade, tal... então, a gente está tipo assim progredindo. Tem a professora de educação física que tá dando aula pras pessoas aqui, entendeu. Então, a gente conseguiu melhorar o nosso ambiente, o que poderia ser dessa forma sem as ruas fechadas se nós tivéssemos segurança.

Saulo: O senhor citou o envolvimento de um vereador?

Fabrício: Ele teve aqui pra agora, por agora, e prometeu um equipamento de academia.

Saulo: E político aqui da região?

Fabrício: Eu não lembro o nome dele. Mas como o que está preso agora, o Jairinho, ele aqui também prometeu. Aquele piso, aquele retângulo de concreto, foi da gestão do Jairinho. Mas não foi pra frente. Ele enrolou, enrolou, enrolou, até ser preso. Mas já veio um outro... essa luz de LED, essas lâmpadas de LED, foi esse que botou. Só não sei o nome dele.

Saulo: O senhor disse que se sente mais seguro com o fechamento. Ao que senhor atribui esse aumento da segurança?

Fabrício: Porque não há facilidade pra entrar e sair. É essa. A ideia de fechamento, Saulo, é dificultar, justamente, o acesso de pessoas com má intenção, entendeu. Com intenções libidinosas. Porque o que eu te falei, não havia, para nós, dificuldade de entrar e sair, dos moradores. *Ah, hoje tem dificuldade?* Não tem facilidade. Eu boto desta forma. Pra mim não é difícil entrar e sair, pra mim só não está tendo facilidade porque só tem uma saída e uma entrada, certo ... uma portaria principal. Agora, para aqueles que querem fazer coisas erradas também tem facilidade, entendeu? Eles passavam... você desce na [SUPRIMIDO], desce na

[SUPRIMIDO], desce na [SUPRIMIDO] aqui... você entra vê... como eu te falei, você com o celular na mão, alguém brincando, alguém com um objeto, né... um eletrodoméstico, o cara para... aqui atrás na Brasil tinha uma pizzaria. Quê que fizeram: pararam com um carro aqui na praça... depois que nós colocamos inclusive o portão que aconteceu, só que ainda não havia barreira que impedia motoqueiro, os motociclistas da pizzaria. Quê que eles faziam? Eles entravam no portão social, não tinha portão, não tinha barreira... então o pessoal já sabendo disso, os bandidos pediram uma pizza, deram o endereço, esperaram o cara passar, roubaram ele, roubaram moto, roubaram pizza, roubaram baú, roubaram tudo. O cara ficou sentado no meio fio da praça, com a mão na cabeça, entendeu [risos]... você vê que ainda não estava tudo fechado, ainda não tinha portaria principal, estávamos começando a fechar.

Saulo: Então o fechamento foi gradativo?

Fabrício: Foi, gradativo. Primeiro por uma questão de dinheiro... dinheiro não, alguns fatores: autorização, como eu te falei era verbal ainda, né... dinheiro para recolhimento... então nós fomos fazendo um portão por vez. Foi gradativo o fechamento, não foi de uma vez.

Saulo: O senhor comentou que no portão de pedestres não tinha os obstrutores. Da forma como eles foram instalados, o senhor não acha que eles impedem a locomoção de cadeirantes?

Fabrício: Não. Onde você passou ali... eu vejo assim: dificulta se um cadeirante vier sozinho, por exemplo... aquelas com motorzinho, né... aí tem que parar, vai ter que abrir e realmente eu sou obrigado... não, eu preciso ser sincero, dificulta sim, mas não impede. Não impede, tá? É isso. Inclusive eu tenho pedido, talvez por falta de dinheiro ou oportunidade, eu tenho pedido para os responsáveis pra mudar o lado de abertura daquele portão ali. E vai mudar consequentemente os ferros que impedem as motos de passar. Por que? Porque quando você for abrir não vai acessar a rua, vai acessar a calçada. Pra quê? Pra fazer com que as mães do colégio e as suas crianças venham pela calçada. Mas pra isso a calçada tem que estar toda limpa. Eu não sou responsável pela calçada, entende... mas a minha intenção sempre foi essa, vamos limpar essa calçada ... *ah, mas as pessoas não vão andar na calçada...* eu acredito que não vão. Porque as pessoas vão ali na praça, elas andam no meio da rua, você sabe disso. Então nós temos também um problema de educação. Porque se vier um cadeirante ali, por exemplo, e eu estiver perto, eu corro lá e abro. Se você estiver passando com a sua bicicleta, que também é difícil, eu vou lá e abro pra você passar. É uma questão de educação, de visão, sabe? A gente também tem que pensar da seguinte maneira: fazer acessibilidade para esse pequeno grupo, entende? Agora, passar um cadeirante ali é uma vez na vida e outra na morte. O que eu não posso contar com isso para não dar acessibilidade. Mas não posso pensar nessa possibilidade para não fechar, entendeu. Porque existe um grupo enorme que está sendo prejudicado por falta da segurança, que é o Rio de Janeiro todo. *Ah, então eu não vou fechar porque o cadeirante vai passar ...* não, fecha e bota a acessibilidade pro cadeirante. Essa é a ideia. Nós temos ônibus, Saulo, nós temos metrô, que o governo e a prefeitura não dá acessibilidade. Por quê que nós, um grupo, vamos ser penalizados porque um cadeirante vai passar ali? Estou contra o cadeirante? Não é isso, pelo amor de Deus, não é isso. Porém, eu posso me... táí, você vai entrar num ônibus, não bota acessibilidade ... *cê já viu Bangu? Ponto Chic? O comércio que está lá? Os hortifrútis agora virou choperia. Ninguém passa no Ponto Chic e ninguém reclama. Aí você quer fechar aqui ah, o cadeirante...* entende. É isso (Risos).

Saulo: O senhor comentou que tem pelo menos cinco anos desde o início da instalação dos portões. Como foi resolvida a questão financeira referente aos custos?

Fabrício: Aqui foi totalmente por participação dos moradores.

Saulo: O senhor comentou sobre a abertura de um processo junto à prefeitura. Sabe dizer se foi de acordo com o Decreto 4038/2017 ou Lei 6.206/2017? São dispositivos legais do mesmo ano

do fechamento daqui. Eles entraram em vigor com uma diferença de poucos dias tratando sobre o mesmo assunto.

Fabício: Eu acho que uma coisa foi puxando a outra. Pelo que eu li no jornal, aí eu não lembro, se foi pelo decreto ou pela lei, mas já conseguimos dar o segundo ponta pé... o ponta pé inicial foi irmos à prefeitura, fazemos o processo, pedir tal, tal, tal... com foto, mapa aéreo, tudo direitinho, e pedimos. Meio que ficou na gaveta esse processo. Ele não saiu ali da prefeitura. Então quando o Crivella, então eu acredito que tenha sido pelo decreto... acredito que o segundo ponta pé, de sair da prefeitura para as secretarias darem as suas opiniões, acredito ter sido pelo decreto, tá? Eu não lembro da lei, mas eu acho que tudo corroborou.

Saulo: O senhor comentou que algumas pessoas foram contra o fechamento. A respeito disso, se algum vizinho insatisfeito ou qualquer outra pessoa que não concorde resolver derrubar o portão, como solucionam essa situação?

Fabício: Em princípio a gente se cotiza e conserta. Mas já houve o caso de um morador, inclusive danificou os portões, e os responsáveis foram na trinta e quatro DP, ele teve que depor lá, teve que ir lá conversar e aí ele ressarciu, ele pagou aquilo que ele quebrou, né. Porque, ele mora lá perto do portão da [SUPRIMIDO] com a [SUPRIMIDO], tá... tanto é que conversei com ele pessoalmente na época e ele falou *poxa, eu moro tão perto do portão, agora eu tenho que dar a volta?* Eu falei: *pois é, eu também faço a mesma coisa. O senhor não está num barco diferente do meu... mas o senhor tem segurança... é diferente de parar o seu carro... nós estamos mais vulneráveis do que quem está na praça.* Ele chegou a abrir um processo no Ministério Público, vários, para ter acesso pelo portão. Ele não queria tirar o portão, queria ter o direito de ter o acesso pelo aquele portão da [SUPRIMIDO]. O acesso por carro. Ele queria que fosse posto um controle no portão, com motor, pra que ele pudesse fazer o acesso por aquele portão. Ele é um dos um por cento que compõe os contrários.

Saulo: Mas ele é contrário pelo direito de ir e vir de todos ou só pelo direito de ele sair de carro?

Fabício: Não, ele nunca abriu leque para essa opinião. A reclamação dele sempre foi única: passar por aquele portão. Ele não se opôs a ter o portão, ele não se opôs. Nunca disse *tira o portão*. Ele queria passar por aquele portão com o carro.

Saulo: O senhor comentou que há a cobrança de uma taxa. Qual é o valor? O pagamento é obrigatório?

Fabício: Nós começamos pagando por oitenta reais. Hoje está cento e vinte nesse período de cinco anos. É uma taxa facultativa porque nós não somos condomínio, Saulo. Nós não compramos aqui, nós não estamos instalados aqui já como condomínio, né... então é facultativo. E infelizmente parte das pessoas que começaram não querem pagar. Parte. Então nós estamos com uma parte pequena. Só não melhoramos mais do que conseguimos por conta mesmo de finanças, financeiro, problemas financeiros.

Saulo: Viver em uma área fechada trouxe algum impacto para o seu cotidiano? O senhor também consegue ver pontos negativos de morar em uma rua fechada?

Fabício: Olha, negativo para mim é eu não poder ter o acesso rápido, ou melhor, por onde eu tinha, que é como eu te falei. Você conhece a área, eu saía aqui e ir pros lados: Água Branca, Brasil ou até o motel ali, praça da Kibon por exemplo... que dizer, eu não posso, né... independente do fechamento de lá eu não posso. Agora eu tenho que dar a volta. Então, o ponto negativo é só esse. Eu preciso acessar, tanto para entrar, quanto pra sair, uma portaria única. Agora, pontos positivos: segurança, tranquilidade. Ver pessoas nas ruas, ver a praça cheia. As crianças estão tendo a possibilidade de brincar numa praça em que eu brinquei. Porque à época que eu era criança não existia essa violência. Hoje isso seria impossível. Como eu te falei anteriormente, as ruas andavam simplesmente às moscas. Você olhava pra uma ponta da rua, olhava pra praça, totalmente vazia, entendeu. E como teve essa pessoa contra lá e hoje em dia

ele deve ser conta, mas ele sossegou, vamos dizer assim... a menina aqui, sem citar nomes, era contra por conta da loja, hoje é uma das que está abraçando a causa, vamos dizer assim, se posso chamar de causa. Ela não reclama mais de nada... achou que o comércio ia cair, mas pelo jeito não houve isso, entendeu. As pessoas estão se sentindo, Saulo, seguras, essa é a ideia. Você pode parar aqui, dez horas ali, ir pra praça... verão, calorzão, tá cheio de gente ali brincando. Dá satisfação, dá alegria, tá bom?

Saulo: Tá certo. Só isso, muito obrigado!

Fabrício: Agora você não fez uma pergunta...

Saulo: Qual?

Fabrício: Se eu sou a favor, se eu gostaria que tivesse fechado ou não.

Saulo: Essa é uma pergunta importante, mas que não me veio a cabeça por acreditar que a resposta seria óbvia. Mas, vamos a ela: o senhor é a favor do fechamento?

Fabrício: Não, não sou a favor de fechar.

Saulo: Mas, o senhor é a favor desse fechamento?

Fabrício: Sim. Eu fui e sou a favor de ter fechado. Mas eu não sou a favor de fechar. Eu sou a favor de que nós possamos andar livremente. O que está acontecendo é uma inversão de valores, que eu te falei do professor em mil novecentos e oitenta e três, *vamos estar fechados ...* hoje tem condomínio na Barra e no Recreio, você deve saber disso, que é uma cidade. O morador não precisa sair dali de dentro para mais nada. Hoje como o trabalho é *home office*, quem trabalha em *home office* fica dentro de seu condomínio... piscina, quadra de tênis. Só que você perceba bem, a condição de vida é aquela dita assim *fica em casa*. E essas pessoas podem dizer, né. Lembra da pandemia? Você está me respeitando e si respeitando, veio de máscara na minha casa, né? Hoje nós não somos mais obrigados a usá-la, tenho certeza que você veio por respeito, né. E eu te respeitei não dizendo para você que podia tirar, mas pode tirar se quiser, tá (risos). Mas o *fica em casa* é complicado. Como é que eu vou ficar ... aqueles que não tem um recreio, não tem uma possibilidade de sair, de se divertir, aqui por exemplo, essa praça, é a única diversão que se tem. Você olha para dentro do nosso residencial e não tem mais nada aqui que possa nos divertir. Agora uma pessoa que tem o poder aquisitivo de morar na Barra, no Recreio, nesses condomínios... com bar, com farmácia, com clínica, com toda questão social, todos os direitos sociais, saneamento básico, segurança, diversão, educação, saúde... é fácil pra quem tem dinheiro. Mas poxa... eu me considero rico. Eu tenho a minha casa, tenho o meu carro, tenho a minha aposentadoria, sabe. Minha mãe tá aqui, minha esposa, meus filhos. Mas vem cá, quem trabalha para conseguir seu dinheiro para comer naquele dia? Fica em casa é fácil. Sou a favor de que tenha que se expor? Não é isso, mas aí a gente está adentrando numa outra seara. Mas, eu não sou a favor que feche. Eu sou a favor que a polícia seja polícia, bandido seja tratado como bandido, a gente não pode inverter os valores. Não sou a favor que bandido sofra na cadeia, piore... não, ele tem que ser penalizado, trabalhar para pagar a conta dele lá, é o meu ponto de vista... Estado não tinha que gastar dinheiro com bandido, ele é que tinha que se sustentar. Ele perdeu o direito quando escolheu ser marginal. Direito é pra mim e pra você. Você é um jovem que estuda, faz faculdade, fazendo mestrado, podia tá roubando, matando (risos)... você escolheu fazer isso. Será que você teve uma família estruturada que te levou a isso ou você que escolheu. Não é, eu não estou te perguntando... fico imaginando que... se não, todo mundo que tiver família desestruturada vai cair pro crime, né. É personalidade, o caráter, lógico. Então eu não sou a favor. Minha resposta é essa e eu já te expliquei porquê. Devido a falta de segurança eu digo que sou a favor, sou obrigado a aceitar, mas eu não gostaria de ter essa montoeira de grade não. Tu acha que eu ia estar gostando de pagar cento e vinte reais se eu podia estar usando pra mim? Agora eu sou o tipo do cara que gosta de uma COMLURB para varrer a rua, mas eu varro a frente da minha casa... educação,

entendeu. A COMLURB vai ver de repente *pô, tá limpinha rua, vamo ali pra praça...* entendeu... aí eu sou desse tipo aí. Mas não gostaria de ter essa montoeira de grade, não gostaria de ter portaria com portão social, portaria principal. Não gostaria não, tá. Respondeu? Passei na prova (risos)

Saulo: Respondeu sim (risos). Muito obrigado, me ajudou bastante. De verdade.

Apêndice E: Transcrição da entrevista realizada com Bento

Quinta entrevista

Local: Bangu, Rio de Janeiro - RJ

Data: 05/08/2022

Hora: 09:40 às 10:20

Saulo: Qual é a sua idade, por favor?

Bento: 58 anos.

Saulo: Qual é a sua ocupação?

Bento: Ultimamente, agora cara... ultimamente agora, eu não estou exercendo função nenhuma porque a minha profissão é pedreiro. Mas aí eu trabalho de bico... aparece e eu faço, entendeu. Quer dizer, eu não tenho serviço fixo.

Saulo: O senhor foi a favor ou contra o fechamento da sua rua?

Bento: Olha, pelo um lado, por um lado pra mim, eu gostei. Fui a favor, porque favoreceu assim... na época era assalto, assaltavam muito na rua, tal. Aí com o fechamento ficou tranquilo. Quer dizer, numa parte me prejudicou, que meus fregueses que paravam ali, que vinham de fora, eles paravam... e fechando ficou só o povo daqui mesmo. Então quer dizer que gostei de um lado e não gostei do outro. Então quer dizer: não fui a favor e nem fui contra, entendeu. Não fui a favor e nem contra.

Saulo: Na época você apoiou?

Bento: É ... apoiei, apoiei. Pela violência apoiei.

Saulo: A questão da violência que você menciona, seria em qual sentido?

Bento: O sentido da violência é que tu tava sentado... eu e demais ali, a gente sentado, batendo papo, conversando... e de repente era um assalto aqui, uma correria de polícia, de bandido, tiro, entendeu. Então, quer dizer, que era nesse sentido.

Saulo: O senhor lembra do período que antecedeu o fechamento do local? No geral, como era a vida antes de fechar?

Bento: Na época, para mim era muito bom quando não estava fechado, era muito bom. Corria sérios riscos, mas era bom, entendeu. Não tava pelo... eu não tava muito me preocupando com a violência. Só que chegando um certo tempo, que eu vi que tava demais, que tomamos a decisão... então eu achei que foi bom, entendeu. Não vou dizer pra você se foi bom ou se foi ruim, foi mais ou menos.

Saulo: O senhor comentou anteriormente que decidiram pelo fechamento. Qual foi o motivo ou os principais motivos para essa decisão?

Bento: A violência, a violência.

Saulo: O senhor foi consultado sobre a proposta de fechar a rua? Teve que ser convencido ou topo sem nenhuma oposição?

Bento: Fui consultado... não precisei ser convencido, topei de cara... topei logo de cara.

Saulo: O senhor consegue notar alguma diferença entre o período anterior e posterior ao fechamento da sua rua?

Bento: Muito, muito... foi muito assim... antes de fechar: bom. Antes de fechar era bom. Aí depois eu fui notar que uma parte foi bom e outra parte não foi. Fechando a gente passou a ter um pouco de segurança, nós realmente temos um pouco de segurança. Todo mundo na rua notou que nós temos segurança, entendeu.

Saulo: O fechamento da rua foi por decisão da maioria dos moradores ou é fruto do desejo de apenas um grupo de moradores?

Bento: Na época foi assim, na época foi assim... na época foi porque muita gente participou e muita gente não participou. Mas a maioria que participou foi mais forte que a minoria que não participou, entendeu. Deu quem tinha condições, quem não deu não tinha condições, entendeu. E aí no meio tinha gente que tinha condições e não deu, entendeu. Quer dizer então, foi empatado, entendeu. A população ficou empatada.

Saulo: O senhor sente-se mais ou menos seguro após o fechamento?

Bento: Mais seguro... sinto seguro.

Saulo: O senhor sabe dizer se houve a abertura de um processo junto à prefeitura solicitando o fechamento da rua?

Bento: Não, não, não, não, não... quem tomou providência de vim falar com a gente pra fechar já tinha tomado uma posição que já tinha procurado, entendeu... se poderia ou não fechar, entendeu. Quer dizer que então, não foi assim pela atitude *ah, vamos fechar...* não. Primeiro correu atrás, procurou saber: *pode?... não pode. Mas você faz e vamos ver amanhã o que vai dar...* entendeu... e acabando ... foi autorizado e não foi autorizado. E segundo, tomou todas as providências, e tá lá na frente da entrada lá, a [SUPRIMIDO] que antigamente era uma associação... ela tá inscrita, ela tá aprovada, não tá funcionando... outras instituições que estão tomando a frente disso aí. Mas a pessoa que foi procurar o fechamento, foi na antiga associação, que é a [SUPRIMIDO], entendeu... então ele foi lá e fez o papel e consta que realmente foi ... se foi ou não foi autorizado eu não sei, mas tá lá na frente lá, todos os indícios que foi autorizado pela [SUPRIMIDO].

Saulo: Para o senhor, a instalação das grades e dos portões cumprem qual função? Do seu ponto de vista elas cumprem alguma função?

Bento: A grade e o portão ser colocadas, a função delas foi evitar que a violência entre do portão pra dentro, entendeu? Portanto noventa e nove por cento da violência ficou do portão pra fora, entendeu. Então, o portão e as grades foi bem gratificante, foi bom ter colocado, entendeu. Foi bom, eu gostei e tá cumprindo bem. Que ninguém venha tirar, embargar... porque se tirar, não tem como dar proteção pra gente ... o Estado não tem como dar proteção pra gente... e a gente com as grades, a gente está pelo menos noventa e cinco por cento garantido, entendeu. Não vou dizer que nunca pode acontecer aqui dentro, nos melhores lugares, nos lugares mais seguros acontece e não vai ser aqui que não vai acontecer... então se acontecer alguma coisa aqui dentro vai ser normal, vai ser banal, entendeu. Se vier acontecer, normal.

Saulo: Qual é a percepção do senhor sobre a Cidade do Rio de Janeiro e especificamente sobre o bairro de Bangu a respeito das questões relativas à segurança?

Bento: Olha só, entre os outros bairros que eu vejo, principalmente no nosso territoriozinho aqui de dez quilômetros quadrados, parece que é boa, a segurança aqui é boa. Qualquer coisa que aconteça nesses dez quilômetros quadrados pra lá e pra cá... quando acontece alguma coisa que é acionado a segurança, rapidamente eles estão presentes. Isso aí eu tenho visto que eles estão presentes, combatendo, entendeu ... é bom, bom.

Saulo: Para o senhor, existem áreas inseguras ou perigosas na região? Percebe o mesmo em outras partes da cidade?

Bento: Olha, isso aí vai de cada um. Vai de cada um. Porque, não sei se são os jovens, não sei se são as pessoas, um pouco mais de idade... cinquenta, sessenta... eu me sinto seguro no lugar que vou... e assim eu vou, entro, sento, tranquilo... saio tranquilo, então não vejo, entendeu. Claro, tem lugar que a gente tem que evitar, né... tem lugar que a gente tem que evitar, entendeu. Quer dizer, você tem desse lado uma alteração eu não vou procurar ir... desse lado tá mais ou

menos a gente já vai mais com cuidado, outro lado tá bom a gente já entra tranquilo, entendeu. Então, não vejo nada não.

Saulo: Quais locais o senhor acha que deveriam ser evitados?

Bento: O mais que a gente deve evitar, o mais que a gente deve evitar, é... Estrada do Engenho, é... Água Branca eu não vejo tanto perigo, nunca vi um assalto, nunca vi um roubo, nada, na Estrada da Água Branca nunca vi, violência eu nunca vi na Água Branca... como dizem *a Água Branca é perigosa*... não, nunca vi. E, Estrada do Engenho, ciclovia (rua Marechal Marcano) de Padre Miguel, entendeu... basicamente essas duas aí que a gente não deve confiar muito.

Saulo: O senhor lembra como foi o processo de instalação dos portões? Como foi resolvida a questão financeira para a instalação?

Bento: Lembro que assim quando o cara anunciou o fechamento eu fui o primeiro a ser comunicado. Aí junto os moradores e cada um deu uma parte... quem pôde deu, quem não pôde deu. Teve gente aí que teve condição de dar, mas não deu... achou a favor, entendeu.

Saulo: Conforme o senhor sabe, existe outra área fechada a poucos metros daqui. É possível se deparar neste outro local com restrição de acesso, às vezes durante todo o dia, em outras ocasiões no período que compreende das 22:00 às 06:00. Qual é a sua opinião quanto a restrição do uso das áreas públicas neste local?

Bento: Ó rapaz, de todos, de todos os lugares do bairro aqui, que está fechado, eu vejo indo e vindo de noite e de dia, direto, aberto... só essa entrada da [SUPRIMIDO], dos portões da [SUPRIMIDO], que dez horas da noite fecha e abre sete da manhã. Tá errado! Se meus netos, se meus sobrinhos, os filhos dos meus sobrinhos desse lado aqui quiserem ficar dentro da praça dez e meia, onze horas, vai correr o risco de passar na Água Branca, entendeu... e pode acontecer alguma coisa porque eles vão ter que andar vinte minutos numa coisa que eles podem passar com cinco minutos para o outro lado, entendeu? Então eu sou contra a praça [SUPRIMIDO] ser fechada dez horas da noite e abrir sete horas da manhã.

Saulo: A respeito da restrição de horário no outro fechamento, o argumento de alguns moradores é que eles precisam de segurança e que esse período fechado é por não ter ninguém na rua. O senhor entende da mesma forma?

Bento: Tá errado! Eles não podem fechar o portão impedindo que a gente passe pro lado de lá e eles passando para o lado de cá porque eles têm a chave para abrir, entendeu. Então eu sou contra, não tem como fechar.

Saulo: O senhor comentou que as grades e portões instalados não impedem o direito de ir e vir. Mas para o senhor, essas estruturas não reduzem a frequência de pessoas transitando na rua?

Bento: Sim, sim, sim... a grade impede bastante. Eu não sou contra a grade, de ter colocado e fechado a rua ... eu não sou contra a grade. Eu sou contra o portão de pedestres, só. A grade, tudo bem, é bom. Mas o portão de pedestre que é a questão: não pode ter portão fechado. Ele não poder impedir o direito de ir e vir da gente, entendeu. A grade, eu não tenho nada contra a grade.

Saulo: Então o senhor acha que a grade inibe um pouco?

Bento: Não, a grade é bom, a grade é bom. Inibe que a pessoa tenha acesso ao local, entendeu. E pra isso é bom que se tiver pessoa com aquela intenção de *ah vou ali, roubar ali*... eles não vão. Eles não vão vir porque tem a grade, tem a grade e de repente numa hora de um sufoco deles, eles podem errar o portão social e dar com a cara na grade, então pensa antes de fazer

Saulo: O fechamento da rua trouxe algum impacto (negativo ou positivo) para o seu cotidiano?

Bento: É... o impacto que eu tive foi que mais da metade da perda da venda, né. Quando não tinha grade, quem passava tinha o acesso livre da Brasil para a Água Branca e o acesso era

maior. Quer dizer então que as pessoas passava, parava e consumia... quer dizer então que pra mim era melhor. Mas como foi fechado, todas aquelas pessoas que tinha o acesso à Brasil e à Água Branca parou de passar. Quer dizer então que no meu comércio, as vendas foi pela metade ou mais. Como positivo foi bom por ter trazido mais segurança.

Apêndice F: Transcrição da entrevista realizada com Taíza

Sexta entrevista

Local: Bangu, Rio de Janeiro - RJ

Data: 20/08/2022

Hora: 10:50 às 11:30

Saulo: Qual é a sua idade, por favor?

Taíza: Eu tenho 37, vou fazer 38. Tive que dar uma pensada porque está próximo [risos].

Saulo: Qual é a sua ocupação?

Taíza: No momento eu só trabalho como comerciante.

Saulo: Você se recorda a data ou ano aproximado que aqui foi fechado?

Taíza: Acho que tem aproximadamente uns três anos... não recordo exatamente... tem uns três ou quatro anos. Foi fechado uma vez, depois por algum motivo, acho que falta de pagamento das pessoas, abriu. Aí, depois fizeram uma reunião, entraram em um consenso e fecharam novamente.

Saulo: Você consegue se lembrar do período que antecedeu o fechamento? Como era aqui antes de ser fechado?

Taíza: Aqui era um pouco complicado. Porque como era uma passagem entre a Água Branca e Avenida Brasil, tinha bastante roubo, bastante furto. Quando eu saía de manhã para trabalhar, diversas vezes enquanto eu estava me arrumando, a gente escutava uma gritaria, um burburinho... quando olhava, era alguém que tinha sido assaltado. As pessoas corriam porque são vias expressas, né. Não, uma via expressa e a outra uma estrada e facilitava esse trânsito dos meliantes.

Saulo: Você já foi assaltada?

Taíza: Já, mas não aqui. Não, já fui uma vez sim, aqui no bar. Eles pararam o carro aqui, armados, levaram o dinheiro que tinha na gaveta e tinha um rapaz aqui com um carro. Eles levaram o carro do rapaz e largaram o carro que eles estavam.

Saulo: Você lembra o ano?

Taíza: Acho que isso já deve ter uns seis anos.

Saulo: Ainda não tinha sido fechado?

Taíza: Isso. Antes de fechar.

Saulo: Sabe dizer se continuou ocorrendo assaltos depois do fechamento

Taíza: Olha, me recordo de uma pessoa que eles vieram seguindo e entraram juntos. Eles entraram colados com o carro da pessoa e não teve como a portaria conter. Fora isso, não teve mais nenhum, não. Tem as vezes moradores de rua que ficam aqui na Avenida Brasil, eles tentam pular para dentro pra furtar. Eles pulam nas casas, levam o que tiver, para vender e fazer uso de drogas. Mas, roubo mesmo, armado, pessoalmente não.

Saulo: Sabe dizer quais foram os principais motivos que levaram a fechar aqui?

Taíza: O maior motivo foi a questão da violência, os furtos, os roubos. Porque tava sendo demais e não tinha mais horário. Geralmente eles fazem isso à noite, mas já não tinha mais horário. Era de dia, era de noite, era à tarde.

Saulo: Você consegue notar alguma diferença do período anterior e posterior ao fechamento?

Taíza: Sim, antes do fechamento ninguém ficava no portão, a praça ficava vazia, as crianças não brincavam mais. Eu mesma tenho um comérciinho aqui e não tinha condições de ter

porque ficava muito perigoso, muito deserto, você não via gente. Agora a gente pode ficar na praça, as crianças brincam, eu tenho meu comércio aqui, quem quiser ficar até um pouquinho mais tarde pode ficar tranquilo, já não existe mais a preocupação de ter que colocar carro na garagem se quiser deixar o carro do lado de fora as pessoas deixam.

Saulo: Sabe dizer se o fechamento daqui foi fruto de uma demanda coletiva? Muita gente foi favorável? Teve pessoas contrárias?

Taíza: Acho que teve gente se opondo, sim. Tanto que teve vários processos em relação ao fechamento de alguns portões. Teve um rapaz que foi super contra, denunciou várias vezes, quebrou o portão..., mas eu acho que assim, acho que foi baixo o nível de não concordar com o fechamento. Foi pequeno... tem essas pessoas que as vezes atrapalham, até gente de fora mesmo que transitar à vontade, que as vezes quebram os portões. Mas aqui dentro a maioria foi a favor, dizem que teve uma votação e daí fecharam. Decidiram por fechar. Hoje em dia já saiu até no diário oficial, já está legalizada a documentação como residencial.

Saulo: Então foi fechado antes de existir autorização?

Taíza: Eles entraram com a documentação e já tinha a autorização para fechar. Mas, assim, fica correndo o processo... aí a autorização total tinha uma liminar com autorização de fechamento, mas não tinha sido decretado total. Agora sai a documentação total, tá tudo autorizado, certo.

Saulo: Qual é a sua percepção sobre as questões relativas à segurança no nosso município e especificamente nesta região?

Taíza: Eu acho que está bem complicado, perigoso e a tendência é piorar. As pessoas estão sofrendo bastante com a economia, procuram se instalar em locais... em comunidades, né... e o que as crianças tem de exemplo em uma comunidade é o máximo você ser um bandidão, né. É difícil na comunidade as crianças exaltar alguém que estuda, que quer evoluir. Lá, o máximo é ser o bandidão. E as crianças veem aquilo como exemplo. Então a tendência é a gente ter mais meliantes e ficar pior do que já tá. Os governantes não ajudam muito, só aparecem em época de eleição, que é a hora que eles querem voto. Prometem mundos e fundos, coisas que na maioria não vão cumprir nem cinquenta por cento, e a gente fica à mercê, né? a gente fica aí... a gente que se tranca... ao invés de trancarem os bandidos é a gente que se tranca. Tanto que você pode ver que a maioria dos lugares estão tudo fechando, botando portões por conta de medo da violência, dos assaltos. E isso é geral também, no Rio inteiro.

Saulo: Você acha que existem áreas inseguras ou perigosas nesta região?

Taíza: Eu acho que todo lugar é meio inseguro e meio perigoso. Hoje em dia eles procuram todo tipo de oportunidade pra te assaltar, pra te agredir, pra te estuprar. Aqui dentro a gente ficou um pouquinho, entre aspas mais seguros, por ter os portões, por conta de ter um porteiro. Pra entrar e sair e fazer qualquer tipo de coisa fica mais complicado. Mas não quer dizer que a gente está totalmente livre disso, não.

Saulo: Você se sente mais ou menos segura após o fechamento?

Taíza: Mais segura, mas não completamente.

Saulo: E a que você atribui esse sentimento um pouco maior de segurança?

Taíza: Acho que por conta da questão da vigilância. Inibe um pouquinho, como posso dizer, as atitudes deles entrarem. Eles vão entrar e vão ter que sair por onde? As outras saídas de carros ficam todas fechadas, só tem uma entrada e saída de carro. As outras tem os portões, mas os portões ficam fechados. A pé é mais difícil eles virem fazer qualquer tipo de assalto, essas coisas. Geralmente eles vêm de carro, de moto, e não tem saída. Então inibe um pouco, inibe um pouco sim... a palavra fugiu... o ato, né, no caso, deles. O ruim não é só roubar e furtar. É agredir, é estuprar, um monte de coisa.

Saulo: Então para você atribui o aumento da segurança em razão da vigilância...

Taíza: Sim... não aumenta muito, mas faz diferença, sim, quando tem vigilância.

Saulo: Então, para aumento da vigilância, qual é o papel exercido pelo porteiro, pelas grades e portões?

Taíza: No caso ali, todo carro ali, que entra e que sai, é anotado a placa. Tem essa questão de abrir o portão, não fica mais aberto direto, a pessoa não entra à vontade. Para entrar ela tem que parar ali e dar tipo uma, como fala, uma satisfação de onde está indo, para onde vai, vai falar com quem, na casa de quem. E eu acho que isso inibe sim essa questão da maldade. Se eles tivessem que vir e entrar, sem dar satisfação para ninguém, seria muito mais fácil. E normalmente o pedestre que vem aqui é para ir na pracinha, aqui no comércio, mas, ainda tem gente vendo e tem as câmeras.

Saulo: Tem câmera aqui?

Taíza: Tem, tem as câmeras. Os moradores tem aplicativo no celular com acesso às câmeras.

Saulo: Você sabe como foi o processo da instalação dos portões? Houve algum tipo de financiamento?

Taíza: Eles colocaram uma pessoa como responsável, que é a coordenador do residencial. Foi feita uma reunião e ele fez um orçamento de quanto seria todos os portões, e tal. Foi solicitado uma quantia para cada morador que estava de acordo. Eles contribuíram com essa quantia, ele foi, já estava com o orçamento em mãos, mostrou para todo mundo. Quando ele chegou ao valor aí ele foi e solicitou a empresa que colocasse, instalasse os portões. Aí foi fechando tudo de uma vez. Tipo de dois em dois até conseguir chegar até o final.

Saulo: Você comentou que foi aberto um processo junto à prefeitura para fechar...

Taíza: Sim, foi aberto... Foi tudo legalizado. Todo processo foi feito mediante a prefeitura. Com legalização, licitações, foi liberando até que saiu a documentação, sem ser a provisória, a definitiva.

Saulo: Você comentou, quando houve caso de pessoas que discordaram, teve um rapaz que quebrou um portão. Eu tenho uma pergunta sobre isso: como é feita a manutenção dos portões? E quando um portão quebra ou quando alguém tenta destruir, quem paga?

Taíza: Quando alguém quebra é feito um boletim de ocorrência. O rapaz que é responsável pelo condomínio faz o boletim de ocorrência. Eu creio que ele abra um processo para pedir restituição pela pessoa que quebrou, quando sabe quem é a pessoa que quebrou. Mas quem conserta mesmo, é condomínio. Condomínio, não, residencial. Fica por conta do residencial. E eu creio que quando sair o processo, alguma coisa assim, a pessoa que foi responsável tenha que arcar com as consequências, arcar com o valor.

Saulo: Percebi que as vezes você fala condomínio, mas em seguida corrige e fala residencial. Qual a diferença de condomínio e residencial?

Taíza: Olha, eu só vou te explicar o que eu entendo mais ou menos, mas não sei se estou certa. Pelo que eu li, condomínio é quando ele já é criado como condomínio, já é feito. É um terreno, preparado praquilo. Faz a documentação dele toda como condomínio. E residencial é quando é uma área assim, que é uma área pública, porque não deixa de ser uma área pública. Tem a praça, caminho para a escola, caminho para uma via expressa, é público. Então eles têm que solicitar autorização da prefeitura para fechar essa parte, mas também não pode impedir as pessoas de ir e vir. Fica como um residencial, que as pessoas podem passar até certo um horário, acho que até às dez horas da noite, que é onde eles estão autorizados a trancarem os outros portões e fica só uma entrada funcionando, total. Pelo que eu li é isso. Residencial é quando era algo público e que se torna, que se torna entre aspas fechado. Porque durante o dia o acesso é livre e só a noite que fica restrito.

Saulo: Como você mencionou a questão do direito de ir e vir, como você avalia esse direito a partir do fechamento?

Taíza: Olha, durante o dia, fica aberto a vontade, tanto para a entrada de carros, tanto para a entrada de pessoas. As pessoas entram livre porque todos os portões sociais ficam abertos e as pessoas podem entrar e sair à vontade. À noite, a partir das dez horas, que fica trancado. Mas, eu acho que é o horário correto por lei dentro dessa questão de residencial. Mas se a pessoa quiser entrar, ela vai ter que entrar pelo portão de acesso único, que também é o acesso de carro, mas tem que informar onde vai. Eu acho que se fechasse tudo durante o dia tiraria sim, o direito das pessoas de ir e vir, e aí eu não acho correto. Mas, como é feito, eu acho que é legal.

Saulo: Existe cobrança de taxa de associação?

Taíza: É só o condomínio. É cobrado um valor estimado para as pessoas que querem pagar pelo condomínio. Ninguém é obrigado a pagar, mas como as pessoas viram que teve uma melhoria, sim, em relação ao local, a um pouco de segurança, aí a maioria contribui por vontade própria. Porque não é obrigado, não é obrigação. Só que a falta de pagamento pode causar a reabertura dos portões

Saulo: Essa questão da reabertura ou da falta de pagamento já foi mencionada alguma vez?

Taíza: Ele sempre... tem um grupo no WhatsApp, que é o grupo do residencial, que ele informa as pessoas... ele não expõe ninguém, não... essa questão de quem está pagando ou não está. Ele só fala que a falta de pagamento pode levar a reabertura, né, dos portões, por conta de não ter condições de pagar os porteiros, de não ter condições de fazer as manutenções que tem que ser feitas e tal. Mas assim, não expõe ninguém, nem obriga ninguém a pagar, não.

Saulo: Viver em um local fechado trouxe algum impacto para o seu cotidiano?

Taíza: Para a questão de saúde, melhorou um pouco, porque se eu quiser ir na praça fazer uma caminhada, de manhã, ou à tarde ou à noite, como tá tendo exercícios segunda, quarta e sexta em um grupo de pessoas... melhorou muito. Antes a gente não podia acordar de manhã e fazer uma caminhada na praça porque corria o risco de ser assaltado, de ser abordado, é, de ser importunado e até moradores de rua às vezes vinham ficar aqui na praça. Não que eu tenha nada contra eles, até porque, né, como o Estado não dá uma condição de colocar eles em alguns lugares, eles vão ficar jogados no dormindo pela rua. Mas agora a gente tem essa condição de poder levar as crianças para brincar na praça à vontade, de fazer um exercício, sentar para conversar um pouco. Antes a gente não tinha isso, não tinha hora para acontecer alguma coisa. Você podia estar ali duas horas da tarde e passar alguém de moto ou de carro, como acontecia algumas vezes... a pessoa estar sentada duas horas, três horas no portão, vim alguém de carro, parar e te assaltar. Então nessa questão melhorou sim. É visível. Mas, como em todo lugar, a gente está mais ou menos, entre aspas, seguro, não totalmente.

Saulo: Você consegue dizer pontos positivos e negativos de morar em um local fechado?

Taíza: Positivo é que a gente tem um pouquinho mais de segurança, né. Meio que enganosamente, mas tem. Porque quando eles têm que fazer qual quer tipo de maldade, de ruindade, a bandidagem, nada inibe eles. Mas a gente tem, sim, a gente pode ficar um pouquinho mais à vontade no portão, você pode deixar o seu carro dormir na calçada mais tranquilo. Agora, pontos negativos, eu acho que é mais na questão da convivência, né. Porque nem todo mundo tem a mesma ideia, nem todo mundo tem a mesma percepção. E às vezes, como vira questão de decisão sendo tomada por várias pessoas, tem a questão das posições de opinião, né. Então o que tá bom para um, não tá bom para outro e as vezes acaba gerando um atrito.

Saulo: Essa questão do atrito chega a descambar para coisas maiores ou fica só no campo da discordância?

Taíza: Não... até que as pessoas tem tido discernimento, né, para resolver e fica só nessa questão da discordância. Às vezes é feito uma votação e a maioria acaba decidindo. Tirando essa questão do portão que o rapaz quebrou [risos], que deu polícia, essas coisas, que foi a que, chegou mais à frente, sabe, questão de opiniões. Fora isso acho que não chegou a ter nada mais sério. Sempre resolvido tranquilamente com conversas e as vezes votações da maioria.

Apêndice G: Transcrição da entrevista com Paula, Verônica e Luana

Sétima entrevista

Local: Maracanã, Rio de Janeiro - RJ

Data: 15/09/2022

Hora: 10:15 às 11:00

Saulo: Qual é a idade de vocês e o respectivos locais de moradia?

Paula: Eu moro em Bangu e tenho trinta e um.

Verônica: Vinte e sete, Nilópolis

Luana: Trinta e oito, Copacabana.

Saulo: Qual é a ocupação de vocês?

Paula: Assistente social e professora.

Verônica: Bibliotecária e professora.

Luana: Psicóloga.

Saulo: Paula, no nosso contato inicial, você havia me dito que morava em um local fechado em Bangu, um condomínio, e que se mudou para o Jardim Bangu, em uma rua que se tornou fechada...

Paula: É, quando eu cheguei lá, não estava fechado. Quando a gente estava se mudando era aberto...

Saulo: Isso ocorreu em qual ano?

Paula: Tem dois anos isso, tem dois anos. Mas aí, assim que a gente entrou na casa com as coisas, realmente eles fecharam. Fecharam com portão.

Saulo: Isso ocorreu em qual ano?

Paula: Tem dois anos isso, tem dois anos. Mas aí, assim que a gente entrou na casa com as coisas, realmente eles fecharam. Fecharam com portão.

Saulo: Onde vocês moram existem ruas que são fechadas? A rua que vocês moram é aberta ou fechada?

Verônica: Então... a minha rua, não. Mas, geralmente tem, tanto ali em Nilópolis e Anchieta. Tava até conversando com a Paula esses dias, ela falou que ali tem isso direto. Tipo, dos moradores se fecharem nas ruas para ter um sentimento de mais segurança.

Luana: A minha rua é fechada por causa das feiras...

Saulo: Feira de rua?

Luana: Sim, feira de rua. Aí eu não tenho acesso à táxi, ônibus, a nada. Fica fechada só para os feirantes. Então, toda quinta-feira tem rua fechada, fica uma rua extremamente suja...

Paula: Com portão?

Luana: Com portão, não...

Paula: De repente seja uma diferença dela com a nossa realidade. Porque lá [em Bangu], eles, do nada, se reúnem, e resolvem colocar uma grade que vira um portão. Fica um local fechado...

Luana: Permanente...

Paula: Exato

Luana: Lá não é permanente. Inclusive a [TV] Globo gosta muito da minha rua. Tá sempre fechando a minha rua para fazer filmagem...

Paula: A Globo já não aparece na nossa rua. Nem para questionar o porquê aquela rua foi fechada. No Google Maps, por exemplo, tanto é que a minha rua não aparece como fechada.

Quando a gente pede Uber, o Uber não consegue chega até onde a gente tá. Porque a rua está fechada, mas no mapa é aberta.

Saulo: Paula, você falou que está morando nesse local há dois anos e de alguma forma viu ele ser fechado. Você sabe por qual motivo que fecharam?

Paula: Então... eu moro em uma área de milícia. Moro bem na divisão do... entre um lado e outro ali do Catiri como o Jardim Bangu. E o Catiri, eu não sei..., mas pelo que eu entendi, o Catiri tem, digamos assim, é uma questão que alguns mandam e o Jardim Bangu é outros que mandam. Então, o que chegou até a mim, foi que eles fecharam por conta disso, dessa segurança maior. Então eu acredito que seja por isso.

Verônica: Eu já até me adiantei um pouco, mas seria a questão mesmo da segurança. As ruas que eu vejo que são fechadas com portão, foram por iniciativa dos moradores e são próximas da parte que são mais popular em Nilópolis, onde tem mais bares e tal. Então, é um movimento muito grande, né, de pessoas, de carros. Então, eu imagino que seja nesse sentido de sim, tentar trazer uma segurança e uma suposta paz para os moradores, né. Porque, acaba que aquele movimento ali não vai chegar mais dentro daquelas ruas por conta dos portões.

Paula: Sim, sim. Engraçado que lá [no Jardim Bangu], onde ficou a abertura do portão, é justamente pro lado onde tem maior movimentação do comércio. Então nós temos duas coisas se batendo: no caso são os moradores se reunindo, mas no meu caso eu não posso falar que foram os moradores se reunindo, né. Veio de uma demanda externa.

Verônica: Na Zona Sul isso nem chega [risos]

Paula: Isso nem chega [risos]

Luana: [risos]

Saulo: Você mencionou que percebeu que onde você mora, há uma demanda externa que motivou o fechamento da sua rua. Então, para você, fechamento não foi uma vontade dos moradores?

Paula: Assim, quando eu cheguei, ninguém estava sabendo que iriam fechar...

Saulo: Você não foi consultada?

Paula: Não, mas eu também tava de mudança, né. E, só foi. Junto com a minha mudança o portão chegou. E nós não fomos comunicados de nada. E uma coisa que a gente sempre se questiona é que lá é uma área de milícia, mas eu nunca recebi [cobrança], não pago nada. Então é uma coisa que eu também não posso afirmar cem por cento, porque eu não sei. É o que falam. Eles cobram somente aos lojistas e nos outros, nas outras... porque tem o Bangu 1, Bangu 2, Bangu 3, Bangu 4. Acho que só cobram no primeiro e no segundo, nos outros, não. Também não sei dizer o porquê.

Saulo: Qual é a percepção de vocês sobre a segurança na região metropolitana do Rio de Janeiro?

Paula: Não tem, simplesmente não tem [risos]. Assim, trazendo pelos locais que eu morei e aonde eu circulo, que é a UERJ, aqui no Maracanã e em Caxias, e os dois lados de Bangu, em Caxias em me sinto menos... eu não sei se é porque é um território que eu só vou e volto pra casa e então eu me sinto insegura por não saber aonde estou andando... Maracanã pelas questões óbvias de segurança... e no meu caso lá de Bangu, onde eu morava, por mais que seja mais pro centro de Bangu, em um local mais fechado e tal, eu me sentia menos segura. Porque, para entrar no condomínio que eu morava, que não é um condomínio, só a espera de você ter que entrar com o carro já tiveram vários assaltos. Eu lembro que saía aqui da UERJ nove horas, nove e pouca da noite, para chegar em casa tinha que pegar o último trem, depois de pegar o trem, ainda tinha que pegar o ônibus e subir a ladeira correndo. E quando você passa do portão que foi colocado, você se sente mais segura. Do portão para dentro era como se fosse “*ufa, respirei*”. E lá no Jardim Bangu eu não sinto isso. No Jardim Bangu... chegou no Jardim Bangu,

tô em paz. No Jardim Bangu você pode sair onze horas da noite para comprar um lanche na principal e não acontece nada, tranquilamente. Aí eu te pergunto: por quê que não acontece nada?

Verônica: Luana, você se sente segura?

Luana: Muito relativo, assim... porque, na Zona Sul, por mais que a gente tenha essa ideia que as ruas são extremamente policiadas, vigiadas, é inseguro. Eu observo os policiais muito distraídos na Zona Sul, estão sempre no celular [risos]

Verônica: E uma realidade não só lá

Luana: Distraídos e eles sempre estão aqui na rua principal, atrás está acontecendo um assalto, roubo de celular, instantâneo, rápido. Então, eu não me sinto segura em nenhum lugar do Rio de Janeiro. Só dentro da minha casa e olhe lá. E nem isso porque tem os retardados dos porteiros que dormem ou que deixam a pessoa subir sem interfonar, coisas desse tipo. Então, não me sinto segura, o que requer que eu tenha que estar sempre na defensiva. Quando eu saio na rua, eu oro para sair e correr tudo bem e voltar bem. E eu estou sempre ligada e tenho um estresse muito grande quando saio com meus filhos, eu pressiono eles a prestarem atenção, pressiono eles a andarem na rua na defensiva. Em termos de segurança, você sai de uma loja e se estiver distraída, sua carteira vai embora. Dentro do ônibus, só tem você de mulher e um monte de homem mal encarado no fundo do ônibus, você não está segura. O motorista vai te salvar? Ele vai sair primeiro pela porta da frente. Tem muita situação de segurança que a gente encontra todo santo dia. Eu me sinto insegura todos os dias que saio de casa, o que também me desperta um sentido de defesa maior. Fico muito mais ligada.

Verônica: Eu me sinto nessa posição também, de cansada, sabe? De ter que estar sempre na defensiva, sempre atenta, a gente não pode se descuidar um segundo que alguma coisa pode acontecer. Tem até um meme que pergunta assim: você enquanto mulher, se você estivesse sozinha a noite andando e você visse uma figura, preferiria que fosse um espírito ou um homem. Aí a gente fala que queria que fosse um espírito [risos].

Paula: [risos]

Luana: [risos]

Verônica: Porque o espírito eu sei que não vai fazer nada, sabe? Mas o homem, não sei quais são as intenções dele. E é isso, assim. É o trem que a gente tem que pegar e o vagão feminino não funciona e sete horas, antes das sete horas da manhã a gente tá tendo que se preocupar com os homens, se eles vão assediar a gente ou não. É o movimento aqui na UERJ, por exemplo, até hoje eu não cursei matéria à noite porque eu me sinto insegura de voltar para Nilópolis tarde da noite. E eu sei que algum dia eu possa precisar, mas eu me sinto insegura, de trem para voltar pra Nilópolis, descer a estação e ter que andar os cinco, dez minutos que eu ando até a minha casa, mas já é um espaço eterno. A minha rua, como eu falei, não é fechada e ela é, como posso dizer, muito vazia. Não tem muito movimento. Em compensação, na rua que ela desemboca, já é uma rua principal que tem muito movimento e ali é meio que rota de fuga e sempre acontece as coisas. Aí as vezes, quando acontecem, os moradores vão lá e fazem queixa e eles mandam uma patrulhinha para ficar na esquina. Eu já vi diversas vezes, seis horas da manhã, a patrulhinha lá. Mas aí é nesse esquema, do cara no celular, tirando foto... aí eles marcam uma presença, vai embora, e depois disso acontecem as coisas, entendeu.

Paula: Você acha que se a sua rua fosse fechada haveria uma segurança maior? Ou não?

Verônica: Não sei...

Paula: Por quê?

Verônica: Não sei, não sei...

Luana: Talvez a sensação de estar

Verônica: Eu acho que a sensação

Paula: Ah, é

Verônica: Eu acho que na atual conjuntura, a gente não está seguro em lugar nenhum.

Saulo: Você atribui a quê, o sentimento maior de segurança que relatou ter no Jardim Bangu?

Paula: Não sei [silêncio]. Não sei, você me fez pensar agora [risos]. Porque a gente escuta falar que o Jardim Bangu é uma área, um território delimitado por aquela segurança paralela. Eu nunca vi essa segurança paralela, só que ao mesmo tempo, esse imaginário já é uma coisa que está construída. E eu confio e acredito nisso. Nossa, me fez pensar em uma coisa que eu nunca tinha refletido.

Verônica: Acho que é a sensação também

Paula: A sensação da falsa segurança?

Verônica: É...

Paula: Só que eu realmente nunca ouvi nada lá. Nesses dois anos, enquanto eu posso contar nos dedos de uma mão ou tendo que usar as duas mãos, quantas pessoas foram roubadas na porta do outro condomínio. No outro condomínio eu não tenho coragem para descer e comprar hambúrguer. Lá eu ando dez, quinze minutos e compro um hambúrguer de noite, tranquilamente. Volto da academia se deixar, a hora que a academia fecha, tranquilamente. E sem problemas. Não tem problema. Vou com celular, ando com o celular de boa, coisa que eu não faria e não faço onde eu morava. Nossa, me fez refletir.

Saulo: Ah, que bom. Talvez seja algo a refletir....

Paula: Porque é uma coisa que eu não faço nem no centro de Bangu. De noite, se eu voltar do centro de Bangu com as lojas fechando assim, eu não fico com o celular na mão, quando já caiu a noite. Tem um filme, que tá no Google, chamado *O mapa não dorme*. Depois você vê e me fala.

Saulo: Pode deixar, falo sim.

Saulo: Vocês acham que existem áreas perigosas nos bairros que vocês moram?

Paula: Sim... eu tenho muitos amigos em todas as partes de Bangu. Então eu rodo muito por Bangu e o bairro é super dividido. Tem a Vila Kennedy, Vila Vintém, Vila Aliança, a Moretti, Jardim Bangu [risos] e por aí vai. E assim, por exemplo, eu fui tentar ir de Uber, que é uma insegurança minha é andar de ônibus, de van e tal. É um privilégio que eu reconheço que estou tendo neste momento, que não é a máxima da vida porque nem sempre a gente tem um trabalhinho aí, né. Mas, fui tentar ir dentro da Vila Kennedy, em um lugar que eu ia de Uber tranquilamente e o Uber não entra mais ali. E já é próximo da clínica da família que fica beirando a [Avenida] Brasil. Ou seja, já me bate uma sensação de que tipo aí, tem outro poder naquela região. Aí você passa ali do UPA, e já começa a ver pessoas armadas, radinho, que me traz uma certa insegurança. E a mesma coisa da última vez que eu fui na Vila Aliança, em uma loja de material de construção. Reparei que lá tem as ruas fechadas também. E a minha insegurança bateu quando eu me deparei com um menino pequeno com uma arma maior que eu. E como se fosse na minha casa, só que com uma pessoa na esquina super armada. Eu inclusive até fiquei presa dentro da loja de material porque a polícia chegou no mesmo momento que eu estava comprando o material e eu nunca tinha passado por aquilo. Foi desesperador. Não teve troca de tiros nem nada, mas só o fato da polícia chegar com aqueles mil carros, já causou um super movimento. E eles me parecem muito organizados, porque, eles já mandaram o recado que era para baixar as portas da loja e a gente ficou preso dentro da loja. Então essas coisas... o que te faz lembrar em não ter uma segurança ali, essas coisinhas. Acho que é isso.

Verônica: Eu acho que não chega a ser no nível de Bangu e de outros municípios, porque Nilópolis é muito pequeno. Você conta nos dedos, as ruas, assim, para atravessar Nilópolis. Mas um lugar assim, uma área que eu veria como mais perigosa, seria o Paiol ali. Não sei se vocês sabem onde é. É uma região onde você vê mais esse tipo de cena, e talvez o Uber tenha uma dificuldade para chegar lá. Mas os outros lugares, seria, uma insegurança, como é que se diz, naturalizada. Não é algo assim, muito visível, mais velado assim. Mas o Paiol é um lugar que eu tenho [inaudível].

Luana: Assim, não considero na região de Copacabana. Até os morros são tranquilos. Quem mora no asfalto consegue subir e descer, ter acesso. Eu já subi para dançar forró. Foi o que eu te falei, é um perigo que está na cidade, a rua como especificamente como aqui é o mais perigoso... qualquer coisa, em qualquer parte, pode acontecer. Não tem esse lugar que eu considero extremamente perigoso.

Saulo: Uma última pergunta: Paula, você falou que morava em um local que já era fechado. Então, você tinha uma rotina de ter que ficar esperando a abertura do portão para poder passar. Mas durante a mudança, você chegou em uma rua aberta, que passou a ser fechada. O fechamento causou algum impacto no seu cotidiano?

Paula: Sim. Eu me sinto com mais liberdade lá, onde eu estou hoje. Por essas questões de eu poder andar de boa, tranquilamente. Ir para a academia e voltar sem preocupação. Chegar daqui da UERJ é a mesma questão. Eu ia para o ponto de ônibus e do ponto de ônibus eu saía correndo para subir a ladeira. Lá é a mesma coisa. Hoje eu vou, chego no Jardim Bangu, tô tranquila. Só que, no Jardim Bangu, dentro dele, tem os portões. Mas no Jardim Bangu não é tão fechado, e mesmo assim eu me sinto segura, mesmo não sendo tão fechado.